

**Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVID**

**A AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO  
TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA.**

Belém  
2008

**JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVID**

**A AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO  
TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH - UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Belém  
2008

**JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVIL**

**A AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO  
TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH - UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**DATA DA DEFESA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2008

**CONCEITO:** \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

---

Prof. Dr. João dos Santos Nahum

---

Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

Aos meus pais, os principais incentivadores de minha  
trajetória como estudante.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me abençoou em vários momentos da minha vida.

A todos os meus familiares, que me ajudaram e incentivaram nos momentos de dificuldade.

A todos os meus amigos e colegas da graduação, especialmente Pedro, Francisco, Marinilza e Nazaré, que sempre torceram por mim.

Aos meus conterrâneos da graduação e pós-graduação Mario Júnior e Maria Júlia pelos importantes momentos de discussão e descontração.

A todos os meus colegas do Mestrado, que me trataram sempre com respeito e fraternidade, e especialmente Dalva, Marta, Mauro, José Edilson, Bruno, meus parceiros nas discussões e trabalhos das disciplinas.

Aos amigos feitos em Belém, especialmente Rodrigo e sua mãe, Minervina, que me ajudaram consideravelmente no início do curso.

Aos meus amigos da Rua 23 de Novembro em Cameté, pelas horas de brincadeiras e descontração.

Aos meus alunos da rede pública e particular, que indiretamente também foram responsáveis pela aprovação no curso de mestrado, já que me levaram a buscar mais conhecimentos.

Aos meus pais, os principais responsáveis pela minha luta e dedicação. Os meus verdadeiros mestres.

Ao meu filho Carlos Henrique e sua mãe Francidalva, pela compreensão e carinho.

A meu irmão Francisco Sales, que me ajudou durante o curso da graduação e sempre me incentivou a fazer a pós-graduação.

Ao professor Genylton Rocha, pelas preciosas contribuições na construção e concretização deste trabalho. Obrigado pelo incentivo e a confiança depositada.

Ao Professor Saint-Clair, pela orientação extremamente produtiva e motivadora e por quem tenho grande admiração.

Ao meu amigo Enivaldo, que me ajudou, não somente na parte de formatação, mas também pelas opiniões que contribuíram para a discussão do trabalho.

Aos turistas, que contribuíram com suas informações e que serviram de suporte para a pesquisa.

Aos representantes das entidades ligadas ao turismo no Município de Cametá, Centro Miriti, APAAC, ASCAL, CDL e Conselho de Turismo, pelas informações que ajudaram na realização do trabalho.

Aos funcionários da PARATUR e SECULTD instituições onde foram fornecidos muitos dados necessários à pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos se destinam, também, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho.

“Nosso pensamento não pode permanecer, meramente, apoiado na realidade existente. É preciso abraçar criativamente alternativas” (HARVEY, 1980, p. 125).

## RESUMO

O presente estudo, vinculado à linha de pesquisa “Gestão Urbana e Regional”, aborda a crescente importância do turismo, como estratégia de gestão para o desenvolvimento e as ações deliberadas no âmbito do poder público, que resultam no incremento da atividade. Tendo como foco de análise as políticas públicas de desenvolvimento das atividades turísticas pensadas e implementadas no Município de Cametá, considerado como expressão sócio-espacial ribeirinha da Amazônia, o trabalho se remete a uma análise geográfica do turismo, procurando identificar as políticas que vêm sendo planejadas por meio de um conjunto de medidas de fomento à atividade, nas várias esferas de poder, dando ênfase, especialmente, às realizadas no âmbito do Estado e do Município. Feita a organização e sistematização dos dados, das informações coletadas nas pesquisas bibliográfica e documental e nas entrevistas desenvolvidas junto aos turistas, às entidades ligadas ao turismo e às instituições responsáveis pela elaboração e execução das ações, buscou-se captar as políticas que direta ou indiretamente contribuíram para o incremento do turismo em Cametá, tendo em vista, as modalidades incentivadas, as intervenções espaciais e a relação das políticas pensadas com as particularidades sócio-geográficas locais. Os resultados revelaram que as políticas de turismo ainda são incipientes em suas ações práticas, havendo, em sua maioria, medidas pontuais, sendo visualizado um descompasso entre as ações planejadas e a realidade (potencial turístico) local.

Palavras-chave: Amazônia ribeirinha. Cametá. Políticas de Turismo. Turismo.



## **ABSTRACT**

This study approaches the growing importance of tourism as a management strategy to the development and the actions taken in public power ambience that result in the growth of the tourism activity. This study focuses on the analysis of public policies related to the development of planned touristic activities performed in Cametá city which are considered a social-spatial expression of Amazon ribeirinha region, this work concerns to a geographical analysis of tourism trying to identify the policies which have been planned through the means of promoting this activity, in different power sections, it emphasizes the ones performed in the State and Municipal ambits. The data and information collected through bibliografical and documental research and interviews made to in charge institutions were organized and systematized and this study seized the policies that, direct or indirectly, contributed to the growth of tourism in Cameta, the modalities which were promoted, the spatial interventions and if these policies considered the local social geographic peculiarities. The results reveal that tourism policies are still incipient in their practical actions, showing a discrepancy between the results shown and the actions taken.

Key Words: Ribeirinha Amazon. Cametá. Tourism Policies. Tourism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

<b>Mapa 1</b> – Mapa de localização do Município de Cametá .....	14
<b>Figura 1</b> – Folheto de propaganda de empresa turística .....	99
<b>Figura 2</b> - Selo turístico da Embratur .....	103
<b>Figura 3</b> – Folheto de propaganda das rotas turísticas.....	105
<b>Figura 4</b> - Roteiro das águas .....	107
<b>Figura 5</b> - Roteiro do açaí .....	107
<b>Figura 6</b> - Roteiro do grande lago .....	108
<b>Figura 7</b> - Roteiro histórico rio cabano .....	108

### LISTA DE FOTOS

<b>Foto1</b> - Vista parcial da cidade e do rio Tocantins .....	47
<b>Foto 2</b> – Revitalização da Praia da Aldeia.....	111
<b>Foto 3</b> – Terminal Hidroviário .....	111
<b>Foto 4</b> - Orla da cidade .....	112
<b>Foto 5</b> - Aeroporto de Cametá .....	113
<b>Foto 6</b> - Praia da Aldeia .....	123
<b>Foto 7</b> - Escola Dom Romualdo de Seixas .....	125
<b>Foto 8</b> - Prédio da Prefeitura .....	126
<b>Foto 9</b> – Residência dos Peres .....	126
<b>Foto 10</b> - Praia da Arrainha .....	128
<b>Foto 11</b> - Cordão de Mascarados.....	135

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Ações de incentivo ao turismo e sua relação com o incremento do turismo em Cametá .....	81
<b>Quadro 2</b> - Estratégias de Produto/Mercado no Pólo Araguaia/Tocantins.....	94
<b>Quadro 3</b> - Evolução populacional do Município de Cametá .....	114
<b>Quadro 4</b> - Perfil dos Turistas que visitam Cametá .....	117
<b>Quadro 5</b> - O potencial e modalidades de turismo destacados para Cametá .....	131
<b>Quadro 6</b> - Festas religiosas no Município de Cametá .....	133
<b>Quadro 7</b> - População quilombola no Município de Cametá .....	134
<b>Quadro 8</b> - As lendas e mitos do cotidiano amazônico ribeirinho .....	136

## SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E ESPECIFICIDADES REGIONAIS E LOCAIS .....</b>	<b>23</b>
2.1 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO (SOCIAL) PARA AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EMERGENTES.....	23
2.2 A AMAZÔNIA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO...	322
2.3 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ATUAL DE CAMETÁ: EXPRESSÃO DE UMA ESPECIFICIDADE LOCAL .....	41
<b>3. O MUNICÍPIO DE CAMETÁ E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....</b>	<b>50</b>
3.1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE CAMETÁ.....	50
3.2 A FRONTEIRA ECONÔMICA E A FRONTEIRA TÉCNICO-ECOLÓGICA: A INSERÇÃO DE CAMETÁ E AS PERSPECTIVAS PARA O INCREMENTO TURÍSTICO.....	546
<b>4 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: O CASO DE CAMETÁ .....</b>	<b>658</b>
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS, ATIVIDADE TURÍSTICA E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: PRESSUPOSTOS PARA PENSAR CAMETÁ.....	658
4.2 O MODELO DE TURISMO PENSADO PELOS GOVERNOS ESTADUAL E MUNICIPAL.....	78
4.3 AS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO LOCAL FACE ÀS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA .....	1069
4.4 O MODELO DE TURISMO ESTIMULADO FACE AO PERFIL DO VISITANTE E AO POTENCIAL SÓCIO-GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO .....	11316
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>14043</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>14851</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A importância do turismo como estratégia para o desenvolvimento e as repercussões sócio-espaciais que o mesmo provoca constituem os elementos principais que motivaram o estudo sobre as políticas de desenvolvimento do turismo em Cametá<sup>1</sup> (mapa, 1), Município que expressa uma das realidades sócio-espaciais da Amazônia, a ribeirinha.

A análise dessa realidade é importante para se verificar como se dá sua inserção nas políticas de desenvolvimento do turismo, através da apropriação de seus atributos sócio-espaciais para o incremento da atividade na região. Assim, o trabalho se remete a uma discussão sobre o turismo, especialmente sobre as ações que são deliberadas no âmbito do poder público e que resultam no incremento da atividade e conseqüentemente em processos de reorganização espacial.

Por que o estudo de um Município amazônico tendo em vista as políticas de incremento do turismo? Considera-se que o desenvolvimento dessa atividade está intimamente relacionado ao desenvolvimento tecnológico, principalmente dos meios de transportes, pois, a partir da chamada “era das ferrovias” e do advento da aviação, ocorreu um grande impulso no fenômeno turístico, transformando-se numa atividade econômica capitalista organizada (CRUZ, 2000).

A revolução nos meios de informação propiciou, no contexto recente da globalização, a expansão das viagens para fins de lazer. Para Benevides:

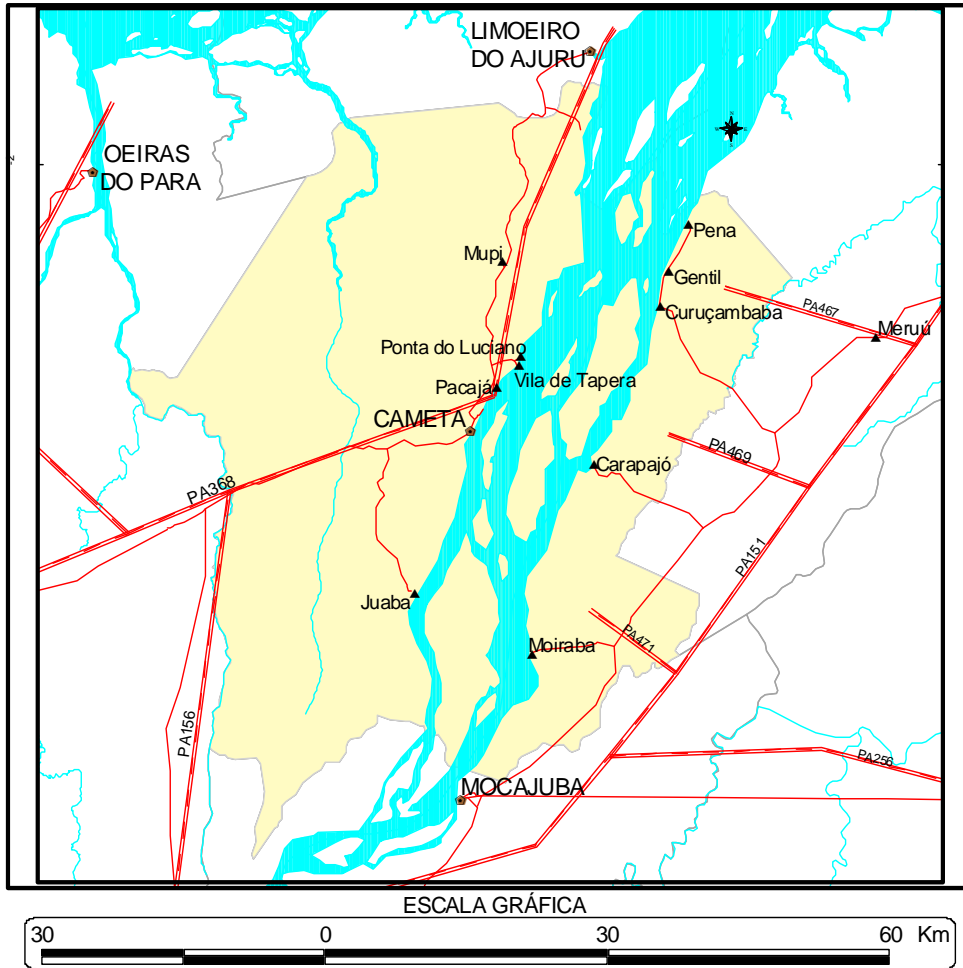
O desenvolvimento tecnológico e a informatização se associam na conjugação do encurtamento das distâncias e da homogeneização dos hábitos, viabilizando para os “inseridos” da globalização as viagens como símbolo de “status” e de consumo, numa sociedade onde a indústria cultural ganha grande significação e a proliferação dos serviços em geral e daqueles à “manipulação” e ao agenciamento empresarial e mercantil do “tempo do ócio e do lazer” constituem seguramente novos espaços fronteira para a reprodução social (BENEVIDES, 1998, p.27).

---

<sup>1</sup> O Município de Cametá pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 02°14'32" de latitude sul e 49°29'52" de longitude a oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com o Município de Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri, ao sul com o Município de Mocajuba; a leste com o Município de Igarapé-Miri; e a oeste com o Município de Oeiras do Pará (PROJETO GESPAN, 2004).

Mapa 01

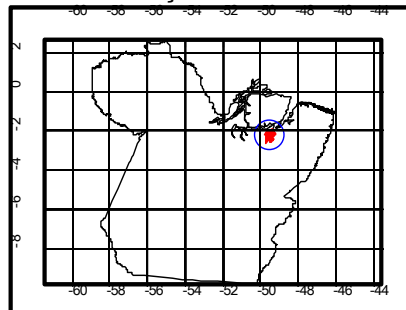
# LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ



CONVENÇÕES E LEGENDA

- ▲ Localidade
- Sedes Municipais
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Rios Secundários
- Rios Principais
- Cametá
- Malha Municipal

SITUAÇÃO REGIONAL



Fonte: SIGIEP, 2001. Data: 02/09/2007. Elaborado por: SILVA, M. S.

Hoje, a atividade turística se apresenta com certa expectativa de atração de divisas para países, estados e municípios, como é o caso de Cametá, atribuindo-lhes maior dinamismo econômico. Essa relevância adquirida a transformou em uma das mais pujantes atividades econômicas e, igualmente, uma das mais importantes formas de reprodução de capital e de captação de divisas no comércio internacional (RODRIGUES, 2001).

Analisando sob uma perspectiva geográfica e como prática social, o turismo provoca, pelas relações que são engendradas, repercussões no espaço, promovendo a produção de diversos arranjos espaciais e a modificação de paisagens. Além disso, constitui-se um fenômeno de ordem política, porque se refere ao poder das instituições sobre o território, repercutindo em novas formas de gestão como estratégias governamentais.

As ações de poder do Estado passam a ser exercidas também para implementação e desenvolvimento do turismo. Surgem novas normas sociais e espaciais, estabelecendo-se novas regras de domínio e de apropriação do território, o que torna a atividade mais um elemento condicionador de seu (re)ordenamento (CRUZ, 2001).

Sendo assim, faz-se necessário considerar na discussão da pesquisa o conceito de gestão do território, que se refere à dimensão espacial do processo de gestão vinculado ao território, o controle exercido pelo Estado (CORRÊA, 1992). São essas ações do governo, formas de gestão e controle do espaço, que se constituem em políticas públicas, que passam a ser também desempenhadas para promover a instalação e o desenvolvimento das atividades turísticas.

A partir das políticas para o turismo, em função das repercussões sociais, econômicas e políticas, configuram-se significativas mudanças na organização do espaço, o que torna essencial uma abordagem que justamente atente para esses aspectos, já que este campo de pesquisa é dominado pela visão econômica (KNAFOU, 2001).

Para Rodrigues:

No limiar do século XXI o turismo figura como um dos fenômenos mais marcantes do mundo contemporâneo. Sua expressividade não se limita ao fato econômico. É, também e principalmente como fato social, que se configura materialmente, criando e recriando formas espaciais diversificadas (RODRIGUES, 2001, p. 9).

Buscamos aqui considerar o turismo não somente sob um aspecto econômico, mas como prática social, como fenômeno que consome e produz espaços (RODRIGUES, 2001), que se apropria de territórios através de seus agentes promotores, caracterizando-os como territórios turísticos ou territórios para o turismo (CRUZ, 2002). Para isso, novas formas espaciais são criadas devido à nova dinâmica espacial imposta, configurando um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 2004) muito específicos:

Sistemas de objetos e sistema de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2004, p. 63).

Deste modo, ao mesmo tempo que o turismo se apropria das infra-estruturas presentes no território, novas formas são produzidas, criadas e recriadas de acordo com a necessidade da atividade. Há, no caso da atividade turística, uma produção do espaço que envolve a inserção de um novo sistema de objetos, bem como a assimilação de objetos já existentes.

Pela sua grande relevância econômica para a produção de capital, a atividade turística, vem sendo implementada nas diferentes escalas do espaço geográfico, como no caso do Município de Cameté, implicando em processos de (re)organização espacial. Desse modo, ressaltamos a importância de medidas sistemáticas na condução do processo de incentivo à atividade, pois são essas ações planejadas que podem possibilitar a otimização dos resultados positivos, bem como atenuar seus efeitos perversos.

Do mesmo modo, as ações devem possibilitar um desenvolvimento que ultrapasse a noção econômica e ambientalista comumente visualizada nas políticas públicas de turismo, entendidas por Cruz (2000, p. 40) como:

[...] conjunto de intenções e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento das atividades turísticas em um dado território.

Essas políticas públicas vêm sendo realizadas em diversos países, incentivando o turismo como estratégia para o desenvolvimento, pelo grande destaque do setor na economia mundial. Isto pode ser explicado pelo fato da



atividade ser considerada como uma das mais “viáveis” no paradigma do desenvolvimento sustentável, que se tornou a expressão da moda, figurando em quase todos os projetos turísticos governamentais de grande, médio e pequeno porte (RODRIGUES, 2001). Aparece, nesse contexto, o “turismo ecológico” ou ecoturismo, vendido pelo *marketing* como uma atividade alternativa, que consegue fazer a conciliação entre o uso dito racional e a conservação do patrimônio natural e cultural dos lugares visitados (ROCHA, 1997), como no caso de vários municípios amazônicos.

Assim, os governos interessados em promover o desenvolvimento, têm no turismo um poderoso aliado, emergindo práticas de incentivo à atividade através de políticas para o setor. A partir da gestão do território, os governos implementam políticas de incentivo e de desenvolvimento do turismo nas suas delimitações administrativas.

No Brasil essa tendência é expressa através das políticas públicas realizadas pelo governo desde a década de 1960, mas que ganhou força principalmente a partir da década de 1990, através da atuação da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), sendo implementados, nos últimos decênios, programas regionais, como os criados para a região Nordeste (Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR) e para a Amazônia (Programa de Ecoturismo para a Amazônia - PROECOTUR), visando à implementação de projetos setoriais de desenvolvimento do turismo, consolidando sua expansão no território nacional.

Nas últimas décadas o governo brasileiro passou a conceber, incentivar e implementar políticas de desenvolvimento do turismo nas diversas áreas que compõem o território nacional, por exemplo, na Amazônia<sup>2</sup>, onde a atividade turística apresenta-se como uma verdadeira frente pioneira (RODRIGUES, 2001). Através das estratégias espaciais voltadas para instalação e desenvolvimento da atividade, é proposta como modalidade mais viável para a região o ecoturismo, como forma de aliar estratégia de desenvolvimento à conservação da natureza.

O governo do Pará, por meio de ações que visam ao desenvolvimento do turismo no Estado, também tem optado por uma gestão territorial através de políticas de incentivo à atividade, considerada um dos “carros-chefe” da economia. Assim, em nível estadual, a atividade turística é visualizada como base de

---

<sup>2</sup> Por suas características, esta região é considerada como um dos principais destinos ecoturísticos brasileiros, requerendo atenção especial do planejamento estatal (ROCHA, 1997).

investimento econômico, como forma de aproveitar as potencialidades naturais e culturais existentes nos diversos municípios paraenses.

Do mesmo modo, políticas têm sido pensadas visando ao incentivo e desenvolvimento da atividade, como estratégia de desenvolvimento, pelo governo municipal de Cametá. Nesse contexto, insere-se nossa pesquisa, que consiste em verificar essas políticas para o setor, as intenções, as diretrizes e as estratégias definidas para alcançar o desenvolvimento do turismo no Município, a partir da análise das ações de fomento à atividade por diferentes níveis de governo, mais propriamente o nível estadual e municipal.

Nesse sentido, foram estabelecidas algumas questões que norteiam a nossa análise, a saber: que modelo de turismo está sendo estimulado no Município de Cametá através das políticas públicas pensadas pelos governos estadual e municipal? Que intervenções no espaço municipal estão sendo implementadas em função dessas políticas públicas? O modelo de turismo estimulado adequa-se ao perfil do turista que tem procurado Cametá como também ao potencial sócio-geográfico do Município?

Na busca de alcançar as respostas foram traçados os seguintes objetivos de pesquisa: 1) analisar, a partir da gestão do território, as políticas públicas pensadas e implementadas pelos governos do Estado e do Município para o desenvolvimento do turismo em Cametá; 2) identificar as políticas que vêm sendo planejadas pelo governo estadual e municipal nesse intuito; 3) identificar e analisar o modelo de turismo estimulado pelas políticas públicas do governo do Estado e do Município para ser implementado no Município de Cametá; 4) identificar e analisar intervenções implementadas no Município de Cametá, em função das políticas voltadas para a atividade turística e, 5) avaliar se o modelo de turismo estimulado adequa-se ao perfil de turista que tem procurado Cametá, bem como ao potencial sócio-geográfico local.

A iniciativa para trabalhar essa temática de investigação surgiu ainda na graduação, quando procuramos verificar, a partir de uma análise geográfica, os limites e as potencialidades do desenvolvimento do turismo em Cametá, numa abordagem sobre as condições de infra-estruturas e equipamentos urbanos para o apoio do turismo (CORDOVIL, 2004).

Pretendendo dar continuidade a essa temática, mais adiante, no curso de especialização (UFPA), buscamos trabalhar as ações responsáveis pelo

desenvolvimento do turismo no Município de Cametá. Naquele momento elaboramos um projeto de pesquisa que sofreu adequações e se constituiu o projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

Trata-se de um estudo analítico sobre as políticas públicas de turismo em Cametá, como exemplo de um Município representativo de uma Amazônia ribeirinha. Assim, a pesquisa se pauta em elucidar essas ações pensadas e implementadas para desenvolver o turismo no âmbito local.

Consideramos o prosseguimento desse estudo relevante, porque constitui um instrumento de análise e compreensão, a partir de uma abordagem geográfica, que vislumbra as ações que estão sendo concebidas para o desenvolvimento do turismo no Município de Cametá, como também as intervenções espaciais que estão sendo implementadas, no intuito de avançar para além de uma visão recorrente do turismo (de cunho econômico), mas atentando para suas implicações sócio-espaciais.

Do mesmo modo, buscamos analisar a implementação dessas estratégias de desenvolvimento da atividade, verificando se elas expressam a associação das políticas à realidade sócio-geográfica local, enfatizando que é imprescindível que este aspecto faça parte da agenda de discussão dos que pensam e implementam tais políticas. Assim, o estudo poderá, inclusive, contribuir para subsidiar possíveis políticas a serem implementadas.

De caráter qualitativo, a pesquisa pretende ampliar a gama de discussões sobre as políticas públicas para o turismo, apresentando novos elementos, especialmente do ponto de vista empírico, para análise e reflexão referentes às ações que conduzam à prática de um turismo comprometido com a busca de um desenvolvimento em sentido amplo, pois, segundo Chizzotti (2006), em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória e mudar condições percebidas como transformáveis. A abordagem qualitativa na condução do trabalho pressupõe o entendimento de que os fenômenos sociais e a realidade sócio-espacial do objeto de estudo são dinâmicos e incomensuráveis para uma análise apenas de caráter quantitativo (MINAYO, 1991).

A pesquisa está fundamentada em uma perspectiva histórico-dialética. Assim, confrontamos os elementos teóricos de investigação com a realidade, fazendo uso de uma abordagem que expressa as contradições, o processo histórico, as mudanças e os conflitos, visando à totalidade do fato observado, pois “nenhum

enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá ao pesquisador uma correta noção da realidade” (SANTOS, 1982, p. 195).

Um dos procedimentos de investigação utilizados para responder às questões apontadas foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se estabeleceu um primeiro diálogo com o objeto de investigação. Esse instrumento foi realizado por meio de reconhecimento, seleção e sistematização de livros, dissertações, revistas e outros, com a finalidade de aprofundar a fundamentação teórica sobre os principais conceitos relacionados à problemática do trabalho, como turismo, desenvolvimento e políticas públicas, permitindo sistematizar um arcabouço teórico sobre o tema pesquisado.

O levantamento e a análise documental foi uma etapa importante, pois buscamos reunir conhecimentos técnicos produzidos e consubstanciados em documentos para tratamento analítico de acordo com os objetivos da pesquisa. Segundo Chizzoti (2006), a pesquisa documental é um método de tratamento e análise de dados, parte integrante de qualquer pesquisa sistemática que pode preceder ou acompanhar os trabalhos de campo. Ela pode ser um aspecto dominante em trabalhos que visam a mostrar a situação atual de um assunto determinado ou intentam traçar a evolução histórica de um problema.

O levantamento e análise de fontes documentais foi desenvolvido em órgãos e instituições estaduais e municipais ligadas aos processos de elaboração e implementação de políticas para o turismo, como a Empresa de Turismo do Pará (PARATUR), Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), antiga SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), e a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto de Cametá (SECULTD), onde foram encontrados dados que permitiram analisar as ações pensadas e implementadas para o desenvolvimento do turismo em Cametá, como os Planos de Turismo da Amazônia (PTA), o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT), o Plano Diretor Municipal, os Relatórios de Indicadores de Turismo da PARATUR (Companhia Paraense de Turismo) e de Oficinas de Rotas Turísticas, bem como o relatório de pesquisa de oferta e de demanda turística do Município de Cametá.

Para o trabalho de campo foi utilizada a técnica da entrevista, que para Gil (1991, p. 113) é definida:

[...] como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social [...] uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1991, p. 113).

Segundo Chizzotti (2006), a entrevista é uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão. Para a presente pesquisa utilizamos a técnica de entrevistas semi-estruturadas, ligando o conteúdo das perguntas às questões evidenciadas na problemática, com pessoas envolvidas diretamente com as ações de planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento do turismo, como: a) diretores, secretários e/ou técnicos de órgãos e instituições citados anteriormente; b) turistas, entrevistados no período do Carnaval, por entendermos que esse período é quando ocorre o maior fluxo de visitantes no município; c) membros de associações ou entidades ligadas ao turismo no Município - a exemplo da Associação Cultural e Ambiental Lançante (ASCAL), que, dentre outras atividades, organiza e promove eventos de caráter cultural e turístico - , da Associação de assessoria às Mulheres (Centro Miriti) que busca, entre suas atribuições, incentivar o turismo sustentável no Município, da Associação de Apoio às Comunidades Carentes (APAAC), que tem como finalidade apoiar atividades alternativas como o turismo comunitário, o Conselho Municipal de Turismo, entidade deliberativa e fiscalizadora das políticas de desenvolvimento do turismo em Cametá, e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que possui uma vinculação direta com a atividade turística no município, tendo em vista que o comércio e serviços são os principais beneficiados com o fomento do turismo. Foram totalizadas para cada categoria, 3 (três), 25 (vinte e cinco) e 5 (cinco) entrevistas, respectivamente.

A partir desses procedimentos, realizou-se a sistematização e análise dos resultados. Inicialmente fazemos uma discussão sobre o turismo, o desenvolvimento e as especificidades regionais e locais, abordando-se a importância do espaço (social) e sua relação com as políticas de desenvolvimento emergentes, incluindo-se as políticas de turismo. Em seguida abordamos as políticas de turismo pensadas para a Amazônia e o Estado do Pará. Finalizando-se o capítulo destaca-se o Município de Cametá como expressão sócio-espacial ribeirinha da Amazônia a fim de pensá-lo nas suas especificidades face ao incremento do turismo.

No capítulo seguinte, analisamos a formação sócio-espacial de Cametá, destacando sua relevância no contexto da colonização da região amazônica até o século XX, e, posteriormente, sua inserção nas políticas de desenvolvimento regional e nas perspectivas de incremento do turismo mais recentes.

No último capítulo, referente a parte empírica da pesquisa, fazemos uma abordagem sobre as políticas públicas e como a atividade turística está sendo utilizada como estratégia de desenvolvimento. Analisamos, em seguida, as políticas de turismo pensadas e implementadas nas várias esferas de poder, dando ênfase especialmente as realizadas no âmbito do Estado do Pará e do Município de Cametá. Em seguida buscamos compreender as políticas que direta ou indiretamente contribuíram para o incremento do turismo em Cametá e sua relação com as especificidades locais.

Finalizamos o trabalho relevando os elementos da discussão empreendida e sugerindo uma abordagem do turismo como promotor e reafirmador da identidade local, bem como destacando-o como instrumento de desenvolvimento sócio-espacial, voltando-se, portanto, principalmente para os cidadãos locais, tidos como os principais agentes que dão sentido à dinâmica e às vivências no âmbito municipal.

## 2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E ESPECIFICIDADES REGIONAIS E LOCAIS

### 2.1 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO (SOCIAL) PARA AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EMERGENTES

Em nossa abordagem tentaremos evidenciar a importância da noção de espaço para as políticas de desenvolvimento que emergiram na segunda metade do século XX, notadamente o “desenvolvimento sustentável e o “desenvolvimento local/endógeno”, considerando-se o espaço como produto, condição e meio das relações sociais e na tentativa de mostrar sua relevância para as políticas de desenvolvimento atuais. Dessas políticas derivaram várias outras, como as de turismo, a qual detalharemos no decorrer do trabalho, especificando o caso de Cametá. Primeiramente, entretanto, é preciso empreender uma breve discussão sobre os conteúdos e significados inerentes ao conceito de desenvolvimento, já que as propostas de incremento do turismo na realidade analisada volta-se para esse aspecto.

O desenvolvimento não possui apenas uma significação, “não é unívoco, e muito menos se esgota na idéia de desenvolvimento econômico” (SOUZA, 1997, p. 14). No entanto, sua idéia como sinônimo de crescimento econômico e modernização tecnológica prevalece, abrangendo a maior parte dos enfoques e teorias existentes, e que fundamentam, em grande parte, as políticas governamentais.

Contra essa concepção de desenvolvimento têm surgido várias contribuições teóricas, mas que muitas vezes não conseguem avançar para além de uma visão capitalista e reducionista, ficando evidente a necessidade de mudança desse quadro de fadiga teórica (SOUZA, 1996). Nesse sentido, nos apoiamos nas idéias de Souza (1997, p. 19) para quem o desenvolvimento:

[...] deve ser entendido como atrelado a cada universo cultural e social particular, sendo logo em um nível de detalhe que se preste à operacionalização, variável plural. No entanto num plano de elevada abstração, uma formulação filosófica do desenvolvimento que deseje evitar a visão instrumental-economicista, conservadora, etnocêntrica e historicista do desenvolvimento hegemônica poderia ser a seguinte: um movimento (sem fim – ou seja, sem “estágio final” ou mesmo direção concreta predeterminados ou previsíveis e que não poderá jamais ser declarado como “acabado” – e sujeito a retrocesso) em cuja esteira de uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros.

O autor faz uma crítica à concepção de desenvolvimento etnocêntrica e europeizada, sendo essa uma condição primeira para se seguir em direção a uma alternativa conceitual mais justa, o que ele denomina de uma teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 1997). Nas palavras do autor:

[...] a perspectiva do desenvolvimento sócio-espacial não autoriza a extração de receitas de desenvolvimento a partir da análise de problemas [...] A definição de prioridades [...] compete em última instância à própria coletividade envolvida [...]. Por isso uma teoria do desenvolvimento sócio-espacial é uma “teoria aberta” (SOUZA, 1996, p. 18).

A emergência de enfoques como “satisfação de necessidades básicas”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento local/endógeno”, dos quais passaram a derivar a maioria das políticas de desenvolvimento atuais, evidenciam o contexto em que estão inseridas as políticas de desenvolvimento sustentável, as políticas de renovação urbana, o planejamento estratégico, o “city marketing”, as políticas de turismo etc.; estratégias governamentais utilizadas como instrumentos para o desenvolvimento. Isso como alternativa à concepção capitalista comumente muito presente.

Nesse contexto, uma das alternativas apresentadas foi a “crítica ambientalista” (SOUZA, 1998), a partir da emergência do discurso do desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>, um novo paradigma que surgiu após as discussões sobre a necessidade de conciliar crescimento econômico, desenvolvimento social e conservação dos recursos naturais. Esse novo modelo passa a fundamentar, em grande parte, as estratégias de desenvolvimento de países e regiões a partir das décadas de 1970 e 1980.

No caso amazônico, essas expectativas também são colocadas e o ecoturismo é considerado como a nova panacéia para o desenvolvimento sustentável da região (COELHO, 1999), conforme também mostraremos na análise das políticas de incentivo ao turismo no Município de Cametá.

Do mesmo modo, esse novo paradigma de desenvolvimento passou a influenciar muitas políticas urbanas a partir da década de 1990, colocadas sob o rótulo de um “desenvolvimento sustentável”. Mesmo expressando as preocupações

---

<sup>3</sup> Não obstante já ter sido utilizada antes, a expressão desenvolvimento sustentável tornou-se realmente popular somente a partir de 1987, com a publicação do relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório Brundtland (SOUZA, 1998).



com um meio ecologicamente saudável, são carregadas de um reducionismo de forma implícita, já que a sustentabilidade passa a se confundir com a sustentabilidade ecológica (SOUZA, 1998), não se considerando, muitas vezes, as relações sociais e a produção social do espaço.

Após a década de 1980, a partir de um contexto de “crise” ou “reestruturação” do Estado, é desencadeada uma redefinição das políticas de desenvolvimento que convergem especialmente para a esfera local. Assim, a responsabilidade pela implementação de políticas de desenvolvimento torna-se uma das principais tarefas do poder público na esfera local. Nesse sentido, passa-se a falar, por exemplo, em municipalização das políticas de turismo.

É nesse contexto específico que nascem também as propostas de desenvolvimento endógeno<sup>4</sup>, evidenciando-se a possibilidade de desenvolvimento a partir dos potenciais inerentes a uma localidade. Conforme Braga (1999, p. 5):

O desenvolvimento local seria aquele induzido pela mobilização do potencial endógeno [...] seria um “desenvolvimento de baixo para cima” porque o controle dos processos econômicos e das decisões de investir estaria nas mãos dos atores locais, sejam eles públicos ou privados. Adicionalmente, obter-se-ia uma integração do social com o econômico [...].

As políticas de desenvolvimento a partir da realidade local são, assim, consideradas como respostas às transformações ocorridas no âmbito da reestruturação econômica e política do Estado, emergindo, nesse contexto, a possibilidade de um desenvolvimento proveniente das potencialidades locais, oportunizando melhorias sociais da população local.

Desarrollo economico local como un proceso de crecimiento y cambio estructural que mediante la utilización del potencial de desarrollo existente en el territorio conduce a la mejora del bienestar de la población de una localidad o un territorio [...] crecer utilizando el potencial de desarrollo, existente no territorio [...] o que conduce a uma forma de desarrollo que há venido en denominar-se desarrollo local endógeno. (BARQUERO apud BRAGA, 1999, p. 6).

Temos, assim, uma nova proposta de desenvolvimento da qual passam a derivar diversas políticas visando ao desenvolvimento econômico e social. É preciso, entretanto, uma aproximação deste enfoque com a abordagem do espaço como

---

<sup>4</sup> A idéia central da tese do desenvolvimento endógeno origina-se da aplicação da teoria da regulação desenvolvida por numerosos autores a partir dos trabalhos iniciais de Aglietta, Mistral, Coriat e Lipietz (VALLADARES; PRETECEILLE apud SILVA NETO, 2003).

produção social, posto que nossa preocupação ao analisar Cametá pauta-se nos seus potenciais sócio-geográficos e, portanto, sócio-espaciais face ao incremento local da atividade turística.

Segundo Braga (1999), as políticas contidas no modelo de desenvolvimento local/endógeno tendem a uma abordagem isolacionista e individualista, o que leva a autonomização e reificação do espaço. Nesta direção, o espaço é visto como suporte físico, um substrato material, ou seja, um espaço absoluto, e não uma instância social, uma estrutura social como as outras<sup>5</sup>.

Assim, nessas políticas não é considerada a produção social do espaço, a espacialidade da vida social, o espaço relacional. Para Braga (1999, p. 7):

O desenvolvimento local endógeno vai em direção contrária àquela tomada pela produção social do espaço, reduzindo o espaço a uma mera questão de escala, de proximidades. As teorias que o propõe o fazem reforçando as lógicas do individualismo e do mercado, estando, portanto, longe de propor transformações profundas nas configurações espaciais, as mudanças propostas recaem apenas sobre seus instrumentos de gestão.

Ainda nos apoiando na autora, verifica-se que além de não sugerir transformações profundas nas configurações espaciais, esta proposta elimina o conflito do processo ao considerar ser o interesse dos atores locais algo único. Nesse ponto concordamos com Souza (1997) quando afirma que é preciso considerar as várias diferenças inerentes aos grupos sociais, sendo necessária, em função dessa diversidade de atores e, respectivamente, de interesses, uma teoria aberta de desenvolvimento.

A posição de Braga (1999) caminha na direção de se criar uma solidariedade regional entre os lugares, acreditando, assim, em um desenvolvimento local, mas com abrangência regional e solidária, construído a partir de um protagonismo coletivo, sendo preciso, segundo a mesma autora, pensar o desenvolvimento em uma escala mais ampla, minimamente regional.

Não apenas pautadas no princípio do desenvolvimento local/endógeno, como também no desenvolvimento sustentável, estão às políticas de incentivo ao turismo como condição para o desenvolvimento, visando ao aspecto econômico e à

---

<sup>5</sup> O espaço social inicialmente esteve pouco presente nas discussões sobre o desenvolvimento aparecendo apenas de forma implícita como espaço absoluto. A partir da difusão do neopositivismo torna-se um conceito-chave, sendo sua presença marcante como espaço relativo. Com a difusão da teoria social crítica, passa a ser tomado como espaço relacional e que não existe independente da sociedade.

sustentabilidade. Isto pode ser verificado para o caso de Cametá, onde as políticas pensadas estão relacionadas com abordagem do desenvolvimento local, a exemplo da municipalização das ações de turismo incentivadas pelo Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e a menção nos planos sobre a sustentabilidade, conforme trataremos com mais detalhes posteriormente.

A sustentabilidade, utilizando os conceitos trabalhados por Sachs (apud SILVEIRA, 2002), não se limitaria somente à dimensão ecológica, mas a um sentido mais amplo, englobando a sustentabilidade social, fundamentada na distribuição mais equitativa de renda, na redução das atuais diferenças sociais e na garantia dos direitos à cidadania; sustentabilidade cultural, utilizando as potencialidades culturais específicas, sem desconsiderar a identidade e o modo de vida local, com a participação das decisões da população na formulação e gestão dos programas e planos de turismo; sustentabilidade econômica, assegurando o crescimento econômico para as gerações atuais através do manejo sustentável dos recursos, podendo assim satisfazer às necessidades das gerações futuras; e, por último, na sustentabilidade espacial, baseada na distribuição mais equilibrada dos investimentos turísticos, evitando a superconcentração de pessoas e de infra-estruturas.

Contudo, como já foi abordado, para se levar ao limite a noção de desenvolvimento, é preciso considerar as relações sociais e o espaço social; enfim, as políticas de turismo devem propiciar um desenvolvimento sócio-espacial, de acordo com a proposta de Souza (2002), entendido como um processo de superação de problemas, capaz de propiciar felicidade individual e coletiva, e, do mesmo modo, considerar as diversas dimensões constituintes das relações sociais - a cultura, a economia, a política -, assim como o espaço na sua plenitude; ressaltando-se a valorização do conteúdo social, e não simplesmente a questão econômica e ambiental.

Alguns autores se mostram céticos em relação ao tema da sustentabilidade, não acreditando que no sistema socioeconômico vigente possa ocorrer uma sustentabilidade com relação ao turismo, pelo fato deste ser gerido por relações econômicas capitalistas, onde a natureza é transformada em mercadoria a ser consumida. Neste sentido,

[...] o desenvolvimento da atividade turística é insustentável, pois a natureza virou uma mercadoria, a paisagem é capturada pela atividade turística que propicia a sua rápida mudança. E além disso, fica evidente que a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade dada a inter-relação que existe entre todas as atividades econômicas (RODRIGUES, 2002, p.53).

Souza (2002, p. 21), referindo-se à discussão da viabilidade da proposta de desenvolvimento a partir do turismo, ressalta que este

[...] será tendencialmente bom ou ruim, do ponto de vista do desenvolvimento, dependendo: 1) do que se entenda por desenvolvimento; 2) da natureza do turismo em questão (seu caráter predatório ou não, o grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos humanos envolvidos); 3) de quais grupos ou segmentos sociais específicos referentes à área de destino do fluxo turístico se esteja falando.

Assim, verifica-se que cada vez toma corpo nas discussões e pesquisas a viabilidade do turismo como um propiciador de desenvolvimento, um fator de sustentabilidade. Entretanto, como foi exposto, não é suficiente considerá-lo sobre o prisma econômico, mas compreendê-lo nas suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, a execução de políticas de turismo deve *a priori* superar a concepção pautada na sustentabilidade econômica, devendo ir além da dimensão ecológica, levando em conta o espaço como instância social e cultural. Essa preocupação procuraremos mostrar ao analisar as políticas de desenvolvimento do turismo em Cametá.

A partir dessas considerações, podemos dizer que na maior parte da literatura que trata do desenvolvimento, o espaço não foi abordado em sua dimensão social, ocorrendo, na maioria dos casos, uma análise que o distancia como produção da sociedade.

Segundo Souza (1998), a maioria das teorias ou estratégias propostas na segunda metade do século XX negligenciou o espaço como componente fundamental dos quadros concretos da existência humana, sendo esse um dos seus mais recorrentes parcialismos. Ainda para o autor, as correntes que surgiram reduziram o espaço à sua condição de natureza, como a proposta de desenvolvimento sustentável, ou, em outras, como o desenvolvimento endógeno, a discussão do espaço enquanto realidade social não foi privilegiada, ficando, na maioria das vezes, secundarizada.

Na sua concepção, a importância do espaço é múltipla para o desenvolvimento no âmbito de uma abordagem alternativa, a “teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial”, pois é preciso considerar a dimensão objetiva do espaço pela sua materialidade produzida pelas relações sociais; a dimensão (inter)subjetiva, uma vez que o mesmo não se deixa reduzir a algo objetivo; assim como, não é somente produto das relações sociais, mas também condicionador dessas relações (SOUZA, 1997). É através destes aspectos que se percebe a importância do espaço (social) e seus vínculos com o desenvolvimento:

Se se quiser que o conceito assim renovado de desenvolvimento possua concretude e operacionalidade, é imprescindível não subestimar o espaço social como dimensão de análise, uma vez que a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, e no espaço [...]. Não é menos equivocado imaginar ser possível transformar as relações sociais sem modificar o espaço social [...]. (SOUZA, 1997, p. 32).

Do mesmo modo, as palavras de Lefebvre (apud SOJA, 1993) são enfáticas ao postular que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial. Nestes termos, verifica-se a grande importância do espaço e a necessidade indispensável de uma transformação profunda na concepção capitalista de desenvolvimento.

Para isso, Souza (1997) considera a idéia de autonomia<sup>6</sup> a ponte por excelência entre a abertura necessária e o alcance prático que o conceito de desenvolvimento precisa ter, propiciando o direito de cada coletividade relacionar suas particularidades às prioridades, aos meios, às estratégias relacionadas ao desenvolvimento. Nas palavras do autor:

A autonomia de uma coletividade traz submetida uma territorialidade autônoma, ou seja, a gestão autônoma, por parte da coletividade em questão, dos recursos contidos em seu território. Por isso, o desenvolvimento é necessariamente sócio-espacial, ou seja, da sociedade e do espaço [...]. (SOUZA, 1996, p. 11).

Se há pouca relação entre espaço e desenvolvimento, as vinculações entre este último ao espaço local, conforme procuraremos considerar para o caso de Cametá, ainda são mais raras, pois a abordagem econômica do desenvolvimento foi pensada não tendo como quadro de referência aquela escala. Hoje, entretanto, as

---

<sup>6</sup> A idéia de autonomia é considerada aqui tal como apresentada pelo filósofo Cornelius Castoriadis, a auto-instituição consciente da sociedade, alicerçada na garantia política e na possibilidade material afetiva de igualdade de participação nas tomadas de decisão (SOUZA, 1997).

políticas de desenvolvimento tendem a incorporar a concepção capitalista de desenvolvimento relacionando-o ao local ou à modernização do espaço urbano, tornando-se a tradução espacializada da idéia de desenvolvimento econômico (SOUZA, 1998).

Isso pode ser percebido nos modelos emergentes de desenvolvimento urbano como: o “city marketing”, os planos estratégicos e o urbanismo espetáculo. Eles aparecem como importantes instrumentos do “novo planejamento urbano”, tendo a produção de imagens um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas (SANCHEZ, 1999).

Nessas estratégias, verifica-se a presença, mais uma vez, da preocupação quase que essencial com o desenvolvimento econômico, já que as políticas urbanas são orientadas para a criação de melhorias ao nível da paisagem e para o atendimento dos interesses, na maioria das vezes, de investidores e de uma demanda local solvável.

Nesse sentido, podemos apontar como exemplo os planos estratégicos, que propõem atuações integradas a longo prazo dirigidas à execução de grandes projetos que combinam objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano (GUELL apud SANCHEZ, 1999). Nesse caso, evidencia-se novamente a presença da concepção de desenvolvimento que não considera o espaço social, que, para nós, possui um papel cada vez mais relevante para a definição dessas novas políticas urbanas.

Por outro lado, segundo Souza (1998), avanços significativos foram gestados nas políticas urbanas brasileiras a partir do ideário de “Reforma Urbana”, de onde emerge o “planejamento urbano alternativo”, que tem na busca da justiça social na cidade sua prioridade máxima:

Tentando ir além da mera denúncia das injustiças e refletindo, ao mesmo tempo, um maior pragmatismo, os intelectuais progressistas vinculados a esse novo estilo de planejamento urbano, pretendidamente capaz de conciliar pensamento técnico-operacional e prospectivo, de um lado, e inconformismo perante a sociedade vigente, de outro, aceitam refletir sobre os desafios concretos em nível local, ao invés de considerarem-nos irrelevantes (SOUZA, 1998, p. 17).

Conforme o mesmo autor, apesar dos avanços, é preciso purgar esse planejamento alternativo, inspirado no ideário de “Reforma Urbana” de seus resíduos tecnocráticos, conservadores e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe um

horizonte político-filosófico mais ambicioso, utilizando para isso o respaldo do referencial da autonomia (SOUZA, 1999).

Assim, para Souza:

Em última análise, o desenvolvimento social pautado pela autonomia individual e coletiva como princípio e parâmetro é, em um sentido profundo, um processo político (e apenas secundariamente “econômico”) que corresponde exatamente a uma mudança da instituição da sociedade e da organização espacial capaz de propiciar mais justiça, nos marcos do que as escolhas individuais (a modelagem definitiva da qualidade de vida, a satisfação das necessidades básicas, etc.) tenderão a ser, tanto quanto possível, genuinamente livres (SOUZA, 1998, p. 24).

Deve-se recuperar as discussões sobre a importância da consideração do espaço social construído, como sugere Souza (1998), a partir da autonomia, colocada como o princípio e parâmetro central para a avaliação de processos e estratégias de mudança sócio-espacial.

No que se refere às políticas de desenvolvimento atuais, como as políticas de incentivo ao turismo, é preciso incluir em seu conteúdo a dimensão espacial não apenas como substrato material, mas como espacialidade da vida, conforme sugere a teoria social crítica, abordando-se a espacialidade criada pela vida social como algo simultaneamente contingente e condicionador, como resultado e meio da construção histórica<sup>7</sup>.

A partir desse entendimento do espaço como produto social<sup>8</sup>, que contém e está contido em várias relações, e da análise dos enfoques sobre as políticas de desenvolvimento atuais, incluindo as políticas de turismo, buscamos evidenciar que existem poucas vinculações entre essas políticas e o espaço, e acreditamos que a consideração deste é uma condição indispensável para a construção de propostas de mudança que sejam viáveis tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista prático, como o desenvolvimento sócio-espacial.

Faz-se pertinente, portanto, compreender como essas vinculações tem-se feito notar em uma região como a Amazônia, na qual está inserido o Município de Cametá, nossa referência empírica de análise.

---

<sup>7</sup> Do encontro da geografia com o marxismo ocidental a partir das contribuições teóricas de Henri Lefebvre, surge a interpretação do espaço como conteúdo, condição e meio, pois ele não seria apenas um produto social, mas simultaneamente repercute na moldagem das relações sociais (SOJA, 1993).

<sup>8</sup> A natureza e o significado do espaço aparecem de forma mais explícita na obra de Milton Santos “Por uma Geografia Nova”, onde é apresentado como fator social, uma instância social e não apenas como um reflexo social (CORRÊA, 2001).

## 2.2 A AMAZÔNIA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

A Amazônia, por suas peculiaridades em termos de recursos naturais, sempre despertou a aguçada cobiça de capitalistas, o que pode ser visualizado especialmente pelos grandes investimentos realizados na região da década de 1950 em diante, principalmente no setor de exploração mineral. Assim, desenvolver a Amazônia sempre foi sinônimo de exploração dos recursos existentes na região.

Notadamente a partir da atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão criado em 1966 para planejar e incentivar o desenvolvimento, as políticas foram intensificadas por meio da exploração de suas riquezas, ficando expressa, nesse caso, a visão da região como reserva de recursos naturais (GONÇALVES, 2001). Essas políticas eram justificadas pelo discurso de acelerar o desenvolvimento e por motivos de segurança nacional. Com essas justificativas, o governo instalou a maioria dos programas e projetos na região visando àqueles fins e de sua integração ao resto do País, o que gerou implicações na sua (re)organização espacial em função das intervenções efetuadas.

Atualmente, devido à mudança na condução das políticas de desenvolvimento, manifesta-se uma nova estratégia do Estado para a Amazônia, como resultado das implicações da globalização. Sobre essa questão, Castro (2005, p. 75) analisa que:

[...] a reforma do Estado no Brasil respondeu às tendências gerais da economia decorrentes da transformação do modelo de produção, do fortalecimento da interação entre cadeias produtivas, da alteração da organização do trabalho e da gestão empresarial. Essas mudanças estariam mobilizando a redução da ação do Estado, enquanto ator, no desenvolvimento regional, ou estaríamos diante, sobretudo, da redefinição de um novo modelo de controle social e territorial? De que forma se manifestam as estratégias do Estado diante do avanço da sociedade da informação e de uma economia crescentemente globalizada?

No caso da Amazônia, ao contrário das políticas das décadas anteriores, pautadas em “desenvolvimento e segurança”, as políticas atuais visam ao desenvolvimento sustentável, fundamentando-se numa ação descentralizada e participativa para proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações locais (BECKER, 2005).



Dessa forma, tornou-se recorrente, ao tratar das políticas de desenvolvimento para a região, a referência ao desenvolvimento sustentável<sup>9</sup>. Frey (2005), referindo-se a essa temática, faz considerações a respeito das propostas de desenvolvimento sustentável de acordo com três abordagens básicas<sup>10</sup>, ressaltando que:

De acordo com a abordagem política de participação democrática, a questão do desenvolvimento sustentável não é, em primeiro lugar, uma questão de crescimento econômico, também não é, primeiramente, uma questão de falta de conhecimento sobre as inter-relações ecossistêmicas que temos que enfrentar, mas é, antes de mais nada, uma questão da necessidade de superar os conflitos de distribuição e de busca de justiça social. Ou seja, é uma questão eminentemente política (FREY, 2005, p. 114).

Assim, freqüentemente, hoje, a formulação de políticas públicas de caráter territorial se nutre do discurso do desenvolvimento sustentável, o que pode ser percebido através do apelo ao desenvolvimento do turismo ecológico na região.

A partir dos anos 1970, e principalmente da década de 1990, diversas atividades produtivas são eleitas na região, destacando-se, entre outras, o turismo. Isso pode ser entendido pela grande expansão do fenômeno turístico no Brasil, acompanhando uma tendência mundial. No caso da região amazônica, a presença de um grande potencial demonstrado através dos atrativos naturais e culturais, levou o governo federal a incentivar o desenvolvimento daquela atividade.

Ocorreria, assim, um novo devassamento<sup>11</sup> com a expansão da atividade turística na Amazônia? Parece que sim, devido à relevância dada à atividade mencionada nos principais planos de desenvolvimento para a região.

O turismo aparece como um dos setores produtivos relevantes para o desenvolvimento da região, pois o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)-1982/1985 já enfatizava sua importância econômica: “a Amazônia apresenta um grande potencial da atração turística, o qual, convenientemente aproveitado, pode vir a transformar-se em excelente fonte de geração de emprego e renda para a região” (BRASIL, 1982, p. 36).

---

<sup>9</sup> Atualmente, o Plano Amazônia Sustentável constitui um marco nas políticas públicas para a Amazônia e um grande desafio para alcançar o desenvolvimento regional com sustentabilidade (BECKER, 2006).

<sup>10</sup> O autor faz referência à abordagem econômico-liberal de mercado, a ecológico-tecnocrata de planejamento e a política de participação democrática (FREY, 2005).

<sup>11</sup> O primeiro devassamento da Amazônia foi o da floresta tropical situada ao longo dos rios, depois o da borracha, em seguida as frentes pioneiras agropecuária e mineral, e o último, a partir dos anos 1960, a abertura das estradas para a Amazônia (CARDOSO; MULLER, 1978).

Assim, entre os objetivos para a região, estaria o de aproveitar suas potencialidades, principalmente para a modalidade do turismo ecológico, o que passou a ser expressamente evidenciado no PDA 1992-1995<sup>12</sup>:

A sua economia deve experimentar um importante crescimento, ao mesmo tempo, em que promove mudança no perfil da estrutura produtiva, voltando-se de forma crescente para os ramos menos poluidores e predadores dos recursos naturais e de maior valor agregado, particularmente, agro-indústria, bio-indústria e turismo ecológico (BRASIL, 1992, p. 9).

O programa de turismo definido no PDA 1992-1995 teve como um dos objetivos a expansão e o desenvolvimento da atividade turística na região, através de subprogramas como o turismo ecológico, que buscava estimular os investimentos para a exploração desse ramo, aproveitando o maior patrimônio da Amazônia e contribuindo para a conservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, a Amazônia passa a ser palco de iniciativas governamentais, sendo visualizadas políticas públicas de desenvolvimento com intuito de incentivar a implementação da atividade turística. Por políticas públicas de desenvolvimento turístico para a Amazônia, segundo Rocha (1997), entende-se o conjunto de decisões que expressam condutas a serem adotadas para a materialização da atividade e as diretrizes que orientam o desenvolvimento do setor turístico.

Portanto, devido às possibilidades de expansão da atividade, a região amazônica aparece atualmente no cenário nacional e internacional como um local de grandes possibilidades, quer pelo grande volume de recursos naturais que possui, quer pelo fato de ser palco de experiências, pelo menos em nível de discurso, para o chamado desenvolvimento sustentável (FIGUEIREDO, 1996), e como principal perspectiva de incremento do turismo na região está o chamado ecoturismo, destacando-se em localidades com potencial ecológico onde se procura conciliar a exploração turística com o meio ambiente.

Conforme o discurso apregoado, a exploração do potencial ecoturístico se dá de forma conservacionista, pois aparentemente essa atividade não destrói os lugares; isso justificaria seu caráter de sustentabilidade e de relação intrínseca com o espaço local. Assim, a preocupação da sociedade global com as questões de

---

<sup>12</sup> O PDA 1992-1995 enfatiza que o futuro da Amazônia não está apenas em aproveitar os recursos disponíveis, e sim em criar um objetivo a ser alcançado que seja consolidado, só que desta vez integrando a ecologia e tecnologia, ou seja, a biodiversidade passando a ser usada de forma sustentável (BRASIL, 1992).

ordem ambiental, estaria também manifestada na prática das atividades turísticas (ROCHA, 1997).

As preocupações com as questões ambientais conduziram o turismo ecológico a um maior destaque, pois, na atualidade, a valorização da biodiversidade e a conservação dos ecossistemas levam os governos a buscar, através das estratégias de desenvolvimento, procedimentos ambientalmente sustentáveis.

Nesse contexto e na perspectiva do crescimento da atividade turística, a reflexão sobre o meio ambiente é colocada como um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de certas regiões (RUSCHMANN, 1997). De acordo com Rocha (1997, p. 163):

O ecoturismo ou turismo ecológico apareceu e se cristalizou nesse bojo, sendo, desde então, vendido pelo marketing turístico como uma atividade alternativa que consegue fazer conciliação entre o uso dito racional e a conservação do patrimônio natural e cultural dos lugares visitados.

O mesmo autor, demonstrando sua visão crítica sobre este tipo específico de turismo na Amazônia, comenta que, “na prática, entretanto, é impossível negar a mercantilização da natureza e da cultura, consideradas as principais matérias-primas para o turismo ecológico ou ecoturismo” (ROCHA, 1997, p. 163).

Trata-se, portanto, da modalidade de turismo tida como uma saída econômica e ambientalmente viável, pois “os apologistas da natureza e os ecologistas defensores do desenvolvimento econômico com preservação da natureza [...] vêm apontando como uma das alternativas ao desenvolvimento econômico da Amazônia” (COELHO, 1999, p. 60). No interior desse discurso é apresentada uma concepção de natureza que prescinde da sociedade, associada simplesmente à paisagem natural separada da história:

Na visão de natureza amazônica, ambos os discursos (ecologista e ecoturístico) resgatam tanto a velha imagem de “paraíso”, dotado de vegetação exuberante, de harmonia e de beleza, quanto a igualmente remota imagem de natureza inóspita, selvagem, inculta [...] (COELHO, 1999, p. 61).

Deste modo, essa concepção de natureza, derivada de uma visão romântica é duramente criticada por Coelho (1999). Apesar da limitação dessa concepção e das críticas sobre o ecoturismo, este segmento ganha cada vez mais destaque na

região, levando os governos a se mobilizarem para estimulá-lo em seus territórios, como destacaremos para o caso de Cametá.

Desde a década de 1970 o turismo vem sendo desenvolvido na Amazônia através da elaboração e execução de planos como o I PTA, sendo eleito o planejamento como instrumento para definir as políticas de turismo para a região.

De acordo com Endres (2001), nos documentos posteriores, elaborados a partir do início da década de 1990, como o II PTA, o esgotamento do Estado como condutor das políticas é ratificado pelo enfático discurso estatal em favor de parcerias e da participação dos vários atores sociais para a concretização das propostas para o turismo.

A formulação e aplicação de políticas públicas abrem-se, assim, a uma nova dinâmica. É nesse contexto que se verifica a tentativa do governo federal de descentralizar as ações referentes ao desenvolvimento do turismo, incentivando os municípios a criarem seus próprios projetos de incremento da atividade através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Essa atitude ganha repercussão em nível local, conforme poderemos constatar analisando o incremento dessa atividade no Município de Cametá.

Outra estratégia relevante do governo federal foi a criação do Programa Nacional de Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR)<sup>13</sup>, um programa de planejamento e investimentos que visa a desenvolver o ecoturismo na Amazônia brasileira (BRASIL, 2002). A partir dos vários programas e planos, elencou-se o ecoturismo como estratégico no paradigma do desenvolvimento sustentável.

Assim, é cada vez mais forte a tendência dos governos estaduais e municipais na região buscarem como estratégia de desenvolvimento a prática de políticas de fomento à atividade turística, principalmente a modalidade do ecoturismo. Esses governos assumem um discurso ecológico através de medidas de planejamento relacionadas à atividade como foi verificado no Estado do Pará.

Planejadas ou não, as políticas de desenvolvimento do turismo se tornaram uma realidade nos estados amazônicos. Isso pode ser visualizado recentemente na estratégia do governo do Estado do Pará, que tem na atividade turística uma de suas principais ações de desenvolvimento econômico, cabendo ao governo estadual

---

<sup>13</sup> O programa é co-financiado pelo governo brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e executado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia, em parceria com os estados amazônicos (BRASIL, 2002).

a necessidade de otimizar seu crescimento de forma sistematizada, através da execução de planejamento, como ocorreu com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico (PDT-PA):

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará foi contratado pelo Governo estadual visando definir estratégias para que a atividade se desenvolva de forma que traga melhoria de qualidade de vida à população paraense. Considerando a riqueza de atrativos da Amazônia paraense e seu grande apelo sobre mercados emissores de turistas e o crescimento dos segmentos de viagens voltadas à natureza, o Pará apresenta condições muito significativas para que o turismo seja importante instrumento de desenvolvimento econômico e social. (PARÁ, 2001, p. 5).

O investimento no setor turístico nesse Estado pode ser verificado, por exemplo, nas ações do Macrozoneamento Econômico-Ecológico (MZEE) do Estado, um instrumento de planejamento que passa a subsidiar as ações, tendo como objetivo a ordenação e gestão do território, de maneira a

[...] subsidiar as macropolíticas voltadas para a melhor ocupação do território paraense de forma a promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis, preservar e conservar a biodiversidade disciplinando planos e projetos de interesse estratégico dos setores públicos e privados [...] (PARÁ, 2005, p. 76).

Uma das macro-políticas do MZEE do Pará é promover o desenvolvimento do turismo contribuindo para a geração de emprego e renda, confirmando a idéia de que os governos estaduais e municipais perseguem estratégias diversas para alcançar o desenvolvimento sustentável, incluindo o ecoturismo como atividade básica (BECKER, 2006).

O planejamento da atividade torna-se um relevante instrumento para otimizar as ações de desenvolvimento do setor. Nestes termos, objetivando promover o crescimento da atividade de forma sistemática no Estado, o governo do Pará elaborou o Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará (PDT-PA) que constitui as políticas que orientam os investimentos, assim como expressa o interesse do governo em utilizar o setor turístico como uma das “alavancas” do desenvolvimento do Estado.

Como muitas outras políticas territoriais no Brasil, aplicadas em alguns casos regionais e urbanos desde a década de 1950 (COSTA apud CRUZ, 2001), o plano elaborado foi estruturado e inspirado na teorização de Perroux (1967), que considera

que o desenvolvimento se manifesta em pontos ou pólos de crescimento, expandindo-se por diversos canais.

Em comparação com a idéia de Perroux as ações do Estado para o fomento do turismo, a intenção é promover uma entrada ainda maior de empresas que estejam interessadas em investir no setor. Dessa forma, gradativamente, o universo das empresas no ramo do turismo aumentará, provocando, segundo a idéia do plano, um crescimento das divisas geradas a partir do fluxo intenso das atividades [...] (SERRA, 2007, p. 123).

O projeto Beija-Flor<sup>14</sup>, que antecedeu o PDT-PA identificou quatro pólos turísticos – Belém/Costa Atlântica, Marajó, Tapajós e Araguaia/Tocantins. Com base nestes pólos o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará efetuou seu diagnóstico e identificou produtos e negócios turísticos prioritários. Uma importante modificação foi realizada após o diagnóstico realizado, sendo feito o desmembramento de dois desses pólos, em função das características diferenciadas dos recursos e das demandas observadas. Desta forma, o Estado do Pará foi planejado em seis pólos: Belém, Costa Atlântica, Marajó, Tapajós, Xingu e Araguaia/Tocantins (PARA, 2001). Neste último situa-se o Município de Cametá, tornado nossa referência empírica de análise.

Após a definição dos principais pólos foram identificadas as principais atividades turísticas desenvolvidas pelos mesmos, sendo classificadas em termos de volume de demanda, grau de desenvolvimento e potencial para atrair novos fluxos de turistas. Assim, no que se refere à concepção de turismo, o plano, apresenta características peculiares à concepção de mercado, muito usual do chamado turismo de massa (SERRA, 2006).

Ao analisar esses pólos em que foi estruturado o Estado, verifica-se que o objetivo é contribuir para o desenvolvimento do turismo através das oportunidades competitivas apresentadas por cada um deles, podendo ser entendido como um posicionamento onde o elemento marcante é a idéia da competitividade. Definidas as estratégias, foram traçados os objetivos, programas e ações a serem desenvolvidos, tendo-se como principal objetivo converter o Estado do Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional, mediante a um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável (PARÁ, 2001).

---

<sup>14</sup> Este projeto consiste em um estudo feito antes da consolidação do PDT-PA. Foi desenvolvido de 1999 a 2002 no período do segundo governo de Almir Gabriel para articular a construção do plano de desenvolvimento do turismo do Pará (SERRA, 2007).

Dessa forma, o desenvolvimento perseguido pelo governo através do turismo apresenta-se carregado do discurso da sustentabilidade, pois o desenvolvimento daquela atividade só teria sentido se realizado dessa forma. Assim, por exemplo, no documento, é apresentada uma preocupação com o meio ambiente, considerada a matéria-prima utilizada pelo turismo.

A sustentabilidade do desenvolvimento turístico se mostra ainda mais importante no Pará, em função de grande parte de seus recursos estar relacionada com ecossistemas frágeis de floresta amazônica, em que uma utilização intensiva pode provocar danos irreversíveis ao patrimônio natural da região amazônica. (PARÁ, 2001, p. 55).

Além disso, verifica-se que o discurso da sustentabilidade é levado a um sentido mais amplo, destacando-se também a referência à sociedade

[...] a sustentabilidade não se prende exclusivamente aos aspectos ambientais. O Plano de Desenvolvimento Turístico deve considerar a sustentabilidade dos valores culturais e sociais do Pará. O turismo deve ser instrumento de valorização dos aspectos culturais locais e de viabilização econômica de sua produção, [...] Passa também pela adoção de um modelo de desenvolvimento que valorize os recursos humanos, materiais e econômicos da região. O desenvolvimento deve valorizar a mão-de-obra local, assim como os empreendedores da própria região devem ser valorizados (PARA, 2001, p. 55).

Resta saber, entretanto, se realmente, além do crescimento econômico pretendido, também vai ocorrer um desenvolvimento no sentido mais amplo, contemplando os anseios da sociedade como um todo.

Portanto, através das estratégias de desenvolvimento atuais elencadas para a Amazônia e, por conseguinte o Pará, as políticas de desenvolvimento regional agora também são desencadeadas a partir da incorporação de territórios para o turismo, inserindo áreas que não foram integradas efetivamente às políticas anteriores.

Cabe questionar a natureza dessa política quando aplicadas às realidades locais. E mais, saber se as múltiplas dimensões da sustentabilidade estão sendo levadas em conta como objetivos e diretrizes centrais. O caso de Cametá pode ser interessante para pensar essas questões associadas à consideração do espaço como sendo socialmente produzido e como revelador de especificidades locais, posto que se trata de um Município que, em grande parte, resguarda potencialidades e dimensões de uma Amazônia ribeirinha face à expansão da fronteira econômica que se consolidou na região nas últimas décadas.

### 2.3 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ATUAL DE CAMETÁ: EXPRESSÃO DE UMA ESPECIFICIDADE LOCAL

A Amazônia é uma região que apresenta uma grande diversidade no que diz respeito ao processo de produção do espaço, existindo, assim, uma variedade de expressões sócio-espaciais, que sintetizam as especificidades locais, como a ribeirinha.

Para compreender essa expressão espacial é necessário entender o cotidiano do ribeirinho e a relação deste com os rios, que tiveram um papel primordial na produção do espaço, tornando-se as vias de circulação de mercadorias, de pessoas, e configurando um padrão espacial muito específico. É nesta produção social do espaço, às margens e pelos cursos fluviais, que se encontram modos de vida, que têm como primeira referência a dinâmica e o ritmo das águas.

Desde os primeiros momentos da colonização a base econômica tinha nos rios a sua vida e sua dinâmica. Inicialmente o extrativismo, e até mesmo a agricultura e a pecuária, estavam vinculadas à dinâmica dos rios. “Ainda hoje, os rios na Amazônia funcionam como verdadeiras estradas integrando a região, sendo muitas vezes o único meio de acesso para algumas localidades” (TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA 2005, p. 19).

Mas, nesta tarefa de compreensão da face ribeirinha amazônica é preciso ultrapassar a abordagem limitada às formas espaciais que se desenvolveram às margens fluviais, sendo necessário entender o modo de vida e sua espacialidade, considerando, assim, as formas e conteúdos espaciais relacionados à dinâmica do cotidiano ribeirinho.

Destacamos, então, entre as expressões espaciais na Amazônia, as cidades e vilas ribeirinhas, buscando evidenciar a relevância do rio para além de sua utilização como espaço de circulação de mercadorias e pessoas.

O espaço local é constituído de várias dimensões - econômica, política, cultural, espacial etc. - que o caracterizam. Contudo, é, de qualquer forma, a expressão da dimensão do humano refletindo e reproduzindo através do movimento de vida, de um modo de vida, de um tempo específico (CARLOS, 1992).

Enquanto realização da sociedade, a cidade, por exemplo, pode ser vista como uma forma de organização do espaço, como expressão concreta de processos



sociais que são expostos na sua espacialidade. De acordo com as palavras de Lefebvre (2001, p. 46), “a cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade [...]”. Assim, a cidade é produto e condição social das relações sociais. É, assim, sociedade territorialmente organizada.

Como produto e condição da sociedade, as cidades apresentam uma realidade sócio-espacial que resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes, definindo-se um tempo espacial próprio a cada lugar (SANTOS apud CORRÊA, 1987). Sendo assim, a partir da combinação de variáveis cada cidade teria definida uma temporalidade própria (MACHADO, 1996), e, ao mesmo tempo, uma espacialidade.

Variam os tempos históricos e culturais, em uma abrangência espacial que implicam formas de apropriação desiguais do território [...]. São, portanto, tempos culturalmente diversos, que impõem o conhecimento da formação das cidades, por meio de uma diferenciação de períodos, combinando variáveis endógenas ou exógenas para a compreensão final em termos de uma formação social (VICENTINI, 2004, p. 14).

Na Amazônia, essa combinação de variáveis é visualizada em uma de suas expressões, a das “cidades ribeirinhas”, caracterizadas por Corrêa (1987) como segmentos “velhos” que contrastam com os que surgiram ao longo das rodovias recentemente, representando os segmentos “novos”.

A região é uma verdadeira composição heterogênea, do ponto de vista da produção do espaço geográfico. Sua particularidade é dada a partir da diversidade sócio-cultural, que influencia na relação sociedade-natureza, resultando numa diversidade de expressões espaciais. Nesse sentido, a Amazônia é uma região de múltiplas expressões sócio-geográficas, o que torna importante a discussão sobre a relação entre as estratégias espaciais consubstanciadas nas propostas de desenvolvimento pensadas para a região e essas particularidades sócio-espaciais.

Para Gonçalves:

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada [...], em seus diferentes contextos socioculturais específicos, por suas populações que forjaram seu patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas (GONÇALVES, 2001, p. 9).

Segundo o mesmo autor, a Amazônia é, acima de tudo, marcada pela diversidade, sendo possível identificarmos dois padrões de organização do espaço, contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região: o padrão de organização rio-várzea-floresta e o padrão de organização estrada-terra firme-subsolo (GONÇALVES, 2001).

No primeiro, o elemento de grande diferenciação é o rio, que influencia na vida das populações e repercutiu na configuração da rede urbana da região, sendo definida a disposição geográfica dos núcleos de povoamento através da rede fluvial (MACHADO, 1996), pois foram pelos rios que se engendraram as relações históricas que implicaram no surgimento das vilas e cidades.

De acordo com as palavras de Gonçalves (2001, p. 94):

É possível identificarmos um modelo de ocupação tradicional na Amazônia plasmado por meio de um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta, os campos, as várzeas (GONÇALVES, 2001, p. 94).

Dentre as expressões espaciais presentes na Amazônia, estão as cidade e vilas ribeirinhas, onde as dimensões de tempo e espaço foram estabelecidas na dinâmica de relações construídas a partir das características sócio-geográficas da região, com a presença marcante dos rios e do conjunto de práticas sócio-espaciais a eles ligadas produzindo uma das particularidades que definem a região. Essa realidade é destacada por Oliveira (2000, p. 158):

Às cidades dessa Amazônia chega-se pelo rio e delas é possível se contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar, quer se olhe em direção ao ocidente ou ao oriente. A paisagem citadina avista-se ao longe, aparecendo aos poucos, preguiçosamente aos olhos de quem se aproxima, sem pressa de chegar. Quase sempre, o primeiro sinal é a torre da igreja tão distante que até parece nunca será alcançada. Assim vista, a maioria destas pequenas cidades situa-se às margens dos rios se constituem numa pausa repousante da monótona sucessão de matas que as margens do rio [...].

Nesse contexto, é possível compreender a história e a geografia destas cidades e dos municípios dos quais fazem parte, através da força que os cursos fluviais imprimiram em seu desenvolvimento econômico e cultural (TRINDADE JR.; SANTOS; RAVENA, 2005), tendo como característica predominante a interação

social a partir do rio, onde todo um modo de vida e um processo de produção do espaço foram sendo construídos.

A relação histórica entre as cidades e o rio na Amazônia apresenta uma forte dimensão geográfica, responsável por apresentar material e simbolicamente em suas paisagens e em seus espaços determinadas particularidades construídas através de uma multiplicidade de usos e de formas de apropriações relacionadas às necessidades de produção econômica e de expressões sociais com fortes apelos culturais, associados ou não às singularidades locais e às particularidades regionais (TRINDADE JR; SILVA; MALHEIRO, 2005).

O elemento singular dos espaços ribeirinhos é sua dinâmica de relações que se dão mediadas pelos rios, pelos portos e pelos trapiches; estes destacados por Silva e Malheiro (2005) como síntese de uma cadeia de relações que envolvem mundos diversos, pois neles se processa, com maior intensidade, o contato entre esses mundos. Do mesmo modo, os autores abordam como elemento relevante nessa interação do homem (ribeirinho) com o rio, a importância das embarcações como sendo uma singular expressão dessa mesma interação.

Segundo Lefebvre (2001, p. 46) “apenas hoje é que começamos a apreender a especificidade da cidade (dos fenômenos urbanos)”, e vemos essa possibilidade na tentativa de entender a cidade na Amazônia, pela presença e importância dos rios nas relações cotidianas que seguem a imposição de um tempo, “[...] não de um tempo da natureza somente, mas de um entrecruzamento de tempos visualizados no espelho da relação da cidade com o rio, espelho este responsável pela adjetivação de ‘ribeirinho’” (SILVA; MALHEIRO, 2005, p. 151).

A constituição das cidades na Amazônia não segue somente a tendência da força das relações econômicas moldando e impondo sua presença na configuração das relações de produção. Segundo Oliveira (2000, p. 169), “a produção da cidade não se restringe ao econômico, mas à reprodução da vida, pois a cidade não depende apenas das relações de produção, mas abrange outras dimensões como a política, a cultura e o lazer”.

Dentre essas dimensões preponderantes na produção do espaço na Amazônia, uma que tem importante presença na configuração das cidades é a cultural, traduzida também na dimensão simbólica das relações sociais, posto se tratar de uma dimensão que, “[...] produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos” (CROSGOVE,

2003, p. 103). É essa especificidade que marca a formação dos espaços ribeirinhos, reconhecidos a partir de processos históricos, ligados a várias identidades de vida e de culturas locais (TRINDADE JR., 2006).

Assim, entendendo a cidade como uma dimensão simbólica (LEFEBVRE, 2001), ou ela própria constituindo-se uma forma simbólica, conforme Corrêa (2003), verifica-se a importância que deve ser dada à dimensão cultural, pois, segundo o mesmo autor, esta amplia a compreensão da sociedade tornando inteligíveis as espacialidades e temporalidades expressas por meio de formas simbólico-culturais. E a Amazônia, nas palavras de Vicentini, é um

território incomensurável de culturas ainda em parte desconhecidas, em que é possível identificar pela análise de diversos estudos existentes, [...], pela diferenciação entre povos de floresta e povos da planície fluvial amazônica, formas de vida nômade, marcadas pela diversidade no reconhecimento do 'outro' e pelos conteúdos simbólicos e míticos de suas culturas (VICENTINI, 2004, p. 33).

É esta heterogeneidade cultural que resulta, em grande parte, na diversidade das paisagens que compõem a realidade sócio-espacial na Amazônia, especialmente naquela nomeada aqui de ribeirinha.

Focalizando o exemplo de Cametá, mostra-se que essa especificidade está presente na sua condição geográfica, na interação cidade-rio, por meio da qual se reconhece um sistema de objetos (formas) e um sistema de ações (conteúdos) que reafirmam a interação dos homens com o rio.

É nesse sentido que buscamos enfatizar a expressão espacial do Município de Cametá, portador dessa especificidade sócio-espacial aqui considerada, ou seja, a condição geográfica ribeirinha e sua inserção nas políticas de desenvolvimento, especialmente as de incentivo ao turismo.

Sua fundação está relacionada ao surgimento dos núcleos urbanos no contexto de ocupação e povoamento português na Amazônia no século XVII. A partir desse momento, portanto, passou a desempenhar a função de servir como ponto de defesa e/ou de penetração e conquista de território por meio do rio, definindo a ocupação da região através da circulação fluvial; estratégia esta que conferiu um ordenamento espacial de seu espaço voltado notadamente para as vias fluviais.

Assim sendo, desde o início do processo de ocupação pelo colonizador, o rio foi definido como elemento estratégico na conquista da região, seja como fator que ajudava a assegurar a defesa do território, seja como perspectiva de controle

econômico; razão pela qual ocorreram os primeiros povoamentos ao longo do rio e a partir dele começaram a ser extraídos os produtos da floresta, voltados inicialmente para as drogas do sertão, sob o controle das ordens religiosas.

O papel do rio como via de circulação, logo lhe possibilitou a condição central de espaço estratégico, do ponto de vista econômico (circulação, comércio) no ordenamento territorial e na possibilidade de estruturação da embrionária rede urbana amazônica, que tem como característica marcante uma configuração espacial onde o elemento de referência são as águas.

Contudo, sua definição como Município ribeirinho não se deve somente pela proximidade física do rio, mas pelas relações construídas e desempenhadas pelo ribeirinho, as interações e modos de vida que são estabelecidos entre moradores e o rio, seja este tratado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda como um referencial simbólico, intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico (TRINDADE JR, 2002).

De acordo ainda com Trindade Jr. (2002, p. 20):

As cidades ribeirinhas caracterizam-se não simplesmente por estarem localizadas à beira-rio, mas principalmente por apresentarem um sistema de objetos (forma/paisagem) e um sistema de ações (conteúdo) que reafirmam a interação cidade-rio, seja do ponto de vista material/funcional, seja do ponto de vista simbólico.

Como outros espaços que têm seu processo de surgimento explicado a partir da colonização da Amazônia, Cametá desenvolveu um padrão espacial por meio do qual os aglomerados populacionais - cidade, vilas e povoados -, estão situados em sua maioria à margem dos cursos fluviais, e, em especial, à margem do Tocantins. Neste caso verifica-se a importância das políticas de desenvolvimento se pautarem em uma concepção de desenvolvimento que considere esse potencial e essa característica sócio-geográfica.

O movimento de subida e de descida da águas são possivelmente uma das feições mais importante dos rios, com os movimentos cíclicos, repetitivos a cada seis horas, interferindo no estilo de vida da população ribeirinha, influenciando hábitos e criando padrões culturais, como o horário de acordar e de pescar (COSTA, 2006). É nessa dinâmica que o rio Tocantins demarca sua importância para a vida local, pois os momentos da vazante e da cheia indicam a partida ou saída das embarcações que aportam todos os dias na sede e nas vilas do Município, expressando nelas

também uma configuração espacial, onde as ruas e caminhos, a exemplo de outras cidades amazônicas, terminam invariavelmente no porto (OLIVEIRA, 2000).



FOTO 1: VISTA PARCIAL DA CIDADE E DO RIO TOCANTINS. A configuração espacial da cidade de Cametá retrata bem a sua ligação com o rio, pois as suas principais ruas terminam nos portos e trapiches, os elos de ligação direto com o rio (Foto: André Batista, Jan./2004).

A população experimenta um ritmo de vida onde os processos estão ligados ainda à dinâmica do rio Tocantins, bastante utilizado pelos moradores como via de transporte. O transporte fluvial é prioritário e constitui-se fator de sobrevivência e integração socioeconômica, possibilitando o escoamento de produtos, assim como a ligação com os municípios localizados no Baixo Tocantins.

Assim, o rio Tocantins é um dos elementos fundamentais para o ritmo e a organização social, porque sustenta e conduz a própria vida desta região, cumpre um papel estruturante na vida de todo o complexo ecológico, sendo fundamental para a economia e a sobrevivência da região, uma vez que dele depende, em boa parte, o abastecimento alimentar da população local (COSTA, 2006).

Além da importância do rio, como elemento essencial na organização sócio-espacial, destaca-se em Cametá a constituição de uma reduzida presença de densidade técnica no espaço geográfico. Em decorrência da sua formação sócio-espacial, é representante de uma Amazônia, onde os “vetores da modernidade” não

estão plenamente presentes, sendo visível uma realidade espacial caracterizada por Santos (2004), como governada pelo “tempo lento”<sup>15</sup>.

Portanto, é justamente essa identidade sócio-geográfica que queremos elucidar para mostrar que essa dimensão espacial amazônica é o elemento principal na “geograficidade” do Município de Cametá e que, como expressão sócio-espacial, pode ser utilizada como possibilidade de potencializar o turismo, numa proposta de fortalecer ou reafirmar essa particularidade sócio-geográfica.

Essa preocupação parte do pressuposto que existem várias “amazônias” e que algumas não foram completamente transformadas pela “modernização” avassaladora, e ainda que as dimensões de tempo e espaço, nesses casos, são estabelecidas a partir de outras dinâmicas que não necessariamente a dos grandes projetos (OLIVEIRA, 2000), gestados a partir da constituição da fronteira econômica na região.

São nestes termos que se reconhece a expressão sócio-espacial de Cametá, por meio de tradições culturais, de práticas econômicas não necessariamente modernas e globalizadas, de formas de circulação mediadas por um tempo lento, da interação do homem com a natureza, e notadamente, com o rio, cuja importância extrapola o sentido da circulação, para definir em muito a vida cotidiana dos homens que fazem desse Município amazônico seu espaço de vivência.

---

<sup>15</sup> O tempo lento de acordo com a abordagem de Santos (2004) é aquele que se antepõe a um tempo rápido, onde o primeiro apenas pode ser considerado em relação ao último e vice-versa.

### **3. O MUNICÍPIO DE CAMETÁ E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

#### **3.1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE CAMETÁ**

A abordagem sobre a formação sócio-espacial de Cametá é uma tarefa importante para o entendimento do seu processo de organização espacial e a respectiva inserção nas políticas de desenvolvimento pensadas e implementadas na Amazônia.

Para compreendermos a formação sócio-espacial de uma determinada região ou lugar, além da abordagem espacial, temos que desenvolver também um tratamento temporal, pois segundo Santos (2004, p. 252), “um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes”. Assim, é preciso uma análise espaço-temporal procurando definir a periodização espacial, ou seja, os tempos históricos em que se dá a configuração do espaço.

A periodização espacial é a reconstrução do tempo espacial, isto é, a colocação em evidência dos momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial. É a seqüência de combinações desiguais das diferentes instâncias da totalidade social, podendo conter e estar contida nas instâncias econômica, jurídico-política e ideológica (CORRÊA, 1987).

Para Corrêa (1987, p. 40):

Cada uma das instâncias possui seu tempo próprio de desenvolvimento, sua própria temporalidade, sendo dotada de relativa autonomia no bojo da totalidade social. É a combinação dessas diferentes temporalidades que define a forma específica da existência da totalidade social.

É através da periodização que se identifica como a história de uma sociedade deixa marcas, que nada mais são do que a organização espacial da sociedade, pois com um novo período, temos um novo arranjo espacial, uma nova configuração do espaço.

Obedecendo às instâncias que definem a espacialidade e a temporalidade própria a cada sociedade, mudanças importantes na organização espacial são observadas no percurso histórico, sendo preciso, assim, uma abordagem capaz de destacar os elementos que determinam a organização sócio-espacial através do



tempo, já que o espaço social não pode ser explicado sem o tempo social (SANTOS, 2004).

São as mudanças na dinâmica da sociedade, no seio das diferentes instâncias que repercutem na (re)organização do espaço, pois quando se dá uma ruptura é sinal de crise e passagem para um outro período (SANTOS, 1994). Assim, podemos definir os tempos históricos em que se processam as mudanças na sociedade e na sua organização espacial.

A partir da definição dos tempos históricos podemos, num esforço teórico, vislumbrar o entendimento da organização espacial de Cametá, através das variáveis que compreendem a sua formação espacial, pois cada lugar, cada região, apresenta uma realidade sócio-espacial que resulta de uma combinação de variáveis que datam de idades diferentes: é o tempo espacial próprio a cada lugar (CORRÊA, 1987). É assim que procuraremos destacar os períodos principais em que se deu a formação sócio-espacial de Cametá.

No contexto da ocupação ou apropriação da região no início do século XVII é desencadeado um processo que resulta na dominação do território. O povoamento inicial da Amazônia ocorre durante os séculos XVII e XVIII quando os portugueses, a partir de Recife e Salvador, deslocam-se para a região com finalidade de afastar os concorrentes ingleses, holandeses e franceses (CARDOSO; MULLER, 1978).

A incorporação de áreas se fazia a partir da criação de um núcleo urbano que em seguida servia como ponto de penetração territorial e principalmente destinava-se a desempenhar a função como ponto de defesa do território face às pretensões dos outros países (CORRÊA, 1987). A partir desse núcleo partiam expedições militares e povoadoras, como ocorreu com a criação do Forte do Presépio, que deu origem a Belém, verificado nas palavras de Corrêa (1987, p. 43):

As expedições militares, originárias do Forte do Presépio, iriam expulsá-los da Amazônia. Do pequeno núcleo, junto ao Forte, partiriam, em breve, novas expedições povoadoras da região, criando os primeiros núcleos de povoamento como as atuais cidades de Bragança (ex-Souza do Caeté) em 1633 e Cametá (ex-Vila viçosa de Santa Cruz) em 1635 (CORRÊA, 1987, p. 43).

A partir das ações dos colonizadores portugueses, no contexto de ocupação no século XVII, ocorre a expulsão de ingleses, franceses e holandeses que penetravam na região com vistas ao seu domínio e exploração. É nesse contexto que se insere a colonização da Zona do rio Tocantins e a formação do núcleo de

povoamento de Cametá, que visava a impedir o estabelecimento de outros países colonizadores europeus, pois estes estavam interessados em conquistar este território, assim como ambicionavam a exploração do rio Amazonas e seus afluentes (POMPEU, 2002).

O início do processo de ocupação e, conseqüentemente, de formação do primeiro núcleo de povoamento de Cametá se dá com a empreitada realizada pelos religiosos. A questão estratégica de dominação territorial, presente com a construção de fortificações militares, vinculava o surgimento das cidades à questão estratégica, mas vinculava-se também às construções idealizadas na cristandade como tarefa missionária junto aos “homens selvagens” da América (VICENTINI, 2004).

Sobre as atividades desenvolvidas por missionários que resultaram na fundação de Cametá, Veloso (1996, p. 6) esclarece:

[...] A convite de Frei Cristovão de São José, o Frei Cristovão de Lisboa realizou uma viagem pastoral ao Tocantins [...] chegando à Cametá a 3 de Outubro de 1625, onde permaneceu por alguns dias e fundou oficialmente a “Missão Religiosa” com o título de Vila viçosa de Santa Cruz de Cametá.

Assim, foi somente após a fundação de Belém que se deu de forma mais efetiva a ocupação da região do Baixo Tocantins, com a concessão da donatária, o que resultou em seguida na fundação oficial da vila de Viçosa de Santa Cruz de Cametá.

O governador das capitanias do Maranhão e do Grão Pará Capitão-Mor Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho concedeu ao seu filho Feliciano Coelho de Carvalho a donatária das capitanias de Santo Antônio de Alcântara e Santa Cruz de Cametá. O rei de Portugal confirmou a doação por Carta-Régia de 24 de Outubro de 1635, determinando a extensão dessas capitanias. Ao tomar posse elevou Cametá oficialmente a categoria de VILA, com o título de “Vila viçosa de Santa Cruz de Cametá” (VELOSO, 1996, p .6).

É a partir desse momento que a produção do espaço deixa de ser produto e condição exclusiva das relações indígenas e passa a ser desencadeada por novas relações de produção, políticas e sociais com a chegada dos colonizadores na região. A materialização dessas relações é expressa principalmente através das fortificações e missões religiosas, dando origem aos primeiros núcleos populacionais na região.

A fundação oficial de Cametá em 1635 foi estratégica para a ocupação definitiva do território do Baixo Tocantins pelos portugueses, pois se tornou também importante ponto de penetração e conquista territorial. Como exemplo, uma das principais expedições que resultou na ampliação no domínio do território por parte de Portugal, foi realizada por Pedro Teixeira em 1637.

Outro grande acontecimento histórico ocorreu ainda na Vila Viçosa, hoje Cametá-Tapera. Foi a organização da expedição de Pedro Teixeira, que arregimentou cerca de 1.000 índios flecheiros, com embarcações construídas por lá mesmo, famosa expedição que partiu da praia local a 28 de outubro de 1637 para empreender a grande façanha de conquistar toda essa vasta Amazônia que duplicou o tamanho do Brasil (TAMER, 1998, p. 17).

De acordo com Arno e Wehling (1999), a principal entrada do século XVII foi a de Pedro Teixeira, pelo rio Amazonas. Motivado pela chegada a Belém, por via fluvial, de espanhóis saídos de Quito, Pedro Teixeira organizou a expedição em 1637 objetivando definir a rota Pará-Peru, há décadas ambicionada. Subindo o Amazonas e o Solimões, tomou posse para Portugal simbolicamente das terras até o rio Napo, o que evidentemente ultrapassava muito o meridiano de Tordesilhas<sup>16</sup>.

Devido às atividades vinculadas à exploração das drogas-do-sertão, que desempenhou importante papel na organização do espaço, Cametá torna-se importante aglomerado populacional. O período de exploração dessas especiarias (cacau, cravo, canela, manteiga de peixes e outros), durante os séculos XVII e XVIII repercutiu na produção do espaço geográfico no contexto inicial de ocupação da Amazônia.

As atividades, vinculadas às drogas do sertão, desempenharam importante papel na organização do espaço através da implantação de um embrião da rede urbana [...]. É nesta ratificação e reforço mantém-se e reproduz-se o mesmo padrão de localização relativa e absoluta: localização ribeirinha consubstanciando um padrão espacial dendrítico, e um sítio sobre um terraço fluvial, a salvo das cheias periódicas (CORRÊA, 1987, p. 45).

Segundo Corrêa (1987), em função da exploração das drogas-do-sertão algumas áreas foram levadas a uma posição de destaque, através das funções

---

<sup>16</sup> As entradas como a de Pedro Teixeira em 1637 foram extremamente importantes para a expansão do domínio colonial português. A partir da expedição de Pedro Teixeira ocorreu a ultrapassagem da linha do Tratado de Tordesilhas, o que deu a Portugal maior conhecimento dos territoriais além do tratado.

comerciais e serviços que se ampliaram desigualmente verificando-se um maior desenvolvimento dessas atividades em Cametá, localizada no baixo curso do Tocantins, em razão da concentração e expansão da lavoura do cacau.

Nesse sentido, no que se refere à produção econômica, Cametá teve um período de apogeu em função das atividades vinculadas à produção da borracha e do cacau, principalmente este último, que constituiu seu principal quadro econômico, trazendo como repercussão uma notória presença dentro do contexto da política e da economia extrativa que predominou na região até a década de 1960.

Esse destaque de Cametá no aspecto político-administrativo e comercial é observado por Vicentini (2004, p. 62):

Por meio de funções comerciais e da implantação de funções urbanas de natureza político-administrativa, verificou-se uma expansão das atividades de comercialização junto ao povoamento de Cametá, no Baixo Tocantins, com a extensão das áreas de lavoura do cacau.

Contudo, a importância econômica de Cametá não teve prosseguimento. Em meados de 1950 sua economia já manifestava uma realidade de declínio, apresentada pela decadência da borracha e perda de importância do cacau com a diminuição dos preços no mercado internacional.

A partir da década de 1950, verificou-se, em escala mundial, a retomada da expansão capitalista incorporando novas áreas, principalmente aquelas ricas em recurso naturais, motivo maior da inserção da Amazônia na lógica da ocupação do território. Isso levou a uma posição de destaque certas áreas pertencentes a esta nova lógica de produção do espaço, com o crescimento de centros urbanos inseridos na dinâmica dos grandes projetos, o que resultou em um contraste entre as antigas (cidades ribeirinhas) e as novas áreas (centros urbanos integrados aos grandes empreendimentos ou às principais rodovias) inseridas no emergente processo de integração regional.

Nestes termos, para Corrêa (1987, p. 62):

Ao rápido e recente crescimento desses centros urbanos, opõem-se um menor crescimento das cidades ribeirinhas do Amazonas ou dos baixos cursos de seus afluentes. Esses centros foram afetados pela circulação rodoviária e por uma menor valorização de suas hinterlândias, verificando-se uma diminuição ou estagnação de suas áreas de influência e do capital como focos de navegação fluvial (CORRÊA, 1987, p. 62).

Nessa “competição” entre as cidades das rodovias e as cidades ribeirinhas, as primeiras tem-se favorecido em detrimento das últimas (CORRÊA, 1987), pelo menos do ponto de vista dos investimentos econômicos que foram canalizados, como o Projeto Albrás-Alunorte em Barcarena e a construção da Hidrelétrica em Tucuruí, o que será tratado com mais detalhes mais a diante.

Atualmente, como resquício de seu passado econômico, destaca-se ainda no Município de Cametá uma economia de base extrativa, principalmente do açaí nas várzeas que compõem o território municipal, além do comércio e serviços. Assim, o extrativismo (vegetal), a caça e a agricultura familiar compõem atualmente as atividades e os espaços da produção, sendo os produtos básicos da economia a pimenta-do-reino e o açaí (PROJETO GESPAN, 2004).

Contudo, outras atividades produtivas são vistas como alternativas para o desenvolvimento, como a piscicultura e o turismo; atividades essas que vêm sendo incentivadas como alternativas para garantir a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental.

Essas atividades tornaram-se elementos definidores de planos e projetos na região como o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS), que destaca a importância da agricultura familiar (arroz, feijão, mandioca, cacau, pimenta-do-reino); da pesca artesanal e piscicultura; do extrativismo (madeira, palmito, açaí); do turismo (cultura popular, patrimônio cultural, artesanato etc); e da economia popular (associações, cooperativas, atividades informais) (CAMETÁ, 2007).

Como enfatizamos, a partir da década de 1950 são desencadeadas transformações na organização espacial na Amazônia, em função da expansão das novas atividades capitalistas, que incorporam principalmente algumas áreas ricas em recurso naturais na lógica da ocupação. Isso levou a uma posição de destaque de certas áreas pertencentes a esta nova lógica de produção do espaço, não atingindo, assim, a totalidade da região. O resultado foi o contraste entre as antigas e as novas áreas inseridas no emergente processo de constituição da fronteira econômica amazônica.

### 3.2 A FRONTEIRA ECONÔMICA E A FRONTEIRA TÉCNICO-ECOLÓGICA: A INSERÇÃO DE CAMETÁ E AS PERSPECTIVAS PARA O INCREMENTO TURÍSTICO

De acordo com Becker (1990a), uma das autoras empenhadas na discussão da fronteira, principalmente para entender a inserção amazônica ao processo capitalista mundial a partir da instalação de novos processos estruturais, a fronteira é definida como espaço não plenamente estruturado, gerador de realidades novas, sendo possível o surgimento de novas estruturas sócio-espaciais. Nas suas palavras, “[...] ela consiste em um espaço não plenamente estruturado, com uma organização capitalista inacabada, formas de produção e organização social indefinidas e fluidas, que lhe atribuem um elevado potencial político” (BECKER, 1990a, p. 186).

Em alguns dos principais trabalhos realizados sobre a fronteira, a autora procurou mostrar que a Amazônia a partir dos anos 1960 se insere num contexto de expansão do sistema capitalista mundial, principalmente em função da grande disponibilidade de recursos naturais existentes em seu território. Como resultado desse processo tem-se, então, a constituição das frentes de expansão de atividades como a madeireira, a mineradora e a agropecuária, ligadas diretamente à expansão da fronteira econômica, que, segundo Martins (1996), tornou-se também um mundo residual de expansão capitalista.

Sob essa perspectiva, para Martins (1996, p. 27):

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro [...]. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História [...].

Ao se referir a questão, Martins (1996) define a fronteira a partir do entendimento da frente de expansão e da frente pioneira. Em sua abordagem percebe-se um maior direcionamento à análise da fronteira a partir do entendimento da frente pioneira, esta vista como uma nova situação espacial que se instala.

De acordo com Martins (1996, p. 29), a concepção de frente pioneira

[...] compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais [...]. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização `a formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas.

O autor mostra uma preocupação ao considerar que a concepção de frente pioneira desaparece aos poucos, diluída na frente de expansão, pelo fato desta passar a ser entendida, predominantemente, como uma frente econômica, tornando-se a teoria da fronteira basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital (MARTINS, 1996).

De qualquer forma, é preciso entender que a discussão da fronteira é algo complexo, sendo necessária, além da abordagem de frente de expansão, na visão dos geógrafos, e a de frente pioneira na visão dos sociólogos, outras pesquisas que possam enriquecer e ajudar no entendimento dos processos sociais que a formam.

Acreditamos que para contextualizar a realidade da fronteira na Amazônia, essas abordagens são necessárias para o entendimento das transformações sócio-espaciais desencadeadas em escala mundial e nacional que se materializam nas repercussões em âmbito regional, pois mais do que a expansão territorial do capital, são novos processos sociais que passam a caracterizar uma nova situação espacial.

A partir das abordagens trabalhadas destacaremos, especificamente, a fronteira na Amazônia e a atual organização do espaço regional, buscando elementos para compreender Cametá no contexto de constituição da fronteira amazônica, transformada em espaço de ocupação territorial massiva, violenta e rápida (MARTINS, 1996).

As regiões constituem espaço privilegiado da produção capitalista, sendo uma instância interessante para se analisar as transformações que estão se processando no sistema produtivo (EGLER, 2005). É nesse bojo que se dá o processo de engajamento da região amazônica à economia nacional, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Desde os anos de 1960 a política que norteou o avanço da fronteira econômica na Amazônia estruturou-se de forma a permitir a integração do mercado nacional e o acúmulo de capital (CASTRO, 2001). Nesse contexto dá-se a (re)estruturação do espaço amazônico, ocorrendo a inserção da região aos ditames

mundiais, o que implicou na instalação de uma novo estilo de ocupação territorial e em repercussões na organização sócio-espacial da região.

Esse momento é analisado por Cardoso e Muller (1978), como o quarto e último processo de devassamento da Amazônia, impulsionado pela expansão capitalista. Assim, as mudanças ocorridas na região a partir da metade do século XX encontram explicações nas transformações entrelaçadas, na sociedade brasileira, na economia e nas instituições internacionais (SILVEIRA, 2005).

A partir da visão da região como uma imensa reserva de recursos naturais disponíveis para a exploração capitalista, pela existência de grandes potencialidades minerais, hidrológicas, madeireiras etc., constitui-se o mais recente espaço de expansão e projeção das relações de produção. A Amazônia passou a atrair grandes capitais, tornando-se uma verdadeira fronteira econômica de ação do capital, sob a forma de empreendimentos produtivos nacionais e internacionais, abrindo espaços para reprodução do capital.

De acordo com Loureiro (2004, p. 70):

[...] Para isso a Amazônia não poderia permanecer como uma ilha isolada da economia nacional. Em parte, pela sua extensão territorial (mais da metade do território nacional) e em parte, pela abundância de recursos naturais que, sem dúvida, atrairiam novos e promissores investimentos de capitais estrangeiros e nacionais [...].

Além de espaço para ação do capital, dá-se também o controle político por parte do Estado, através da estruturação do território brasileiro, onde o processo de expansão da fronteira é a melhor expressão da política de integração do território, tendo em vista a exploração dos recursos naturais.

Nesse sentido, a partir de 1960, ocorre o planejamento regional de forma efetiva pelo Estado, este tomando para si a iniciativa de um novo ciclo de devassamento, em num projeto geopolítico para a modernização nacional, onde o espaço da Amazônia torna-se prioridade (BECKER, 2006).

Assim, a ocupação da Amazônia teve sempre dois vetores: o econômico – aliança e apoio ao capital; e o geopolítico – defesa da fronteira e ocupação do ‘vazio demográfico’, pelo deslocamento de migrantes procedentes de outros pontos do país, atraindo-os para as fronteiras e espaços interiores da Amazônia (LOUREIRO, 2004, p. 73).

A política desencadeada pelo governo federal de intervenção regional procurava atrair capitais para investir na Amazônia, no sentido de incorporá-la ao



capitalismo mundial, garantindo a modernização da região. Esse processo foi implementado através de uma malha planejada, cujos componentes foram: a) grande rede de integração espacial; b) superposição de território federal aos territórios estatais; c) subsídios ao fluxo de capital para apropriação privada da terra; d) incentivos à imigração para ocupar o território e formar mão-de-obra (BECKER, 2005).

Portanto, foi o regime de ocupação desencadeado pelos governos militares que levou ao auge a economia de fronteira, incorporando de forma definitiva a Amazônia brasileira ao território nacional, através de uma infra-estrutura de redes (hidrelétricas, estradas, telecomunicações, cidades) e da distribuição de terras públicas para empresários e imigrantes (MACHADO, 1992).

Através desse projeto foi implementada, segundo Becker (2005), uma “malha programada”, de duplo controle, técnico e político. Foram deliberadas diversas ações direcionadas à concretização do objetivo de facilitar a ocupação da região através de estratégias estatais como a instalação de

Redes de circulação rodoviária, de telecomunicação, urbana, etc. subsídios aos fluxos de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, introdução de fluxos migratórios para o povoamento e formação de mercado do trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposições de territórios federais sobre estaduais, compuseram a malha técnico- política (BECKER, 2006, p. 27).

A partir da nova dinâmica a qual o espaço regional se insere, o novo arranjo espacial é expresso pelos grandes empreendimentos econômicos e de infra-estrutura, que implicaram em transformações sócio-espaciais. É nesse contexto que se dá a implantação dos grandes projetos na região, constituindo-se efetivamente a fronteira econômica. O exemplo mais elucidativo desse processo é a instalação do Programa Grande Carajás (PGC), uma das mais relevantes políticas territoriais pensadas pelos governos militares para a Amazônia.

O Programa Grande Carajás, o “Carajazão”, proposto pela CVRD em 1980 e aceito pelo Estado, propõem-se a ser o maior projeto de desenvolvimento integrado do mundo. Visando equacionar o problema da exploração de todos os recursos da Amazônia oriental de modo integrado, programa é constituído de três segmentos – minerometalúrgico, agroflorestal e infra-estrutura [...] (BECKER, 1990b, p. 188).

O PGC foi constituído por quatro grandes projetos: o Projeto Carajás, que era a base do programa; o complexo de alumínio ALBRAS-ALUNORTE em Barcarena, o complexo de alumina-alumínio ALUMAR em São Luís; e a hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, assim como investimentos em infra-estrutura e em projetos agropecuários (BECKER, 1990b). Efetiva-se, assim, a expansão da fronteira econômica através da instalação dos projetos do PGC:

A criação do PGC (Programa Grande Carajás), no fim dos anos 1970, configura a estratégia do Estado para a nova fase da fronteira: a da indústria de exploração mineral [...] cujo discurso justifica sua intervenção pela importância em desenvolver um projeto de escala nacional, que, explorando ordenada e sistematicamente as riquezas naturais da região, [...], de modo a dar continuidade ao desenvolvimento da região e a diminuição de suas desigualdades (CVRD apud BECKER, 1990b, p. 186).

“[...] O capitalismo criou na Amazônia uma fronteira ampla extremamente diversificada que envolve uma variedade de agentes, propostas e ações, bem como conflitos também distintos” (CORREIA, 1987, p. 57). Nesse sentido, é importante o entendimento das relações sociais que se implantam a partir do momento que a região amazônica é inserida no contexto de ocupação definido pelo controle do Estado, bem como dos novos conteúdos sócio-econômicos que surgem atualmente, resultado do novo arranjo geopolítico mundial, trazendo repercussões no significado atual da fronteira na Amazônia.

A caracterização atual da região se explica a partir da sua função na divisão do trabalho em nível mundial, contextualizada por diretrizes de sustentabilidade, que demonstram uma mudança no entendimento da fronteira como espaço de recursos inesgotáveis. Esse processo é explicado a partir das transformações que ocorreram em nível internacional e nas novas estratégias de exploração dos recursos. É evidenciada uma mudança na dinâmica regional a partir da emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável, onde o desafio ecológico é um dos elementos principais de discussão.

Sendo assim, segundo Becker (2006), além do vetor tecno-industrial, que representou a estruturação do espaço regional a partir da expansão da fronteira econômica, insere-se, nesse contexto, o vetor tecno-ecológico acrescentando novos elementos aos que já estavam presentes, influenciando na (re)configuração do espaço regional.

De acordo com Becker (2005, p. 228):

O vetor tecno-ecológico envolve projetos preservacionistas e projetos conservacionistas. Os primeiros são fruto de interesses distintos: a legítima consciência ecológica que visa preservar a natureza com estoque da vida, e a geopolítica ecológica que visa preservá-la como reserva de valor. Seus principais atores são os governos do grupo dos 7 e do Brasil, o banco mundial, igreja e ONGs. Suas metas, contudo, coincidem com as metas de projetos conservacionistas, alternativas comunitárias de “baixo para cima” [...].

Como alternativa, o desenvolvimento sustentável põe em evidência a necessidade de uma reflexão sobre a relação entre sociedade e o meio ambiente, ganhando ênfase a problemática ecológica. Essa visão ecológica é considerada restrita por Gonçalves (2001), porque deixa de captar os processos sócio-econômicos e políticos que estão subjacentes à dinâmica da devastação.

Na abordagem de Becker (1997), um dos princípios do novo paradigma seria a valorização da diversidade, não existindo um modelo único a ser adotado, mas sim caminhos múltiplos a serem tentados, o que configuraria o desenvolvimento sustentável como processo, e não como um estado em si.

O vetor tecno-ecológico tem na sua essência a emergência do novo modelo de desenvolvimento. Há uma politização, em nível global, da questão ambiental e de atores interessados na preservação da natureza, tais como o G-7, o Banco Mundial e o governo Brasileiro (BECKER, 2006). Desse novo vetor de desenvolvimento decorre o surgimento de uma “consciência ecológica” não apenas no Brasil, mas essencialmente no âmbito mundial, o que ajuda a entender a existência de programas como o PROECOTUR e o incentivo à prática do turismo ecológico.

As questões ambientais e a tentativa de superar o quadro de impactos causados ao meio ambiente leva à pressão de organismos internacionais na efetivação de um modelo produtivo capaz de conciliar desenvolvimento econômico com o potencial de recursos naturais. As questões ambientais passaram a ter relevância nas políticas territoriais como garantia de um desenvolvimento comprometido com sua preservação e com o desenvolvimento sustentável.

Ocorre uma profunda mudança na política territorial a partir da década de 1980, pois as ações dos governos passam a ser inspiradas no novo padrão de desenvolvimento. No caso da Amazônia, as políticas de desenvolvimento anteriores foram revistas e definido que as futuras ações referentes ao desenvolvimento da região deveriam conciliar uso racional dos recursos e a conservação ambiental.

Assim, o vetor tecno-ecológico é responsável pela configuração da Amazônia como uma fronteira sócio-ambiental, incluindo aí a atividade turística, que passa a estar associada ao desenvolvimento endógeno.

A fronteira socioambiental reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltado para uma visão interna da região e para os habitantes locais, introduzindo uma nova e fundamental potencialidade para a Amazônia. E sua importância transcende as populações envolvidas - os experimentos em curso são formados locais de solução de um problema global: a proteção de biodiversidade (BECKER, 2006, p. 28).

As ações relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia enfatizam a necessidade de que o desenvolvimento sustentável oriente as políticas do governo. O entendimento deste ponto é de importância para a compreensão da formulação de uma política regional consubstanciada no discurso do desenvolvimento sustentável, que configura a questão tecno(eco)lógica, envolvendo conflitos de valores quanto à natureza: valor como estoque de vida para as populações nativas e movimentos ambientalistas, valor como base de recursos para o desenvolvimento de países periféricos, e valor como capital natural em nível internacional (BECKER, 1997).

Fortalecimento de novos atores, bancos, corporações e movimentos sociais são características relevantes do novo modelo de exploração capitalista, agora com um elemento de destaque que são as iniciativas de movimentos sociais organizados.

Nestes termos, de acordo com Loureiro (2004, p. 325):

[...] o projeto desenvolvimentista dominante não consegue mais expressar e refletir a vontade e o consentimento da sociedade amazônica em geral. Ao contrário, ele vem provocando fissuras, que pressupõem sua dissolução ou enfraquecimento, pelo menos como representante de uma via única para o desenvolvimento (LOUREIRO, 2004, p. 325).

Esse novo cenário impõe um novo ritmo à fronteira amazônica, tendo como marca uma nova condição da região, com novas dinâmicas sociais se construindo e reconstruindo, estruturando o espaço regional. É nessa nova dinâmica regional que se inserem e se estruturam os arranjos espaciais atuais.

Portanto, a partir da década de 1960, o espaço amazônico é incorporado ao mercado mundial, sendo desencadeada uma verdadeira reestruturação regional na sua configuração espacial. A fronteira econômica, trabalhada por Becker (2006) como componente do sistema espacial em formação, é caracterizada por grandes

potencialidades de recursos que atraíam investimentos localizados para a produção mineral, e por frentes agropecuárias.

A partir da década de 1980, entretanto, dá-se, como vimos, a instalação de um novo processo de inserção da Amazônia no contexto internacional, configurando, juntamente com a fronteira econômica, uma fronteira tecno-ecológica, como resultado das pressões de ordem ambiental, representativas do novo paradigma do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar a partir de movimentos sociais novas conjunturas econômicas e ambientais.

E como se insere Cametá nesse contexto de transformações que dão sentido à formação sócio-espacial amazônica?

Localizada na micro-região de Cametá (antigo Baixo Tocantins), conforme já mencionado, esse Município teve uma marcante importância no cenário econômico e político paraense, dentro do contexto da economia extrativa que predominou na região amazônica até a metade do século XX. Entretanto, e conforme já demonstrado, após muitas décadas de exploração consecutiva, em 1970 era claro o declínio. Seringais e cacauais foram pouco a pouco se tornando improdutivos, ao mesmo tempo em que ocorria a baixa do preço no mercado internacional desses produtos; crise esta que já se arrastava desde o fim da Segunda Guerra Mundial (COSTA, 2006).

Na condição de fronteira econômica a que fica submetida a região, muitas áreas não foram diretamente inseridas nos novos processos gestados, responsáveis pela reestruturação regional; diferentemente de outros espaços, como o sudeste do Pará, onde foram instalados grandes empreendimentos econômicos e definidas formas diferenciadas de investimentos.

Nesse sentido, apesar de se localizar geograficamente entre dois grandes projetos integrantes do Programa Grande Carajás (PGC), a Hidrelétrica de Tucuruí, em Tucuruí, e o Complexo Albras-Alunorte, em Barcarena, Cametá não se inseriu da mesma forma nos processos desencadeados pela instalação do programa que visava a promover o desenvolvimento na Amazônia.

Foi com esse intuito, de promover o desenvolvimento regional e micro-regional, que os projetos foram instalados, como o Albras-Alunorte e o projeto de infra-estrutura urbana ligado a este empreendimento, o núcleo de Vila dos Cabanos.

[...] o núcleo urbano definiu-se como um componente básico da infraestrutura do complexo alumina/alumínio e, posteriormente de outras empresas que vieram a se instalar no município. Sua implantação objetivou assegurar uma base logística ao grande projeto, pois serviria de moradia aos funcionários das fábricas e de suporte técnico para algumas operações das empresas. Inicialmente, foi concebido para atender às necessidades residenciais, comerciais e de serviços dos funcionários ligados a Albrás-Alunorte e ao Porto de Vila do Conde (também construído em função do projeto), e, posteriormente, deveria atender a todo o distrito Industrial de Barcarena, de acordo com as propostas de **dinamização econômica para a microrregião na qual se insere** (TRINDADE JR.; CHAGAS, 2002, p. 198). (Grifo nosso)

Mesmo estando relativamente próximo ao projeto Albrás/Alunorte, em Barcarena, Cametá não expressou espacialmente os impactos típicos da nova configuração espacial presente na Amazônia a partir da instalação dos grandes projetos, não estando diretamente ligada ao contexto de desenvolvimento que passou a caracterizar o espaço regional a partir de 1960.

Apesar de inserir-se no espaço de polarização de Vila dos Cabanos, que serviria como uma espécie de ponto central de irradiação de desenvolvimento do complexo Albras-Alunorte - propagando depois seus efeitos para o entorno e ocupando uma posição de destaque em relação às cidades próximas -, manteve-se relativamente pouco impactada pela nova lógica de ordenamento espacial imposta:

**Os efeitos econômicos diretos e indiretos do empreendimento se espalharão – com maior ou menor intensidade – pelos demais municípios**, induzindo-se num pólo de desenvolvimento auto-sustentado a partir do núcleo urbano (SUDAM apud TRINDADE JR.; CHAGAS, 2002, p. 202). (Grifo nosso)

Portanto, a fronteira econômica não foi plenamente solidificada em certos espaços, o que pode ser exemplificado por meio do caso de Cametá. Isso não significa dizer que esse Município não tenha sofrido impactos desses empreendimentos. Na realidade, a inserção de Municípios como Cametá nessa lógica desenvolvimentista se deu apenas indiretamente, a partir das repercussões provocadas por esses projetos, especialmente pelo represamento do rio Tocantins para a construção da hidrelétrica, responsável pela diminuição do pescado e do empobrecimento das várzeas, onde se desenvolvem os açaçais (COSTA, 2006).

Por outro lado, a fronteira tecno-ecológica que ganha expressão a partir da década de 1980 pode explicar algumas das transformações que vêm ocorrendo na Amazônia, e por conseguinte, em Cametá, como o fortalecimento de movimentos

ambientais e sociais representados por entidades socialmente organizadas (ONGs, associações, sindicatos etc.).

Nesse sentido, acreditamos que a tendência ao maior prestígio destas entidades é representativa de uma conjuntura maior que se dá no espaço mundial com reflexos na dinâmica regional, que além da pressão pela temática ambiental, expressa, do mesmo modo, uma (re)orientação no que diz respeito às atividades econômicas, como alternativas de desenvolvimento, que incluem também a atividade turística, como “vocação” econômica de alguns municípios amazônicos.

Assim, ganham força entidades que apóiam setores ligados ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável, com projetos que expressam atividades como manejo de açai, piscicultura, acordos de pesca, turismo ecológico etc.

A partir da emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento de novos atores, que passam a ter mais atuação nas decisões sobre as políticas territoriais, configura-se uma outra dimensão da fronteira tecno(eco)lógica na Amazônia. Essa nova dinâmica pode ser percebida pela formação de movimentos e entidades representativas que questionam a realidade que se encontra não apenas Cametá, mas a micro-região como um todo, como o Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT), o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MONAB) e dos Trabalhadores da Pesca (MONAPE) (COSTA, 2006). Então, como pertencente a esse contexto micro-regional, Cametá possui também entidades e movimentos que reclamam novas formas de buscar o desenvolvimento, não apenas econômico, como social.

Essas organizações se mobilizam para exigir tanto do poder local, estadual e federal, quanto da empresa ELETRONRTE (em decorrência das implicações da construção da hidrelétrica de Tucuruí a determinados segmentos sociais impactados), respostas às questões sociais decorrentes da instalação desse grande empreendimento, numa perspectiva imediata de melhoria de condições de vida dos segmentos populacionais mais vulneráveis do ponto vista social e, igualmente, para exigir a formulação e execução de políticas que visem ao desenvolvimento dos municípios do Baixo Tocantins (CAMETÁ, 2007).

Nesse sentido, destacam-se entidades no Município de Cametá relacionadas à mobilização sindical, a associações de produtores rurais, a organização de trabalhadores extrativistas, além de conselhos municipais. São exemplos desses diversos tipos de entidades, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá

(STRC), a Colônia de Pescadores Z-16, o Conselho Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que se constituem em sujeitos coletivos locais voltados para a busca de alternativas para problemas relativos ao meio ambiente, à cultura, aos direitos sociais e às políticas de desenvolvimento local, a exemplo daquelas relacionadas à atividade turística.

Aqui nos ocuparemos, a partir de agora, da discussão desse último tipo de política mencionado, a política de turismo. Procuraremos analisar como essas políticas estão sendo pensadas para o Município nesse novo contexto de sustentabilidade e de constituição da fronteira tecno-ecológica, de maneira a cotejá-las com as potencialidades locais de Cametá.

Essa discussão será feita tendo em vista o sentido amplo de desenvolvimento discutido na primeira parte deste trabalho, a perspectiva de desenvolvimento sócio-espacial, que prima pela autonomia individual e coletiva e que trabalha com referenciais endógenos de desenvolvimento, com forte referência nas escalas geográficas regional e local e em princípios de justiça social.



## **4 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: O CASO DE CAMETÁ**

### **4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS, ATIVIDADE TURÍSTICA E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: PRESSUPOSTOS PARA PENSAR CAMETÁ**

A partir das transformações e reestruturações contemporâneas, define-se um contexto onde se destaca a descentralização do poder do Estado, sendo reforçado o papel dos governos locais na formulação e execução de políticas públicas e de desempenho de funções de natureza local. Tais políticas estão relacionadas a determinadas atividades econômicas, a exemplo do turismo, expressando a importância que esse setor alcançou atualmente no conjunto da economia mundial e que vem sendo incentivado por governos estaduais e municipais, como acontece no Município de Cametá, nosso foco de estudo.

A ação indutora do Estado visando ao desenvolvimento a partir de medidas de apoio ou fomento ao turismo, tornou-se uma das principais iniciativas do governo nos últimos anos no Brasil, passando a se configurar todo um sistema de ações e de objetos (SANTOS, 2004), expressos através das políticas públicas e dos equipamentos de infra-estrutura. Assim, o grande agente de produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais (MORAES, 2005), pois o governo através do incentivo à atividade turística transforma políticas públicas em políticas territoriais de turismo.

De acordo com Harvey (2005), o Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estrutura sociais e físicas, pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista. Através das políticas de turismo ocorre a promoção de eventos culturais, instalação de equipamentos, melhoria de infra-estrutura de acesso, que objetivam a promoção e o desenvolvimento da atividade.

Devido às rupturas de paradigma econômico e político que afetaram o Estado, esse sistema de ações passa a ser cada vez mais desempenhado na esfera local.

No período recente, os países de organização federalista têm acolhido mudanças nas relações intergovernamentais [...]. As transformações

realizadas dizem respeito, em primeiro lugar, ao questionamento quanto ao nível de heterogeneidade necessário na formulação das políticas públicas, e também à escala ideal para sua execução (DAIN, 1995, p. 82).

Tais políticas passam a orientar o processo de desenvolvimento do turismo, tornando essa atividade, para a ação governamental, um elemento estratégico na elaboração e execução de ações a nível local. Entre esses instrumentos, um dos mais comuns é a concessão de vantagens fiscais (GUIMARÃES NETO; ARAÚJO, 2002).

Segundo Harvey (2005), uma das alternativas para a governança urbana em relação ao empreendedorismo é com a divisão espacial do consumo, tentando atrair recursos financeiros por meio do turismo, fazendo deste o remédio predileto para economias urbanas enfermas. Dessa forma, as políticas de turismo são exemplos de políticas públicas que passam a desempenhar um papel relevante na estratégia do Estado como planejador e executor de ações que propiciem o desenvolvimento.

É assim que o Estado tem no turismo uma de suas atividades e para ele dirige sua atenção setorial, traduzida na política traçada para atender aos requisitos de crescimento do setor por meio de planejamento particularizado que acaba mesclando-se, pelas próprias características da atividade [...] (BENI apud RODRIGUES, 2002, p. 79).

Conforme Cruz (2000), é através da política setorial e dos programas e planos a ela vinculados que a administração pública dá visibilidade a seu projeto de governo para um dado setor da vida social. Ainda para a autora, a política pública de turismo deveria, teoricamente, estar consubstanciada em um “documento” público, que reunisse o pensamento do(s) poder(es) público(s), em seus vários níveis, com relação à organização do setor turístico em um dado território.

Desse modo, o planejamento da atividade através de políticas públicas de desenvolvimento do setor é indispensável para o sucesso no alcance dos objetivos. Entretanto,

como o turismo acontece primeiramente nos lugares, na grande parte das vezes, de forma espontânea, seu planejamento pode ser prejudicado não apenas por uma suposta incapacidade administrativa da gestão pública de pensar o futuro, mas inclusive por uma miopia crônica que lhes impede de enxergar até mesmo o presente (CRUZ, 2000, p. 4).

De acordo com Cruz (2000), fluxos espontâneos de turistas estão todos os dias inventando novos destinos turísticos, requerendo do poder público ações

estratégicas de planejamento. Contudo, o que ocorre na maioria das vezes é a prática de ações pontuais que não dão conta de evitar as conseqüências de um desenvolvimento da atividade sem planejamento.

A importância do planejamento governamental e da política pública de turismo decorre, fundamentalmente, da competência que tem o turismo de transformar os lugares, revolucionando formas tradicionais de organização social, rearranjando infra-estruturas, inserindo nos lugares nexos que lhes são estranhos, impondo, enfim, sua lógica de organização sócioespacial (CRUZ, 2002, p. 4).

Nessa perspectiva, as políticas públicas de desenvolvimento do turismo necessitam de um planejamento para serem eficazes, pois elas vêm assumindo decisiva participação no papel estratégico de planejamento a longo prazo, através de ações que orientam a organização e o desenvolvimento da atividade, e também, como estruturante de investimentos diretos, principalmente em infra-estrutura física, destinados à valorização de territórios considerados potencialmente turísticos (BENEVIDES, 2002a).

Nesse sentido, enfatiza-se a importância do planejamento dessa atividade e das políticas resultantes, pois é necessário que ele esteja inserido nas políticas públicas governamentais. Por meio destas últimas o governo pode tanto definir responsabilidades quanto também dar visibilidade a seu projeto e aos programas e planos a ele atrelados para um dado setor da administração pública (CRUZ, 2001). É assim que a intervenção política volta-se para reproduzir a espacialidade do turismo (BENEVIDES, 1998).

O descaso com o planejamento territorial, ignorando-se as especificidades regionais, desconsiderando-se o lugar, não se preocupando com a ordenação e a gestão do território a partir das suas especificidades, expressa a falta de visão de planejamento pela estruturação das formas e ações em nível espacial (RODRIGUES, 2001). Conforme Cruz (2000), o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento sócio-espacial da atividade.

O papel assumido pelo poder público para a atividade turística é de extrema importância, pois este passa a ser responsável pela elaboração e implementação de

políticas, acreditando que o incentivo à atividade é viável porque gera emprego, renda e também contribui para o processo de desenvolvimento.

É essa crescente relevância econômica do turismo o motivo principal que leva à necessidade de intervenção através de seu planejamento. Segundo Rodrigues (1997), em vista de seus importantes efeitos econômicos e sociais, o turismo, organizado e planejado, é poderoso instrumento de aceleração ou complementação do processo de desenvolvimento, podendo agir como firma e produzir bens e serviços, tais como hotéis, centros de convenções, marinas e terminais turísticos. Torna-se, desse modo, planejador e promotor territorial: a terceira fonte de turistificação dos lugares<sup>17</sup> (KNAFOU, 2001).

Entretanto, ressalta-se que as políticas de turismo estabelecidas pelo poder público devem contemplar os vários atores sociais envolvidos, ou seja, as diversas coletividades, para que ocorra um desenvolvimento que se coloque para além da geração de renda e emprego, que gere um processo de justiça social e autonomia dos atores envolvidos no desenvolvimento da atividade, sendo utilizada, assim, como estratégia de gestão do território para o desenvolvimento sócio-espacial.

O estudo da gestão do território parte do entendimento de que a gestão refere-se aos procedimentos e ações atuantes no território, através de diversas instâncias e por meio de diversos agentes, estando envolvido, nesse processo, a configuração do território, que se comporta como a instância de materialização das ações, referindo-se a uma maneira específica de usar o espaço, de determinados mecanismos de apropriação e controle para viabilização das práticas de poder por parte dos agentes (DAVIDOVICH, 1991).

Nesse sentido, a premissa básica é a de que o território implica um determinado uso do espaço, consubstanciado em mecanismo de apropriação, de controle e de defesa por agentes públicos ou privados através dos quais se viabilizam práticas de poder. O conceito de gestão do território é entendido assim como prática estratégica (BECKER, 1991).

Na idéia de gestão *a priori* pode estar subtendida a noção de administração ou gerenciamento, sendo esta uma concepção tradicional na qual identificam-se imperativos das empresas, como as atribuições de poder decisório, ligados a sistema de organização econômica. Contudo, segundo Davidovich (1991), o termo

---

<sup>17</sup> As outras fontes de turistificação dos lugares e dos espaços, segundo Knafou (2001), são os turistas que estão na origem do turismo, e o mercado.

gestão não se confunde com gerenciamento ou com administração, ainda que eles representem suportes imprescindíveis para sua prática. A idéia de gerir um território traz também subentendida a noção de planejamento.

Do mesmo modo, enriquecendo a discussão sobre o assunto, Souza (2004, p. 46) considera que:

Planejamento e gestão não são termos intercabíveis, por possuírem referências temporais distintas e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas [...] De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas [...] Longe de serem concorrentes ou intercabíveis, planejamento e gestão são distintos e complementares.

Numa abordagem geográfica do processo de gestão, entendida como as ações que se materializam na configuração espacial, a gestão do território corresponde à prática de relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalizações, decisões e ações (BECKER, 1991).

Nestes termos, de acordo com Corrêa (1992, p. 115):

A gestão do território constitui uma faceta da gestão econômica, política e social, a ela estando subordinada, mas também condicionando-a. É a dimensão espacial do processo de gestão, configurando-se ao espaço sob controle de um Estado, um grupo social ou de uma dada empresa.

Aliando a idéia de gestão do território à prática de poder “[...], o conceito de gestão acha-se historicamente situado, em termos de sua atualidade” (DAVIDOVICH, 1991, p. 8), pois refere-se às ações exercidas pelos agentes sociais, através da apropriação de um território e do controle da organização espacial.

Com relação à idéia de gestão e poder público, Becker (1991, p. 149) esclarece que:

Em face da flexibilização competitiva do sistema capitalista e da instabilidade política, marcada pela redefinição do papel do Estado que, cada vez mais, segue a lógica privada e é afetado por movimentos culturais e sociais, alteram-se todas as relações entre Estado e território, inclusive as práticas e o conceito de gestão. No contexto de um Estado que gere pressões, rompido o planejamento e a gestão centralizados, não são mais apenas o território e o poder do Estado que estão em jogo, mas sim o território e o poder ao nível local.

Fazendo um contraponto à expansão do turismo, a partir da implementação da atividade, os mecanismos de controle e gestão territorial, sob atuação do poder público, passam a ser desempenhados para a promoção da atividade, ocorrendo a gestão dos espaços territoriais, onde se dão as ações orientadas para o desenvolvimento (FISCHER, 2002). Nesse contexto, as políticas para o turismo tornaram-se, no momento atual, uma das principais ações de desenvolvimento utilizadas pelo poder público como estratégia de gestão do território.

A maioria das definições de turismo aponta o fenômeno turístico como atividade econômica organizada surgida em meados do século XIX e que hoje é uma das mais promissoras atividades econômicas mundiais. Assim, grande parte da literatura refere-se à sua dimensão econômica. Isso ocorre porque, freqüentemente, o turismo é visto sob um olhar econômico, como uma indústria que pode trazer ganhos (divisas) para o país, estados e municípios.

Desta forma, apresenta-se como importante atividade econômica com conseqüente ampliação da oferta de emprego e geração de renda. Isto explica expressões como “turismo, a indústria do século XXI” ou, ainda, “turismo, a indústria sem chaminés”; expressões que não mostram a grande complexidade referente ao fenômeno.

Sendo uma atividade complexa e diversificada, o turismo não pode ser definido apenas por uma via de análise (a econômica). É muito mais que isso, sendo antes de tudo, uma prática social que consome elementarmente espaços (CRUZ, 2001). É uma atividade que requer um estudo em sua totalidade, pois é formada não apenas por pessoas que viajam, bens e serviços que são oferecidos, mas por uma série de relações e situações de caráter econômico, social e político (BARRETO, 1995).

Nesta concepção, muito mais que uma atividade econômica, o turismo é principalmente um fenômeno social, com processos capazes de gerar repercussões para a sociedade e o espaço geográfico. Assim, é entendido como algo que possui uma associação de atividades que produzem espaços diferenciados.

Ainda destacando a complexidade dessa atividade, para Rodrigues (2001, p.17), o turismo

é certamente o fenômeno complexo designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo

civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, um consumidor e um organizador de espaços – uma indústria, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços.

Essa definição mostra o turismo como prática social, onde o principal agente não é apenas o turista, mas todos os elementos envolvidos, um processo que se expande cada vez mais, tornando-se alvo de discussões por sua natureza complexa, requerendo, assim, um tratamento no âmbito de um quadro interativo de disciplinas em que o enfoque geográfico é de fundamental importância (CRUZ, 2001).

É nesse sentido que consideramos a prática da atividade como estratégia de gestão do território para o desenvolvimento, no seio da qual o poder público torna-se relevante pelas ações que são pensadas e implementadas como estratégias para promover o desenvolvimento. No entanto, este é baseado, na maioria das vezes, por meio de metas de crescimento econômico perseguidas pelos governos nas suas várias escalas de atuação. O conceito de desenvolvimento deve ter uma conotação dinâmica e processual; além disso, deve ser considerado que o turismo não envolve só aspectos econômicos, mas também políticos, sociais e culturais, articulados numa mesma base territorial (BENEVIDES, 1998), conforme mostraremos para o caso de Cametá.

Para Souza (2002), desenvolvimento supõe primeiramente a conquista da felicidade individual e coletiva e não admite exclusão social, devendo designar um processo de superação dos problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima. Por isso o reducionismo embutido na idéia de desenvolvimento econômico precisa ser recusado energicamente.

O que se entende por desenvolvimento e principalmente a contribuição da atividade turística neste processo são condições indispensáveis, pois o turismo constitui-se atualmente uma estratégia de gestão territorial a partir da sua escolha como setor prioritário da política governamental através do planejamento da atividade. Nestes termos, a necessidade do planejamento passa a ser requerida, além da própria gestão territorial, pelas necessidades de desenvolver o turismo em territórios (BENEVIDES, 1998).

O desenvolvimento deve decorrer de medidas que envolvam os diversos atores locais na promoção turística. Sugere-se, nesse caso, um desenvolvimento local, mesmo este entendido como uma construção social utópica (FISCHER, 2002). Um novo conteúdo político desse desenvolvimento local deve significar outras

formas de solidariedade e de organização espaciais, em que as horizontalidades sobreponham-se às verticalidades (SANTOS, 2004).

Esse conteúdo social significa superar reduções ideológicas através das quais as instâncias analíticas do espacial e do político se equivaleriam. Essa impertinente equivalência, interpretada como geografização dos fenômenos políticos, tem levado a uma imprecisa compreensão de que o desenvolvimento local, traduzido pela diminuição das escalas espaciais das ações, traga inerentemente um conteúdo social redistributivista e uma forma política mais democrática, expressa na maior participação de atores locais na condução desse desenvolvimento (BENEVIDES, 2002b, p, 5).

A relação entre desenvolvimento e turismo é criticada por Cruz (apud ALMEIDA, 2005), denominando tal fato de o “mito do desenvolvimento”. Alerta a autora que não é papel do turismo resolver problemas de ordem econômica ou social dos lugares, pois desenvolvimento não é sinônimo de desenvolvimento turístico, já que nenhuma atividade setorial pode assegurar um desenvolvimento global, que contemple todas as dimensões da vida social.

Realmente o turismo não deve ser visto como o meio capaz de resolver esses problemas, mas seu papel é importante porque se implementado de forma planejada passa a ser um poderoso instrumento capaz de conduzir ao desenvolvimento. Nestes termos, analisando a relação entre turismo e desenvolvimento territorial, Silveira (apud ALMEIDA, 2005) considera que a atividade turística não deve ser vista como um fim em si, mas sim como um propulsor que pode impulsionar o desenvolvimento regional e local.

Souza (1997), como já foi mostrado anteriormente, na abordagem sobre conceito de desenvolvimento, procura evidenciar o reducionismo presente na significação do conceito que o atrela unicamente ao crescimento econômico e modernização tecnológica, apontando o caráter fechado, etnocêntrico e capitalístico e a negligência com relação à importância do espaço nas teorias sobre desenvolvimento.

[...] o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real de poder devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2001, p. 100).



A formulação das estratégias desse desenvolvimento sócio-espacial deve ser compreendida como

[...] um processo de superação de problemas e de conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadora de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social (SOUZA, 2002, p.18).

Esse desenvolvimento sócio-espacial não depende simplesmente da implementação das políticas de incentivo ao turismo, pois é preciso analisar que a sociedade é formada por atores sociais diferentes. Além disso, existe a questão da autonomia levantada sobre a atividade, pois o desenvolvimento sócio-espacial pressupõe que uma coletividade tenha autonomia, disciplinando o turismo conforme seus interesses e suas necessidades. A população das áreas receptoras, entretanto, não é homogênea, e essa autonomia, então, seria de que grupo social? (SOUZA, 2002). Segundo Becker (1991), ao nível local, tratando-se de espaços convivenciais, é prioritária para a gestão a participação da população e do saber local na formulação e na execução das estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas.

Deste modo, verifica-se que implementar políticas de turismo como estratégia de desenvolvimento é um tema de grande complexidade devido à gama de fatores que se inserem nesse processo. No entanto, a partir das teorizações sobre essa possibilidade, ganha grande importância para a efetivação dessa proposta o espaço local que

[...] passa assim a ser referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativo ao padrão dominante de desenvolvimento, um espaço que, por estar à margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarquizáveis, e enseja a continuidade de formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir [...] (BENEVIDES, 2002b, p. 27).

Esse é o grande desafio, tornar o turismo um propiciador de desenvolvimento; entretanto, isto precisa ser construído considerando que não basta somente um desenvolvimento econômico. É preciso refletir sobre a possibilidade de utilização da atividade turística como estratégia de gestão do território para o desenvolvimento, incentivando, dessa forma, o turismo com base no desenvolvimento sócio-espacial,

fundado em prática responsável com a melhoria de vida, com maior felicidade individual e coletiva dos atores sociais envolvidos.

[...] pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócioespacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas igualmente, a espacialidade (SOUZA, 2004, p. 61).

Encontrar uma forma de conseguir realizar o desenvolvimento para além do reducionismo presente em seu conteúdo não é tarefa fácil. Contudo, a discussão sobre a atividade turística como estratégia de gestão do território para o desenvolvimento sócio-espacial pode ser válida porque representa uma forma de se buscar a integração entre o uso do território para o turismo e a justiça social, com a melhoria das condições de vida das comunidades.

Diferentemente, entretanto, o turismo é visto recorrentemente pelo seu destaque econômico. Assim, passou a ser utilizado como estratégia de gestão para o desenvolvimento econômico, através de ações que incentivam o crescimento do setor, especialmente em nível estadual e também em nível municipal. Essa discussão será vista considerando o caso de Cametá.

#### 4.2 O MODELO DE TURISMO PENSADO PELOS GOVERNOS ESTADUAL E MUNICIPAL

O desenvolvimento técnico e científico possibilitou o incremento da atividade turística, através do grande avanço dos meios de transportes e comunicação. Com o desenvolvimento tecnológico e a “compressão” espaço-tempo (HARVEY, 1993), a realização de viagens para fins de lazer intensificou-se. Além disso, segundo Urry (2001), as viagens constituem um elemento que confere status, é uma marca do status, um elemento de distinção, e isso, em parte, explica o aumento crescente de práticas turísticas para fins de lazer.

Segundo Hall (2001), são cinco as áreas de envolvimento do Estado em relação ao seu papel na promoção dessa atividade: coordenação, planejamento, legislação, regulamentação, empreendimentos e incentivos. Conforme o mesmo

autor, os governos podem incrementar o turismo de três maneiras. A primeira maneira, com incentivos financeiros, como empréstimos a juros subsidiados ou reservas. A segunda, através do patrocínio de pesquisas que beneficiem a indústria do turismo em geral e não a organizações ou associações específicas individuais. A terceira é o *marketing* e divulgação, que está geralmente voltado para a geração de demanda turística.

Com isso, o turismo tornou-se uma importante estratégia de gestão do território. Isso explica seu constante crescimento no mundo. Na Amazônia, seu incentivo dá-se, principalmente, em função da região possuir uma das atratividades principais para o setor, a natureza.

No Estado do Pará, conforme já destacado, o turismo tornou-se uma das ações prioritárias de gestão. Hoje, além das atividades de mineração e agropecuária, o governo busca consolidar o desenvolvimento do ecoturismo como mecanismo de expansão da atividade. Este segmento surge como uma alternativa possível, como uma modalidade de turismo que congregaria exploração com proteção da natureza, tornando-se apropriada no contexto do desenvolvimento sustentável, que marca a expansão da fronteira tecno-ecológica.

O governo do Estado passou a realizar ações de incentivo ao turismo, de acordo com as políticas sugeridas pelos documentos elaborados (programas e projetos) em âmbito nacional. É nesse contexto que se verificam as políticas implementadas pela União com o objetivo de consolidar o desenvolvimento da atividade no território nacional através do planejamento.

A iniciativa de promover o ordenamento do turismo se dá na tentativa do governo federal criar uma política para o território nacional. Inicialmente as ações estavam direcionadas para aproveitar o potencial existente e, para isso se implementou um planejamento “de cima para baixo” da atividade, deixando as comunidades com pouca voz ativa (HALL, 2001).

Segundo Barreto (1995), a política de turismo insere-se tardiamente na história do planejamento no País, e ainda não tem contornos bem delineados. Do mesmo modo, também expondo uma breve crítica, Nóbrega (2007, p. 46) mostra que “[...] desde a criação da EMBRATUR até o início da década de 1990, a política nacional de turismo restringe-se à política de incentivos fiscais para ampliação e melhoria de infra-estrutura hoteleira”.

Ainda sobre esse assunto, conforme Cruz (2000), as políticas de turismo no Brasil são relativamente recentes, visto que até meados da década de 1960 não existiam políticas nacionais de turismo, pois o que havia eram políticas resultantes de leis e decretos-lei desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, uma vez que versavam principalmente sobre a regulamentação de agências de viagens e turismo, sendo esse período, que vai de 1938 até 1966, considerado a “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo.

No entanto, desde a década de 1990 a atividade turística vem ganhando destaque entre as políticas públicas setoriais no País sendo concebidas políticas e programas com o intuito de promover o desenvolvimento territorial do segmento turístico.

A partir das décadas recentes a atividade ganha maior evidência, sendo reconhecida sua relevância para o desenvolvimento econômico com a criação do Ministério do Turismo e a instituição de uma nova estrutura com a criação da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo, responsável pela elaboração da Política Nacional de Turismo. Destaca-se, nesse contexto, a influência da globalização através da presença de novos agentes, principalmente grandes empresas, na construção e execução de políticas, e uma maior visibilidade às demandas da sociedade, através da participação dos diferentes setores (BENI, 2007).

É a partir das políticas de turismo recentes que Cametá se insere em programas, planos e projetos que, direta ou indiretamente, tratam do desenvolvimento do turismo no Município (quadro 1), onde é destacado um modelo especial de turismo para ser implementado.

Medidas para promover o desenvolvimento da atividade são engendradas na esfera estadual e municipal seguindo uma tendência iniciada em nível federal. Inserindo-se numa cadeia econômica mais complexa, foram criados em alguns municípios e estados secretarias específicas responsáveis pelo planejamento, gestão e execução da atividade turística (SERRA, 2007). Assim, a elaboração de políticas para o turismo passou a ser adotada por órgãos do governo em todos os níveis (HALL, 2001), colocando o turismo como estratégia importante para a geração de emprego e renda.

O maior tratamento dado ao turismo no sentido de promover seu desenvolvimento torna-se, então, uma tônica, tanto nas políticas dos governos

estaduais como municipais. Esse fato pode ser percebido no Estado do Pará e no Município de Cametá, já que estes passam a vê-lo como uma estratégia de desenvolvimento, capaz de gerar benefícios econômicos e sociais e para ele é dada atenção especial através de programas, projetos e planos.

**QUADRO I – AS AÇÕES DE INCENTIVO AO TURISMO E SUA RELAÇÃO COM O INCREMENTO DO TURISMO EM CAMETÁ.**

DOCUMENTO	AUTOR/ ANO	ÂMBITO DE GOVERNO	OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	OBSERVAÇÕES
Plano de Turismo da Amazônia	SUDAM/1977	FEDERAL	Criar alternativas de investimentos e indicar possibilidades no setor turístico; diminuir as desigualdades regionais, viabilizar a prática turística nas áreas naturais e melhorar a infraestrutura turística na Amazônia.	O documento realizou um inventário criterioso para a região, no qual foram indicadas as políticas para o desenvolvimento do turismo: a) preservação e valorização do patrimônio turístico regional; b) desenvolvimento e diversificação da oferta turística; c) comercialização turística; d) formação de recursos humanos.
Plano de Turismo da Amazônia	SUDAM/1992	FEDERAL	Criar quatro programas prioritários: 1- Educação turística; 2- Estudos, pesquisas e planejamento; 3- Marketing e promoção; Infra-estrutura e equipamentos	O tema central do plano é o incentivo ao segmento do ecoturismo, trazendo bastante definida a idéia de pólos de desenvolvimento através de sub-programas.

			turísticos.	
Plano de Turismo da Amazônia	SUDAM/1994	FEDERAL	Aumentar o fluxo turístico na Amazônia; elevar a oferta e a qualidade dos produtos e serviços.	O plano apresenta quatro sub-programas e elege o turismo ecológico como segmento prioritário.
Linhas Básicas para um programa de desenvolvimento do turismo na região amazônica	SUDAM-OEA/1995	FEDERAL	Elaborar diagnósticos dos atrativos, da infra-estrutura e ordenamento turístico, de forma a permitir o incentivo ao fomento da atividade e de projetos turísticos.	Estudo de diagnóstico bem elaborado de identificação do mercado turístico do Estado do Pará.
Relatório do Workshop de pólos turísticos – Estado do Pará	OEA SUDAM MMA/1997	FEDERAL	Analisar a situação, definir problemas, objetivos e alternativas do desenvolvimento institucional e propor uma nova matriz para o ecoturismo com as responsabilidades dos envolvidos.	O documento avança nas proposições sobre o ecoturismo como modalidade prioritária para Amazônia.
Recursos naturais e turismo na Amazônia	SUDAM/1997	FEDERAL	Hierarquizar os atrativos naturais e culturais da Amazônia	Reforça a idéia de que o segmento do ecoturismo se aproxima das necessidades de conservação da riqueza da biodiversidade da Amazônia.

Estratégia para o desenvolvimento integrado do ecoturismo na Amazônia Legal	SUDAM OEA MMA/1997	FEDERAL	Implementar Infra-estrutura; mão-de-obra; articulação de instituições; serviços e equipamentos privados; marketing; comercialização e definição de políticas.	Através do documento o ecoturismo é colocado como alternativa de desenvolvimento para a região.
Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia – PROECOTUR (Propostas de Investimentos)	MMA/SCA – 1998	FEDERAL	Viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região; criar parques e reservas; criar um ambiente de investimentos em produtos turísticos; ampliar linhas de crédito e melhorar a infra-estrutura para atrair fluxo turístico para a região.	O documento apresenta a divisão da Amazônia Legal em pólos de desenvolvimento, tendo em vista o ecoturismo, influenciando políticas e programas estaduais e municipais.
Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia	MMA/SCA – 2002	FEDERAL	Promover o desenvolvimento sustentável da região por meio do ecoturismo; implementar infra-estrutura básica de serviços; propor regulamentação para o ecoturismo; capacitar recursos humanos; valorizar	O documento reúne informações básicas sobre o ecoturismo trazendo como objetivo a sensibilização das comunidades para serem envolvidas nos planos de ecoturismo, pelo grande potencial ecoturístico da



			as culturas locais; contribuir para conservação da biodiversidade.	região.
Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo	MTUR – 2000	FEDERAL	<p>Fomentar o desenvolvimento do turismo nos municípios; conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre a importância do turismo; descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação; disponibilizar condições técnicas organizacionais e gerências; Estimular o fortalecimento das relações entre Poder Público e iniciativa privada; Efetivar melhorias na prestação dos serviços voltados as atividades turísticas.</p> <p>Criar comitês estaduais do PNMT; Capacitar agentes multiplicadores estaduais e monitores municipais; Estimular a formação de Conselhos</p>	<p>Cria em sua estrutura uma política de descentralização e planejamento como forma dos municípios adequarem os investimentos a realidade local, e aponta como preferência o ecoturismo. Como ação resultante do programa, é criado em Cametá o Conselho Municipal de Turismo verificando-se uma relação direta do programa com o incremento do turismo no Município.</p>

			Municipais; Orientar o Poder Público no ordenamento da atividade turística; assessorar os municípios na implementação do Plano Municipal de Turismo.	
Diretrizes Políticas: roteiros do Brasil/Programa de Regionalização do Turismo	MTUR – 2004	FEDERAL	Dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta; estruturar os destinos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico nacional e a taxa de permanência e o gasto médio dos turistas.	Através desse programa que substituiu o PNMT, adota-se a estratégia de criação de arranjos produtivos locais como instrumento de regionalização. Nesse programa Cametá se insere de forma indireta por meio das rotas turísticas regionalizadas concebidas para o pólo Araguaia-Tocantins.
Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDT	PARATUR - 2002	ESTADUAL	Converter o Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável; incrementar o volume	O documento elabora um diagnóstico das condições do turismo no Estado e aponta os principais produtos/mercados para os pólos que foram criados no Pará, como o

			de permanência média e o gasto turístico.	Araguaia/Tocantins, onde está inserido Cametá, verificando nesse sentido uma relação indireta com o Município.
Roteiros do Brasil – Edição Pará/Pólo Araguaia-Tocantins (Oficina de roteirização – Tucuruí)	PARATUR/2005	ESTADUAL	Iniciar o processo de formatação de produtos turísticos na região do pólo Araguaia/Tocantins; examinar a oferta turística da região e, ao mesmo tempo fazer uma avaliação objetiva dessa oferta; identificar dificuldades no processo de desenvolvimento do turismo na região; dar continuidade às ações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo.	A oficina permitiu às entidades ligadas ao turismo examinar a oferta turística da região apontando os principais produtos turísticos, onde Cametá é mencionado em possíveis rotas a serem efetivadas, como a Rota do Grande Lago, sendo o Município, deste modo, relacionado de forma direta.
Roteiros do Brasil – Edição Pará/Pólo Araguaia-Tocantins (Oficina de	PARATUR/2005	ESTADUAL	Dar continuidade ao processo de formatação de novos produtos turísticos na região do pólo Araguaia/Tocantins; fazer uma	A oficina permitiu aos participantes examinar a oferta turística e apontar os principais produtos, onde Cametá é mencionado na efetivação da Rota

Roteirização – Abaetetuba			avaliação e classificação objetiva dos atrativos turísticos da região; atribuir uma hierarquização aos atrativos; identificar dificuldades no processo de desenvolvimento do turismo na região; sugerir novos e variados roteiros turísticos a serem implantados e definir as principais direções dos fluxos turísticos.	do Açaí, o que demonstra uma abordagem direta ao Município.
Plano de Desenvolvimento dos municípios à jusante da Hidrelétrica de Tucuruí – PPDJUS	CONJUS – 2003	MICRO-REGIONAL	Promover um processo amplo de mudança e de reorganização da economia e da sociedade regional, combinando a elevação da qualidade de vida da população como crescimento econômico e a conservação ambiental.	Como um dos principais objetivos em relação ao turismo está a diversificação da estrutura produtiva com o incentivo a novos segmentos econômicos, especialmente o turismo. Um dos programas de desenvolvimento destacados para os municípios integrantes da microrregião do Baixo Tocantins, onde está localizado Cametá, é o ecoturismo, verificando uma

				referência direta do Município no referido plano.
Lei Orgânica do Município de Cametá	PMC- 1990	MUNICIPAL	Promover o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico; adotar política necessária para implementação do setor, assegurando respeito ao meio ambiente, à ecologia e à cultura.	O documento faz uma abordagem direta a respeito da atividade turística em Cametá na seção que versa sobre os princípios gerais de desenvolvimento apontando o turismo como um setor econômico de desenvolvimento para o município, assegurando a proteção ao meio ambiente e a cultura, sendo um indicativo de incentivo ao ecoturismo.

<p>Plano Diretor do Município de Cameté</p>	<p>PMC – 2007</p>	<p>MUNICIPAL</p>	<p>Apoiar e promover eventos já consolidados e aqueles com potencial turístico; compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, e naturais do município e da região; apoiar e incentivar iniciativas para instalação de infra-estrutura de suporte ao turismo, como a construção de trapiches flutuantes; promover a qualificação no setor de turismo; levantar o potencial do turismo na região, em especial do turismo ecológico; apoiar e orientar iniciativas para o desenvolvimento do eco-turismo; elaborar e implementar o plano municipal de turismo.</p>	<p>O documento traz referências diretas sobre o turismo em Cameté, apontando políticas importantes para incrementar a atividade como a necessidade de adequação ao potencial turístico local, indica do mesmo modo possíveis intervenções, como a construção do terminal fluvial flutuante. Além disso, atribui atenção especial ao turismo ecológico como o mais viável de acordo com o potencial do Município.</p>
---	-------------------	------------------	--	--

As políticas de desenvolvimento do turismo na Amazônia referem-se especialmente às ações que foram pensadas visando ao incremento da atividade com intuito de promover seu crescimento na região. Esse roteiro de ações iniciou ainda na década de 1970 com a elaboração do I Plano de Turismo da Amazônia (PTA), orientando o desenvolvimento das primeiras ações de turismo pela esfera governamental da União.

Os objetivos que se pretendiam alcançar por meio do I PTA eram contribuir para uma ocupação territorial ordenada da Amazônia, participar no desenvolvimento econômico e social da região, através da geração de renda e emprego, com menos custos econômicos e sociais e defender ecologicamente e valorizar os recursos naturais da região e do seu patrimônio histórico e cultural (NOBREGA, 2007, p 42).

Através de programas e projetos criados pela antiga SUDAM, as políticas de desenvolvimento da atividade turística influenciaram os governos estaduais e municipais, que passaram a dar maior ênfase ao turismo, subsidiando-o e incluindo-o definitivamente nas políticas públicas, sendo considerado como setor chave no processo de desenvolvimento econômico e social, tornando-se parte integrante da máquina dos governos (HALL, 2001).

Como continuação às políticas planejadas para a região, representando um novo contexto desenhado com as preocupações ambientais no mundo e no Brasil, o turismo novamente é alvo de uma importante medida de planejamento, através do II PTA. Este foi elaborado pela SUDAM, em 1992, no sentido de avançar em relação às estratégias definidas anteriormente e procurando estabelecer linhas prioritárias de trabalho e ação (NOBREGA, 2007).

Buscando uma sintonia com as diretrizes definidas pelo PTA, os governos na Amazônia buscam no turismo convencional, e agora mais ainda no ecoturismo, novas alternativas de desenvolvimento. O referido plano fala de pólos de turismo definidos para toda a Amazônia oriental e ocidental. Para efetivá-los, os próprios governos estaduais e locais assumem um discurso ecológico (COELHO, 1999).

Portanto, como veremos em seguida, as políticas que serão pensadas e/ou implementadas pelos governos do Estado e de municípios são influenciadas pelos planos criados para a Amazônia, como o PTA, que delineou

um modelo de turismo para a região, ratificando esse segmento na definição de suas políticas.

Em relação ao ecoturismo, a região amazônica apresenta um enorme potencial, pois são inúmeros acidentes geográficos, ecossistemas e uma diversidade de flora e fauna que contribuem para que a idéia de desenvolver o turismo aceitável em todos os níveis. A facilidade mercadológica do nome “Amazônia” – conhecido no mundo todo – também aparece como razão ímpar para o desenvolvimento do turismo. Mas, a principal razão é sem dúvida, a possibilidade que a atividade tem de promover o desenvolvimento mais equilibrado, e em consonância com os limites suportáveis do meio ambiente, numa região problemática como é a Amazônia, com divisões de classe e disparidades econômicas enormes, aliadas aos danos ambientais de grandes projetos de desenvolvimento (FIGUEIREDO, 1999, p. 76).

Mudanças na condução política do Estado, nas suas relações com a sociedade, também são aparentes nos programas atuais relacionados ao turismo. É o que pode ser percebido nos planos e programas de turismo na Amazônia desde o I e o II Plano de Turismo da Amazônia até o atual Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), destacando-se como estratégias atuais da nova Política Nacional do Turismo, a descentralização da gestão turística, por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, a municipalização do turismo e a terceirização das atividades para o setor (ENDRES, 2001).

Como exemplo, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é bastante ilustrativo. Nele foram definidos os instrumentos para operacionalizar as ações estratégicas anteriormente destacadas. Deste modo, segundo Endres (2001), o PNMT, como um programa que busca a integração e intermediação institucional, tem como objetivo articular vários elementos, antes isolados das estruturas internas dos órgãos estatais, como associações de classes e sindicatos, para poder ser implementado.

Foi através desse programa, que, pela primeira vez, uma política cunhada pelo governo federal se direcionou especialmente aos municípios, na busca de parcerias, apoio e orientações referentes ao desenvolvimento do turismo, como ocorreu em Cametá.

O governo federal, juntamente com o governo estadual vem atuando na área do fomento ao turismo com a implementação de alguns programas, como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo [...]. A realização de seminários de sensibilização, criação de



Conselhos de Turismo em municípios com potencial turístico, são ações resultantes diretamente da política do governo federal, que através de parceria com os governos estaduais e municipais busca o desenvolvimento do turismo. Na verdade, esses programas servem para dar suporte, um apoio, um direcionamento dentro da política do turismo (Diretora do Departamento de Turismo da SECULTD - Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, ago./2007).

Assim, entre uma das ações que podem ser destacadas resultantes da implementação do PNMT foi a formação dos Conselhos Municipais de Turismo, uma das condições para os municípios serem incluídos no programa. Esta entidade teria o papel de conjugar interesses de diferentes setores da comunidade ligados ao turismo no Município. Contudo, segundo Endres (2001), seria difícil vislumbrar a possibilidade de o Conselho Municipal de Turismo, peça fundamental do PNMT, enquadrar-se como uma entidade capaz de viabilizar políticas para o município, implementá-las e ao mesmo tempo atender aos interesses de cada organização que o compõe.

Com a grande maioria dos objetivos não alcançados, o PNMT foi extinto. Hoje o principal programa turístico em nível federal é o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), com a proposta de articular organismos e instâncias nacionais e regionais, promovendo a cooperação e interação com órgãos da administração federal, estadual e municipal (BENI, 2007) e promovendo a melhoria da competitividade no processo de desenvolvimento do turismo, a partir dos órgãos federais e estaduais.

Segundo as diretrizes políticas, o programa é “modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada”, cujos princípios “são a flexibilidade, articulação, mobilização”, compreendendo-se como regionalização “a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística” (BENI, 2007, p. 127).

No sentido de implementar o programa e, considerando as diferenças regionais e estaduais, o Ministério do Turismo preparou dois documentos (Diretrizes Políticas e Diretrizes Operacionais do Programa), que contêm as principais diretrizes que devem ser aplicadas pelos agentes do processo nos níveis estadual, municipal e regional (BENI, 2007), marcando as políticas pensadas e implementadas na Amazônia desde então.

Nas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, de 2005, elaborado pelo Ministério do Turismo, como também o Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará, encontram-se as idéias de uma ambivalência de planejamento do turismo nacional que segue a tendência mundial ao adotar o modelo de desenvolvimento via competitividade aliada a uma ambivalência produtiva entre o público, o privado e uma possível/suposta participação da sociedade (SOUZA, A., 2006, p. 29).

Um dos principais parceiros na implementação do PRT, são os governos dos Estados no desempenho da função de identificar as áreas para serem inseridas nas etapas do referido programa.

Com o governo federal, todos os estados da federação são parceiros na execução da política e no Estado do Pará, nós temos essa parceria firmada como Ministério do Turismo e estamos na identificação de que áreas podem ser beneficiadas com este programa (Diretora de Fomento da PARATUR, ago./2007).

Portanto, o resultado das iniciativas de desenvolvimento do turismo em escala nacional é traduzido pelos programas e planos pensados para a Amazônia, através de ações governamentais nos estados e municípios da região. Nesse contexto se inserem as políticas planejadas e implementadas pelos governos do Estado do Pará e do Município de Cametá para o desenvolvimento do turismo, sendo destacado um modelo de turismo competitivo e enquadrado nos contornos da preocupação com o meio ambiente, privilegiando, assim, o turismo ecológico.

As ações referentes ao desenvolvimento do turismo pensadas pelo governo estadual primam por uma apologia à natureza amazônica, tendo como principal imagem a ser vendida o Pará como parte integrante desse cenário. Isto explica *slogans* criados sobre o *marketing* do turismo no Estado: “*Pará: obra prima da Amazônia*”.

Como mostramos (item 2.2), através de seu órgão representativo de turismo - a PARATUR - elaborou-se em 2001 o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA), um documento que congrega as diretrizes gerais para o turismo no Estado. Dentro do referido plano os objetivos propostos têm como intenção realizar a prática turística no Estado aliando a sustentabilidade da região amazônica à competitividade (SERRA, 2007).

O caráter de competitividade está presente no conteúdo do PDT, traduzindo a preocupação em dar condições para incrementar o crescimento

da atividade turística no Pará, adotando-se para isso uma estratégia mercadológica: “o desenvolvimento turístico só tem sentido se é competitivo, quer dizer, capaz de produzir riqueza, prosperidade e sentimento de bem estar para a população receptora, de forma sustentável” (PARÁ, 2001, p. 55).

Por um lado, a competitividade é definida a partir da atratividade dos destinos turísticos. Por outro, sustentabilidade se dá em relação ao aproveitamento do recurso para o turismo, o patrimônio natural da região.

Através de um diagnóstico foi feita uma análise dos pontos fortes e fracos para contribuir ou dificultar o desenvolvimento do turismo, e, principalmente, as oportunidades competitivas por cada pólo turístico em que foi dividido o Estado. Foram estabelecidas as principais estratégias para cada pólo e indicados os negócios priorizados por mercado geográfico (prioridade alta, média ou baixa) (PARÁ, 2001). Para o pólo Araguaia/Tocantins, onde se insere Cametá, as estratégias e mercados são vistos no quadro II.

**QUADRO II – Estratégias de Produto/Mercado Pólo Araguaia/Tocantins**

Negócios/Mercados	Mercados geográficos			
	Doméstica	Regional	Nacional	Internacional
Pesca Esportiva	●	●	●	●
Reuniões/eventos	●	●		
Atividades ecoturísticas	●	●	●	●
Atividades aquáticas	●	●	●	
Sol e praia	●	●		
Turismo Industrial	●	●	●	
Turismo Educacional	●	●		



Prioridade alta



Prioridade média



Prioridade baixa

Fonte: PARÁ, 2001

De acordo com o quadro, os negócios/mercados potenciais do pólo Araguaia/Tocantins, que possuiriam maior poder de competitividade para o mercado doméstico seriam: o turismo de sol e praia e o turismo educacional. No que tange ao mercado regional (estados vizinhos): o turismo de sol e praia

e a pesca esportiva. Já em relação ao mercado nacional: a pesca esportiva e as atividades ecoturísticas.

Dentre outros destaques, verifica-se uma grande ênfase dada ao ecoturismo como a modalidade viável ao Pólo Araguaia/Tocantins e, por conseguinte, a Cametá, fundamentando as ações de desenvolvimento da atividade turística no pólo, por se constituir num dos segmentos mais viáveis no paradigma do desenvolvimento sustentável, tão em voga na Amazônia, estando presente em quase todos os programas e projetos de desenvolvimento do turismo na região, pois incluem o ecoturismo como atividade básica (BECKER, 2006).

É importante destacar que na forma como foi elaborado, o PDT não visualiza a diversidade dos pólos, que são muito extensos, e as especificidades dos municípios, como no caso Cametá, que passam a ser tratados de forma genérica face às características do Pólo Araguaia/Tocantins.

Com base no diagnóstico realizado, as estratégias de mercado do Pólo Araguaia/Tocantins, no qual está inserido o Município de Cametá, os recursos considerados de maior potencial são as praias fluviais para atender à demanda da própria região e dos estados vizinhos, e a fauna e flora, para o atendimento do mercado nacional.

Um dos produtos elencados como prioritários para atender à demanda do turismo doméstico no Pólo, o Turismo Educacional, seria viável para o município de Cametá, devido seu caráter de Município com grande importância histórica e política no contexto paraense, e pelas suas características físico-naturais<sup>18</sup>: morfológicas, hidrográficas, dentre outras.

Cametá tem quase 400 anos de história, não é qualquer cidade no Brasil que tem essa idade, [...] em Cametá uma particularidade em relação a outros municípios é a divisão das águas, Cametá sede da cidade ta num ponto, mas temos também cerca de 500 localidades abrangendo ilhas, terra-firme e outras situações. (Representante da Câmara de Diretores Lojistas de Cametá – CDL, fev./2008).

Apesar de estar inserido no Pólo Araguaia/Tocantins, um dos pólos turísticos do Estado do Pará, a inserção do Município de Cametá nas políticas

---

<sup>18</sup> No que tange à formação físico-natural, o Município de Cametá pode ser subdividido em duas porções distintas de terras: a região das ilhas e a região da terra-firme (SOUZA apud COSTA, 2006).

de turismo estaduais ainda é muito insipiente, resumindo-se a uma relação institucional com realização de inventário turístico ou estudo de demanda.

Atualmente, entretanto, verifica-se uma maior aproximação do órgão oficial de turismo, a PARATUR, com o Município, numa provável demonstração de mudança de política com relação ao fomento do turismo no interior do Estado, refletindo na definição de ações que ordenam o espaço geográfico do turismo, a fim de promover a expansão da atividade.

Esse assunto é exposto nas palavras da Diretora do Departamento do órgão responsável pelo turismo no Município de Cametá:

Anteriormente existia um afastamento, porém, hoje a gente vê essa proximidade do governo federal e estadual direcionando as políticas do turismo, fazendo parcerias com os governos municipais justamente para trabalhar de forma conjunta e assim poder desenvolver a região a partir do fomento do turismo (Diretora do Departamento de Turismo da SECULTD - Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, ago./2007).

Com a mudança recente na conjuntura política do governo estadual, houve redefinição dos objetivos e diretrizes da PARATUR, tendo como principal ambição diversificar a oferta turística do Estado para dar mais opções para os turistas que vêm para o Pará.

Nesse sentido está o interesse do governo em incentivar o turismo em Municípios do interior, como Cametá:

O Estado tem o interesse de criar mais espaços, organizar o turismo fazendo com que ele permeie por todas as áreas do Estado, pra se ter mais possibilidades do turista que aqui venha, permaneça, e que ele possa desfrutar e conhecer o Estado em todas as suas realidades. Nós temos, na verdade, vários estados dentro do Estado do Pará, desde o hábito alimentar, o nosso sotaque, nosso linguajar, de apresentar determinadas manifestações. E pra caminhar, vivenciar isso, você precisa caminhar muito dentro do Estado. Então a gente quer, como governo, que o turista viva essa experiência no Estado do Pará, que ele possa ter um conhecimento maior de nossa cultura, de nossa natureza, das coisas que nosso povo produz através do artesanato, das suas manifestações e, pra isso, é preciso que a gente estructure locais que o turista possa fazer uma viagem tranquila, ter acesso a essas informações o mais rápido possível (Diretora de Fomento da PARATUR, ago./2007).

Nessa nova proposta os locais que ficam mais próximos de Belém podem ser mais integrados, já que os acessos são relativamente melhores e mais rápidos, tanto por via fluvial, como rodo-fluvial, facilitado com o projeto da

Alça Rodoviária, destinada a ser “cabeça de ponte” do sistema de integração viária do interior do Pará. (PARÁ, 2001).

Então os locais que têm mais possibilidades de acesso em relação com a capital, ficam mais propícios nesse momento a receber um grupo de turistas, e não devemos esquecer que temos programado pra frente. Em 2008 vai acontecer o Fórum Social Mundial e que nós vamos precisar de locais pra que essas pessoas conheçam. Então nós temos que preparar essas localidades, as que estão mais próximas de Belém, pra dar oportunidade pra essas pessoas interagirem com o Estado de forma geral (Diretora de Fomento da PARATUR, ago./2007).

Com essa recente aproximação da entidade fomentadora do turismo no Estado tem-se um direcionamento maior das políticas planejadas para o Município de Cametá.

Uma ação mais premente agora é a entrada de Cametá na rota do turismo, no Programa de Roteirização do governo federal, em associação com a política do Estado que é privilegiar as regiões. Nossa governadora tem esse pensamento, de que a gente possa trabalhar o Estado, trabalhando também suas regiões com foco no Município, e Cametá tende a essa expectativa e nós estamos exatamente nessa construção de ações do Estado em parceria com o governo municipal e a sociedade cametaense, ainda ao longo de 2007, e após 2008 até 2011 a gente também possa fazer um planejamento no Município para acompanhar o pensamento da gestão estadual (Informante/PARATUR, Diretora de Fomento, ago./2007).

Contudo, é importante reforçar que as políticas estaduais para o turismo não trataram diretamente sobre Cametá, como mostramos na abordagem sobre o PDT. Apenas recentemente o Município passa a estar inserido na política estadual de turismo através dos programas e projetos em nível federal, como o Programa de Regionalização do Turismo, que são desenvolvidos pelos estados da federação.

No que diz respeito aos programas e planos que o governo municipal define para o desenvolvimento da atividade, apesar das iniciativas que destacam este setor como relevante para o Município, as ações são ainda incipientes, verificando-se um verdadeiro momento de definições de medidas para atender aos requisitos de crescimento do setor por meio de planejamento.

Apesar de existirem alguns fluxos planejados por empresas de Belém (figura 2), o turismo em Cametá ainda ocorre de forma espontânea, sem uma definição de uma política de longo prazo por parte do poder público ou da

iniciativa privada. Na realidade não existe uma política pública de turismo na forma de um documento que expresse o pensamento do poder público e demais entidades representativas da sociedade com relação à organização do setor de turismo no Município.

Este fato é exposto nas seguintes palavras:

Em termos gerais, a gente pode perceber que o turismo ainda está em fase de se organizar melhor. Sabemos que existe um potencial. Então existe essa questão do turismo natural, do turismo ecológico, que aproveitaria as ilhas, os rios [...], mas falta, na verdade, a questão da estruturação, criar leis, um Plano Municipal de Turismo, e tudo isso só acontece se existir organização administrativa da política de turismo no Município (Representante da ASCAL – Associação Cultural e Ambiental Lançante, ago./2007).

Essa característica, na abordagem de Cruz (2000), já mencionada anteriormente, está presente na maior parte dos municípios brasileiros, onde a atividade se expande sem uma intervenção capaz de promover um desenvolvimento adequado do setor, ocorrendo, na maioria das vezes, a prática de ações pontuais que não dão conta de evitar as conseqüências de um desenvolvimento da atividade sem planejamento.

O turismo passou a ocorrer de forma mais intensa em Cametá, nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990, quando a atividade ganha destaque no contexto da Amazônia, entrando na pauta de discussão de políticas do poder público municipal para o setor. Podemos dizer, entretanto, que surge apenas “um sistema de ações” que tratam do turismo, mas que, pelo menos ainda, não refletiram em práticas concretas, num “sistema de objetos” resultado das ações para o turismo.

Quando criada a Lei Orgânica do Município, em seus princípios estratégicos, já estava delineado que o turismo seria visto como fator de desenvolvimento social e econômico, e que para isso seriam adotadas as políticas necessárias para seu implemento, assegurando o respeito ao meio ambiente, à ecologia e à cultura (CAMETÁ, 1990).



14/09 – City Tour com Almoço em Icoaraci  
 Projeto Ver-o-Rio / Mangal das Garças / Visita ao Artesanato no Paracuri / Orla de Icoaraci

Valor: R\$ 50,00 (por pessoa)

16 a 17/09 – Ourém com Capitão Poço.

02 dias 01 noite – Hospedagem em Capitão Poço.

Passeio em Ourém / Visita Ourém Mel / Balneário Recanto das Lendas no Hotel Fazenda Cachoeira.

Valor: R\$ 170,00 (por pessoa)

22 a 24/09 – Marudá, Crispim & Algodal “Princesas do Salgado”.

03 dias 02 noites – Hospedagem em Marudá.

Praia de Marudá / Praia do Crispim / Travessa para Ilha de Algodal (opcional) / Marapanim.

Valor: R\$ 250,00 (por pessoa)

29/09 a 01/10 – Salinópolis & Bragança com Praia de Ajuruteua.

03 dias 02 noites – Hospedagem em Bragança.

Praia do Atalaia / City Tour em Bragança / Praia de Ajuruteua.

Valor: R\$ 270,00 (por pessoa)

#### OUTUBRO 2006

05/10 - City Tour com Almoço em Icoaraci

Projeto Ver-o-Rio / Mangal das Garças / Visita ao Artesanato no Paracuri / Orla de Icoaraci

Valor: R\$ 50,00 (por pessoa)

07/10 – Romaria Fluvial.

Embarcações cortam os rios da Baía do Guajará em devoção a Nossa Senhora de Nazaré.

Valor: Sob consulta

12 a 15/10 – Cametá – Terra dos Notáveis

04 dias 03 noites – Hospedagem em Cametá.

Passeio de Rabeta na Praia da Taúna e Furo do Aricurá / Praia da Aldeia/ City Tour.

Valor: R\$ 330,00 (por pessoa)

18/10 – Vigia de Nazaré

Igreja de Pedra / Igreja Madre de Deus / Museu da Vigia / Fazenda Santana / Balneário Santa Rosa/ Almoço Incluso.

Valor: R\$ 80,00 (por pessoa)

20 a 22/10 – Pesca Esportiva na Rota do Grande Lago

03 dias 02 noites – Hospedagem em Tucuruí e Jacundá.

Visita a Hidrelétrica de Tucuruí/ Balneário Califórnia (Breu Branco)/ Pedral do Lourenção (Itupiranga)/ Pesca Esportiva no Grande Lago em Jacundá (Opcional).

Valor: R\$ 400,00 (por pessoa)

FIGURA 1: FOLHETO DE PROPAGANDA DE EMPRESA TURÍSTICA. Neste são destacados alguns municípios do Estado do Pará, a exemplo de Cametá, apresentado como “Terra dos Notáveis”.



Apesar de ser tratada como fator de desenvolvimento, não existe uma política de turismo, uma discussão com os atores sociais que tratam do turismo, mas apenas ações pontuais. Não é garantido, assim, o direito à participação da população na formulação e na execução das estratégias a serem utilizadas, disciplinando o turismo conforme seus interesses e suas necessidades. Distancia-se, portanto, do alcance prático de uma proposta de desenvolvimento sócio-espacial pela falta de uma gestão autônoma sobre os meios e as estratégias relacionadas ao desenvolvimento do turismo por parte das coletividades.

As ações que são realizadas para o fomento do turismo no Município se resumem à promoção de eventos de caráter cultural, como o carnaval, religioso, a festividade de São João, e esportivos, como as atividades da UNEDEC (União Estudantil Democrática Cametaense) e o TORCAM (Torneio de Rabetas e Canoas de Cametá); não existindo um conjunto de ações articuladas ou uma continuação com vista ao incremento do setor, como exposto nas seguintes palavras:

[...] quando tenta-se desenvolver um trabalho há uma mudança de governo, o próximo não concorda com que tinha antes, aí quando não, muda o governo, Estado, e aquela que tinha já não é mais a que tem seguir. E assim a coisa vem caminhando, quer dizer nós já vimos algumas ações da PARATUR, da própria prefeitura no carnaval, mas são ações pontuais. Não se consegue desenvolver turismo em lugar nenhum sem ações de longo prazo (Representante da CDL – Câmara de Diretores Lojistas de Cametá, fev./2008).

Além da dificuldade de desenvolver uma continuação das ações, o próprio governo municipal como um todo ainda não estaria atuando de forma articulada no planejamento e execução das políticas para setor.

O amadorismo seria nossa grande dificuldade, nós ainda não nos profissionalizamos, ainda não temos um cabedal de informações suficientes para fazer com que não só o governo, mas a própria população veja o turismo como um grande empreendimento. O outro empecilho seria sensibilizar o governo como um todo da importância do turismo para o gerenciamento de negócios em Cametá, e é mais fácil sensibilizar o povo do que o governo. (Secretário de Cultura, Turismo e Desporto, fev./2008).

Na realidade, a principal política empreendida no Município para o planejamento da atividade inicia-se em âmbito federal, como resultado de um

novo momento, caracterizado pela tentativa de descentralização das ações de planejamento e execução das políticas de turismo, com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado com o intuito de promover um processo de municipalização das políticas de turismo, em um processo que visaria à conscientização, sensibilização e capacitação, tendo como resultado a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (BRASIL, 1999).

É a partir das ações criadas pelo desenvolvimento do programa que Cametá se insere entre os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo em 2000 (figura 3). Desse momento em diante são tomadas decisões definidas pelo programa, como a criação do Conselho Municipal de Turismo, processo que é iniciado em 2000, com a aprovação na Câmara de Vereadores do Projeto de Lei que cria o conselho, mas apenas finalizado sete anos depois, com a formação e composição dos seus membros titulares e suplentes. Isso é mais uma evidência de que não há um seguimento nas ações definidas, resultado da mudança de governo, que desconsideram as ações realizadas anteriormente.

Eu acho que essas ações são, assim, ações muito isoladas, eu me lembro que desde uns dez anos atrás, desde o governo Emanuel Cunha, passando pelo governo Quaresma, está terminando o governo do Waldoli e a gente nunca conseguiu dar uma estrutura para o turismo. Quer dizer, desde aquela época a PARATUR, através dos técnicos, trazendo o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, já tentaram fazer algumas ações, mas na realidade são ações muito isoladas, porque acabam colocando pessoas a frente do turismo, que não tem muito aquele comprometimento (Representante da CDL – Câmara de Diretores Lojistas de Cametá, fev./2007).

Como uma das ações resultantes do PNMT, o Conselho Municipal de Turismo é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, sendo a instância local que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil para o assessoramento do Município em questões referentes ao desenvolvimento turístico municipal (BRASIL, 1999). Após sua formação no Município tem-se um momento de expectativas em relação à definição das políticas de forma conjunta entre as entidades ligadas ao turismo, capaz de contemplar a coletividade, para que se promova um desenvolvimento que vá além da

geração de renda e emprego, que gere um processo de justiça social e autonomia dos atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística.

Uma das principais políticas de ordenamento do território municipal, aprovado em 2007, o Plano Diretor do Município de Cametá, também traz em suas entrelinhas, especificamente nas diretrizes referentes às políticas setoriais, pontos que mostram a preocupação com o turismo como um mecanismo de desenvolvimento.

Tanto no conteúdo do PNMT, como no do Plano Diretor Municipal, é visível a preferência pelo incentivo de um segmento do turismo, em especial, o turismo ecológico, como uma forma de conciliar desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente (quadro 1).

Assim, o turismo ecológico ou ecoturismo é utilizado como sinônimo de sustentabilidade, e é incorporado nas políticas de gestão pública como um impulsionador do desenvolvimento econômico local, sendo respaldado nos discursos das instituições oficiais através de programas e planos para o segmento.

A política de regionalização é implementada pelos estados da federação na pretensão de incluir os municípios em rotas turísticas regionalizadas. Nesse contexto, ocorre a inserção atual de Cametá nas políticas de turismo do governo federal, envolvendo os estados e municípios na implementação do referido programa.

[...] na verdade o município já tem um histórico nesse processo, com a política anterior a esse período que foi a municipalização do turismo e hoje a gente passa a resolução à política de regionalização do turismo. Então nós estamos estudando Cametá, vamos muito provavelmente verificar as condições, as propostas da sociedade e avaliar o seu entorno, o Município de Mocajuba, o de Baião, são municípios que também vão ser focos de observação, pra gente traçar o roteiro, desenhar uma rota que beneficie esse conjunto de municípios e Cametá com certeza vai ser o indutor desse processo na região onde se localiza (Diretora de Fomento da PARATUR, ago./2007).



MINISTÉRIO DO ESPORTE E DO TURISMO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO-EMBRATUR

*O Ministério do Esporte e Turismo, através do Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR - outorga o Selo de Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo - Ano 2000, de acordo com Deliberação Normativa desta Autarquia ao Município de*

## CAMETÁ - PA

**Carlos Melles**  
Ministro de Estado do Esporte e Turismo

**Caio Luiz de Carvalho**  
Presidente da EMBRATUR



MINISTÉRIO  
DO ESPORTE  
E TURISMO



FUGURA 2 – SELO TURÍSTICO DA EMBRATUR. Este selo de município prioritário para o desenvolvimento do turismo foi concedido a Cametá no ano de 2000 como parte das ações empreendidas pela inserção do Município ao Programa de Municipalização do Turismo do Ministério do Turismo.

A inserção do Município iniciou quando foram pensadas inúmeras rotas<sup>19</sup> que poderiam incluí-lo. Dentre elas (Rota das Águas, Rota do Grande Lago, Rota do Açaí e Roteiro Histórico Rio Cabano), a mais adequada para Cametá seria a “Rota do Açaí”, não somente pela importância econômica e cultural do açaí para o Município, mas pela proximidade geográfica com os outros municípios da mesma rota. Contudo, a mesma foi implementada, incluindo apenas Belém, Barcarena, Abaetetuta, além de Igarapé-Miri e Moju (figura 4).

Além da “Rota do Açaí”, outros roteiros turísticos foram pensados e apontados para integrar os municípios, incluindo Cametá, como o “Roteiro das Águas”, “Roteiro do Grande Lago” e o “Roteiro Histórico Rio Cabano” (figuras 5, 6, 7 e 8). Pode-se perceber que eles incorporam elementos da geografia e da história regional, numa tentativa de transformá-los em produtos. Como componentes da competitividade que o mercado promove, essas características sócio-geográficas da região são utilizadas como *marketing* para o turismo.

Atualmente Cametá passou a integrar um desses roteiros, o “Roteiro do Grande Lago”, que parece pouco apropriado às características sócio-geográficas do Município, já que quando criado esse roteiro foi pensado para integrar os municípios que estão à montante da Hidrelétrica de Tucuruí, incluindo além do próprio Município de Tucuruí, o de Breu Branco, o de Jacundá e o de Itupiranga.

O município de Cametá sempre esteve fora do contexto turístico. Então, há pouco tempo atrás nós conseguimos fazer com que Cametá passasse a ser reconhecido e hoje está na mídia, fazendo parte do Pólo Araguaia/Tocantins e da Rota do Grande Lago que congrega mais quatro municípios. Então, o que eu acho, o que poderia ser implementado para atrair mais turistas é divulgar nossos produtos, o carnaval, a pesca do mapará, o carnaval das águas, o torneio de rabetas. Nós precisamos mostrar que nós temos produtos para serem vendidos, criando folders, revistas de turismo. (Representante do Conselho Municipal de Turismo de Cametá – COMTURC, fev./2008).

---

<sup>19</sup> Essas rotas foram definidas pelos municípios nas Oficinas de Sensibilização organizadas pela PARATUR nos municípios de Abaetetuba e Tucuruí em 2005.

Conheça a beleza destes roteiros   
**Pólo Araguaia-Tocantins**

**Rota do Grande Lago Route of Great Lake**



**Lagos de Pesca**  
Fishing Lakes

**Rota dos Minérios Route of Minerals**



**Riquezas Minerais**  
Mineral Wealth

**Rota do Agronegócio Route of Agrobusiness**



**Fazendas e Florestas**  
Forests and Farms

**Rota do Açaí Route of Açaí**



**Gastronomia**  
Gastronomy

**Rota das Águas Route of Waters**



**Praias Fluviais**  
Fluvial Beachs

**Este é o sul  
que o **Pará**  
tem pra  
mostrar**

**LecyTur**  
VIAGENS E TURISMO

Parque da Paratur - Pça Waldemar Henrique s/n  
 CER: 66010-040 - Centro Belém-Pará-Brasil  
 Fone: (91) 3222-0751 / 3087-6413.  
 Fax: (91) 3231-0773

[www.lecytur.com.br](http://www.lecytur.com.br)

FIGURA 3 – FOLHETO DE PROPAGANDA DAS ROTAS TURÍSTICAS. Neste são apresentados os principais Roteiros Turísticos definidos para o Pólo Araguaia/Tocantins como a Rota do Açaí destacado a partir de uma das atratividades da Amazônia, a gastronomia.

Contudo, o que percebemos é a vontade de integrar o Município nas rotas regionalizadas sem uma reflexão sobre a pertinência dessas rotas, suas abrangências e sobre a perspectiva de desenvolvimento da atividade turística como possibilidade de promover o desenvolvimento para além da questão econômica. Dito de outra maneira, significa incentivar um turismo que caminhe em direção a um desenvolvimento sócio-espacial. Isso porque, na maioria dos casos, o turismo é visto como a salvação econômica, o que não é diferente no Município de Cametá.

É sabido que Cametá não tem indústrias, não tem meios de gerar emprego e renda a partir de produtos tradicionais, mas nós temos nossos produtos, que são nossos produtos turísticos, nossa história, nossa cultura, nossa tradição e isso seria nossa grande indústria de rentabilidade para o povo. Então o turismo seria a grande saída, grande alternativa financeira para o Município de Cametá. (Secretário de Cultura, Turismo e Desporto, fev./2008).

Esta visão, que destaca a importância econômica do turismo, é compartilhada pelos que representam o comércio no Município.

[...] No carnaval de 2001 nós chegamos a fazer um levantamento aqui, e nós verificamos que entrou aproximadamente um milhão e meio de reais no período do carnaval em Cametá. Isso, dinheiro extra, que foi fomentado na economia de Cametá. Se nós tivéssemos uma política melhor definida pra que pudesse ter um incremento melhor, mas eu não tenho dúvida que isso aí poderia ser muito maior. Pode ser então um fomentador de desenvolvimento sim, mas, eu insisto, tem que haver planejamento, tem que haver política de longo prazo e chamar os atores envolvidos. Não é só tu colocar, não, nós vamos fazer isso, fazer aquilo e depois parece que alguém começa a crescer muito e outro vai lá e quer cortar a asa porque já está politicamente..., já quer ocupar o lugar do prefeito, do vereador, não sei de quem. E infelizmente isso acaba sendo a nossa desgraça. (Representante da Câmara de Diretores Lojistas de Cametá,- CDL, fev./2007).

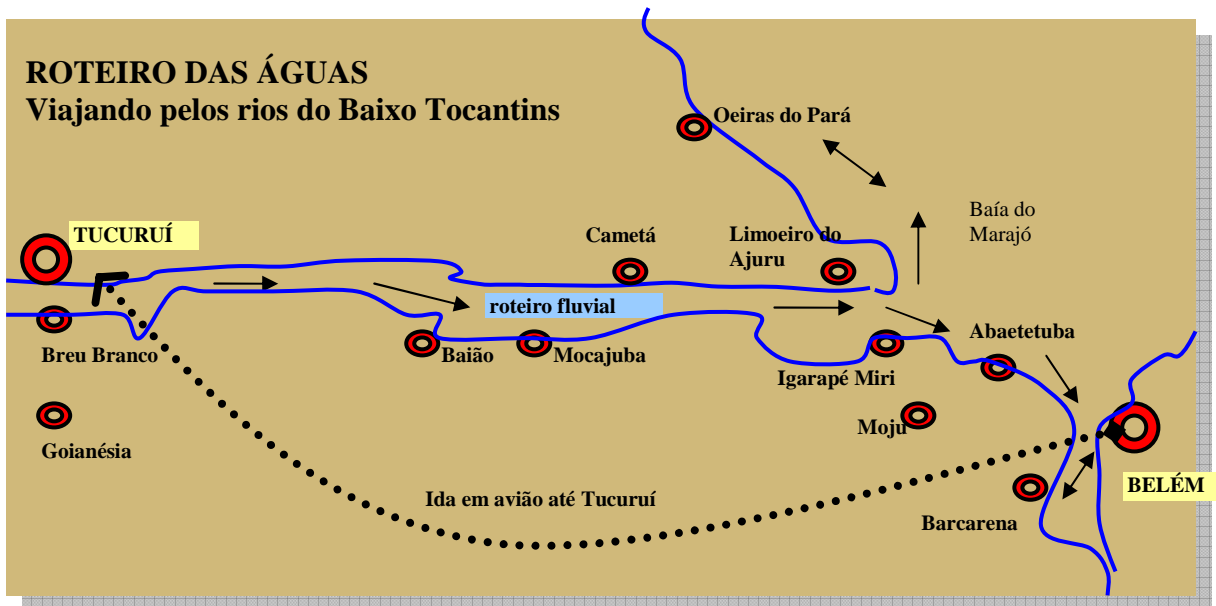


FIGURA 4 - ROTEIRO DAS ÁGUAS. Rota turística por meio da qual foi pensada a possibilidade de desenvolver um roteiro fluvial pelo rio Tocantins.

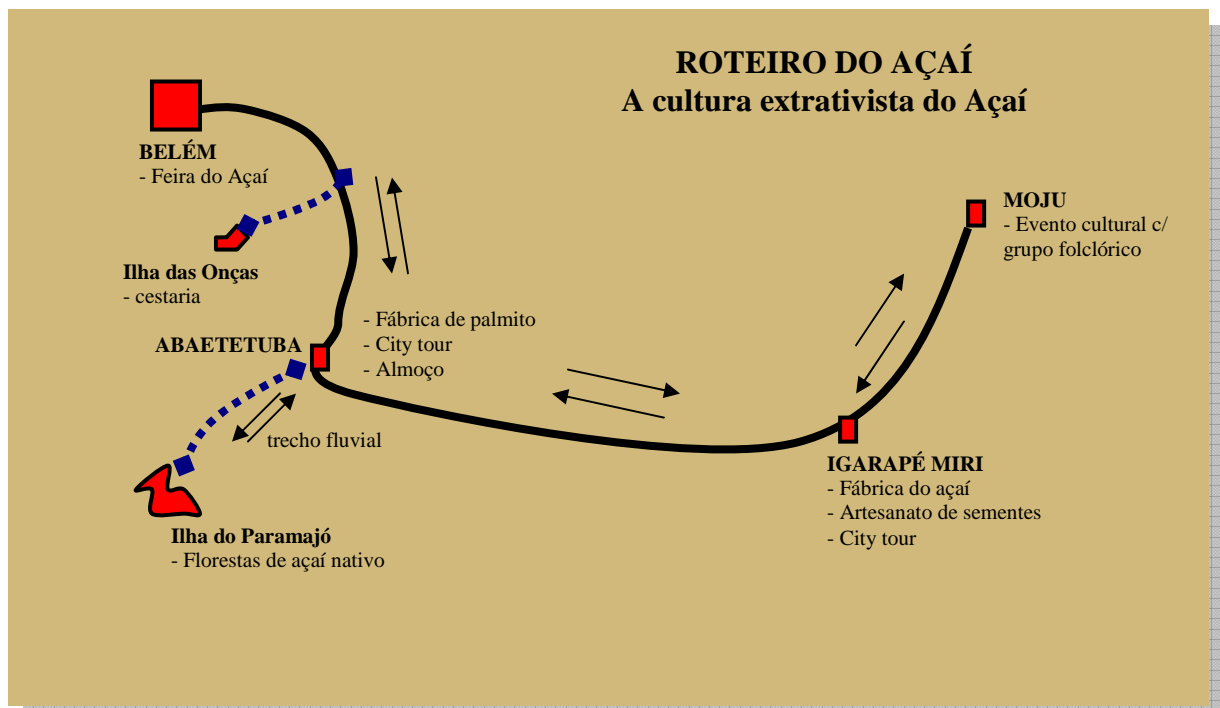


FIGURA 5 - ROTEIRO DO AÇAÍ. Roteiro que ressalta além da cultura extrativista do produto, o aspecto cultural contido no artesanato e danças.





FIGURA 6 - ROTEIRO DO GRANDE LAGO. Este roteiro inclui atualmente o Município de Cametá pela possibilidade que o mesmo apresenta de desenvolver um percurso fluvial.

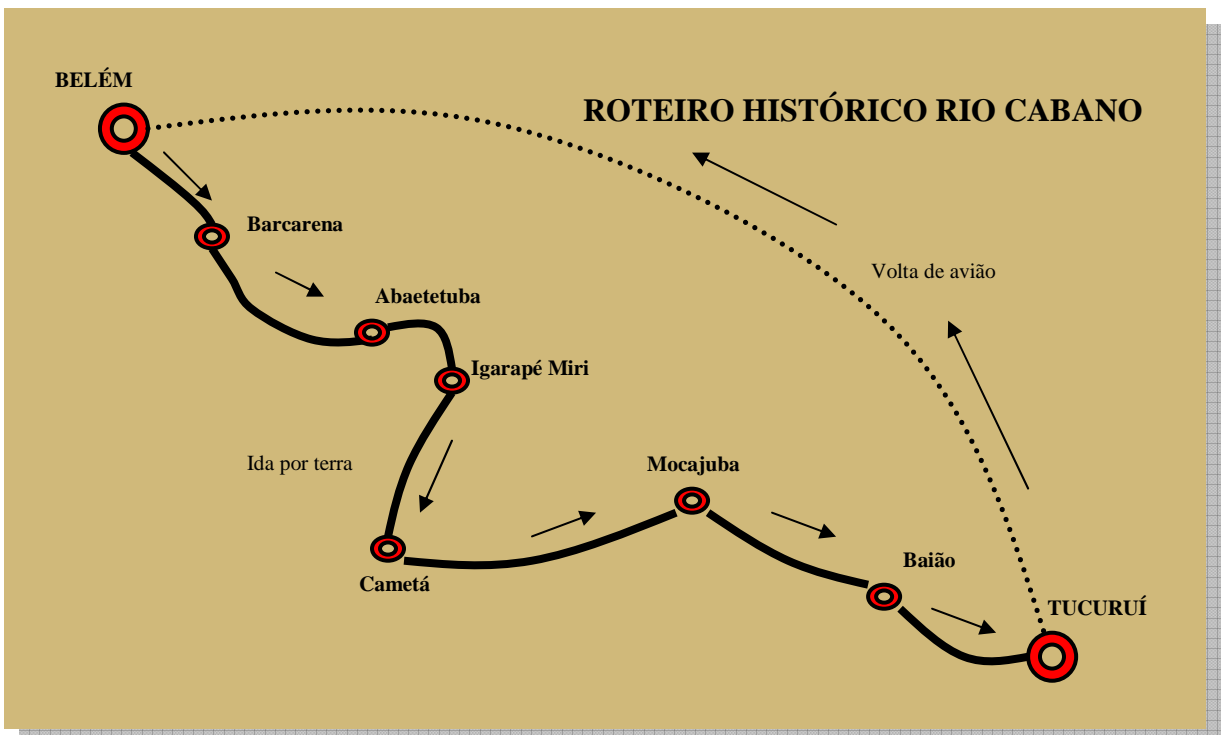


FIGURA 7 - ROTEIRO HISTÓRICO RIO CABANO. Este roteiro foi pensado para explicitar um dos acontecimentos históricos de grande relevância, a Cabanagem, procurando-se mostrar as a Revolta dos Cabanos acontecida no séc. XIX.

Contudo, esta é, como já tratamos na parte inicial do trabalho, uma visão reducionista sobre o desenvolvimento, que o atrela única e exclusivamente à questão econômica, entendido como sinônimo de crescimento econômico e modernização. É necessário pensá-lo privilegiando em seu conteúdo a dimensão social, através de uma maior preocupação com a promoção de um desenvolvimento em sentido amplo, considerando as diversas dimensões constituintes das relações sociais, a cultura, a economia, a política, assim como o espaço na sua plenitude, envolvendo os diversos atores locais.

Com a inserção de Cametá nas ações turísticas tanto do governo do Estado como do Município, existe a questão das repercussões sócio-espaciais, pois, a partir das políticas de incremento da atividade, da estruturação do espaço para o turismo, surgem intervenções no espaço local diretamente ou indiretamente ligadas ao desenvolvimento da atividade turística.

#### 4.3 AS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO LOCAL FACE ÀS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

A ação indutora do Estado visando ao desenvolvimento a partir de políticas territoriais de fomento confirmam que o turismo é uma atividade por meio da qual o poder público tem investido em infra-estrutura básica que está de acordo com o incremento do setor. Assim, o turismo torna-se mais um elemento condicionador de (re)ordenamento do território, revelando-se uma prática social capaz de gerar profundas mudanças na configuração espacial dos lugares onde ele se instala.

De acordo com Castells (1983), o elemento produção está na base da organização do espaço, pois, a partir de uma dada atividade produtiva, alteram-se as formas e o uso do solo, levando o espaço a se adequar às necessidades de uma atividade. Intervenções no espaço passam, então, a ser definidas por atividades econômicas, como o turismo, com a instalação de infra-estruturas, equipamentos urbanos e serviços necessários à atividade; um conjunto de infra-estruturas capazes de dar suporte ao seu desenvolvimento.

Para Barreto:

Quando falamos em infra-estrutura turística, referimo-nos ao conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante ou fundamental, ou acessória, do fenômeno turístico. A infra-estrutura de um núcleo abrange a infra-estrutura de acesso, a infra-estrutura básica urbana, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos (BARRETO, 1996, p. 52).

As condições da infra-estrutura para o apoio da atividade turística na cidade de Cametá foi tratado em outro trabalho (CORDOVIL, 2004), onde se destacou que, apesar da insuficiência e precariedade de alguns dos seus componentes, existem infra-estruturas, equipamentos e serviços que são utilizados para o suporte da atividade turística, através da funcionalidade que são dadas a essas formas espaciais.

Algumas transformações espaciais podem estar ligadas ao incremento da atividade no Município, pelo aproveitamento dos atrativos existentes, principalmente o carnaval e a praia da Aldeia, como verificado pelo recente surgimento de novos hotéis, como o San Juan e a Pousada Rio do Mapará, exemplo de *firmas*, segundo a teorização de Santos (1985)<sup>20</sup> que têm como função essencial a produção de bens e serviços referentes ao turismo. Assim, certas transformações espaciais podem ser resultado da implementação de infra-estruturas e equipamentos de apoio a essa atividade.

Considerando a sede municipal, o bairro da Aldeia é uma das áreas em significativo processo de transformação, pois desde a revitalização da praia, e conseqüente pavimentação da Avenida Inácio Moura, promovidos pelo governo municipal no início da década de 1990, vem ocorrendo uma valorização da área, através do melhoramento das residências e construção de novas edificações.

A Prefeitura de Cametá, através da Secretaria de Transportes e Obras, vem realizando um trabalho de melhoramento de infra-estrutura na praia da Aldeia, posto ser local mais procurado pelos veranistas. Foi realizado serviço completo de terraplenagem às proximidades da praia, bem como a obra do calçadão, de aproximadamente oitenta metros e a pavimentação com

---

<sup>20</sup> Além das *firmas*, os outros elementos do espaço são os *homens*, as *instituições* que produzem as ordens, normatizações e legitimações; as *infra-estruturas*, entendidas como o trabalho humano materializado e geografizado; e *meio ecológico*, os complexos territoriais, que constituem a base física do trabalho humano (SANTOS, 1985).

bloquetes. A Prefeitura organizou o local possibilitando aos visitantes melhores condições de lazer, higiene e segurança (O LIBERAL, 1993).



FOTO 2: REVITALIZAÇÃO DA PRAIA DA ALDEIA – Obras de infraestrutura na Praia da Aldeia promovida pelo poder público municipal no início da década de 1990 (Foto: José Carlos, Jun./2007).

Ainda no bairro da Aldeia, a partir da ação do governo estadual, foi iniciada a construção do Terminal Hidroviário, mais um exemplo de uma intervenção espacial que está relacionada com a infra-estrutura de suporte à atividade turística do Município.



FOTO 3: TERMINAL HIDROVIÁRIO – construído no bairro da Aldeia, exemplo de intervenção urbana e elemento da infra-estrutura de apoio ao turismo no Município. (Foto: José Carlos, Jun./2007).



FOTO 4: ORLA DE CAMETÁ – Aspectos de revitalização da frente da cidade de Cametá, denominada de “Boulevard Romeu Peres”. (Foto: Francivaldo Foinquinos, set./2006).

A revitalização da orla do Município é outro exemplo de intervenção. Através do governo estadual, em parceria com o governo federal, foi realizada uma obra de reestruturação da margem fluvial do centro histórico da cidade, sendo denominado de “Boulevard Romeu Peres”.

A atual tendência de expansão da cidade continua sendo para o sentido sudoeste (POMPEU, 2002), a exemplo do surgimento do bairro da Primavera e da Nova Cametá, ao longo da Transcametá, antiga PA-156, agora BR- 422. Isso se reforça com a construção do novo aeroporto. Ao contrário do antigo, que funcionava no perímetro próximo ao centro da cidade<sup>21</sup>, o novo foi transferido para uma área um pouco afastada cerca de 6 km. Após a construção verifica-se a tendência da expansão urbana em sua direção.

---

<sup>21</sup> Na área do antigo aeroporto pretende-se construir um espaço para a realização do desfile das escolas de samba e demais atividades do carnaval.



FOTO 5: AEROPORTO DE CAMETÁ - Novo aeroporto construído na BR-422 distante 6 km da cidade. (Foto: José Carlos, Jun./2007).

Na área central da cidade está sendo feita a revitalização de praças, calçamento das vias públicas e implantação de galerias pluviais, juntamente com a sinalização de trânsito. Estas ações expressam melhorias infra-estruturais que podem ser entendidas também como melhorias para incentivo do turismo. Essa idéia é compartilhada pelo poder público municipal, para o qual as transformações atuais em Cameté estariam ligadas ao incremento do setor turístico, visto como uma alternativa de desenvolvimento local:

[...] por conta do turismo nós estamos hoje com o Município totalmente estruturado. Nós temos as ruas com qualidade e limpeza, as vilas pavimentadas, urbanizadas. Nós estamos hoje com uma infra-estrutura dentro do Município não somente na sede, como nas vilas e distritos com a qualidade para poder receber os turistas. (Secretario de Cultura, Turismo e Desporto, fev./2008).

Contudo, apesar de proclamar que essas melhorias infra-estruturais estariam abrangendo a totalidade do Município, na realidade elas são mais pontuais na sede, faltando uma atenção maior para as vilas e distritos<sup>22</sup>, onde está a maior parte da população, assim como grande parte da potencialidade turística, como destacado nestas palavras:

<sup>22</sup> O território municipal é formado por 10 distritos: a sede municipal com o mesmo nome do Município (Cameté), Carapajó, Curuçambaba, Joana Coeli, Juaba, Moiraba (São Benedito), Areião, Vila do Carmo do Tocantins, Porto Grande, Torres de Cupijó (CAMETÁ, 2007).

Logicamente que as ações do governo municipal foram voltadas para a sede do Município, mas ainda falta muita coisa para ser implementada. Ainda falta uma atenção maior, um investimento maior para o potencial turístico do Município. [...] que seja criada infraestrutura porque quando nós vamos para os rios, para as comunidades, nós percebemos que há uma falta de infraestrutura nas vilas, nas comunidades, onde está uma grande parte da potencialidade turística do Município (Representante do COMTURC – Conselho Municipal de Turismo, fev./2008).

De acordo com o quadro sobre a evolução populacional do Município (quadro 3) a distribuição demográfica da população em sua maioria sempre esteve localizada na área rural. Apesar de ter ocorrido uma diminuição na diferença entre população urbana e rural na década de 1980, essa diferença não chegou a interferir na configuração da população rural.

### **QUADRO III - EVOLUÇÃO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ DE 1980 - 2007**

CENSO	POP. MUNICÍPIO	POP. URBANA*	POP. RURAL
1980	79.317	21.372	57.945
1991	85.140	30.278	54.909
1996	89.400	35.508	53.892
1997	90.638	36.008	54.650
1998	91.718	36.429	55.289
1999	92.779	36.850	55.929
2000	97.624	40.417	57.207
2001	99.016	40.993	58.023
2002	100.241	41.500	58.741
2007	110.323	47.984	62.339

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE e PROJETO GESPAM

\* A população urbana corresponde a contagem da população da sede municipal e das vilas distritais.

Assim, pelo fato da maior parte da população estar localizada na parte rural, destacamos a importância da criação também de infra-estruturas capazes de atender a essa população local, assim como servir de suporte para possíveis fluxos de turistas, por exemplo, nas vilas dos distritos que compõem o território municipal.

Nesse sentido, uma intervenção que se adequaria às necessidades do espaço rural/ribeirinho seria a construção de terminais fluviais equipados, atendendo às vilas e às localidades ribeirinhas, que tem uma grande movimentação de barcos entre si através da circulação de mercadorias e pessoas. Essa intervenção também serviria para o apoio ao turismo, por exemplo como ancoradouros de “Barcos-Pousada”, uma alternativa de meio de hospedagem para os turistas.

É importante observar que mesmo as melhorias promovidas na sede do Município estão pontuadas nos bairros centrais, pois nos demais é visível a carência de serviços urbanos, predominando ruas sem pavimentação e sem sistema de esgoto.

Neste contexto, pontuamos a importância de um planejamento no que concerne às ações de ordenação urbana, como através do Plano Diretor<sup>23</sup>, um instrumento de políticas, que tem o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo um pleno desenvolvimento.

Entretanto, ainda hoje as políticas de desenvolvimento urbano incorporam a concepção capitalista de desenvolvimento, de crescimento econômico e de modernização da cidade. Nessas políticas verifica-se a preocupação quase que total com o desenvolvimento econômico, já que são orientadas à criação de melhorias urbanas para o atendimento dos interesses econômicos, sendo, desse modo, combinados objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, o que pode ser comparado com as ações de incremento ao turismo que na maioria das vezes é realizada considerando apenas os aspectos econômicos relacionados à atividade, conforme trataremos em seguida.

Ao contrário, o plano diretor deve ser um instrumento de ordenação urbana que promova um desenvolvimento em sentido mais amplo, definido por Souza (2004) como desenvolvimento sócio-espacial, através de um melhor direcionamento das ações dos governantes ordenando o espaço para promover maior justiça social, felicidade individual e coletiva.

---

<sup>23</sup> Somente em maio de 2007 foi aprovado o Plano Diretor, um passo importante no sentido de se implementar políticas que promovam um desenvolvimento urbano, não somente econômico, mas que contemplem os anseios da sociedade.



#### 4.4 O MODELO DE TURISMO ESTIMULADO FACE AO PERFIL DO VISITANTE E AO POTENCIAL SÓCIO-GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO

As medidas para a implantação da atividade turística devem se pautar, para seu sucesso, em ações planejadas. Desta forma, uma das primeiras medidas a ser realizada dentro do planejamento para a instalação e desenvolvimento do turismo é o estudo da demanda turística.

Pela necessidade de conhecimento da demanda de turistas de Cametá, foi desenvolvido um trabalho de coleta de dados pela SECULTD em 2005 através de pesquisa realizada com os turistas, por meio de questionário durante o período do carnaval, na busca de traçar um perfil do turista que se desloca para o Município<sup>24</sup>.

A partir dos resultados apresentamos um quadro que sintetiza essa pesquisa.

---

<sup>24</sup> Apesar de se referir apenas à demanda turística no período do Carnaval consideramos estes dados relevantes para as análises pretendidas para esta pesquisa.

**QUADRO IV - PERFIL DOS TURISTAS QUE VISITAM CAMETÁ**

<b>ELEMENTOS DO ESTUDO DE DEMANDA TURÍSTICA</b>	<b>RESULTADOS DAS PESQUISAS</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>POSSÍVEIS AÇÕES RELACIONADAS AO INCREMENTO TURÍSTICO*</b>
Procedência do Turista	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Belém – 64%</li> <li>- Outros municípios do Pará – 32%</li> <li>- Outros estados – 3%</li> </ul>	A procedência do turista revela uma demanda restrita ao contexto regional, com especificidade para o espaço paraense e, dentro deste, a capital.	Necessidade de pensar a especificidade da demanda regional, atentando para os interesses e perfil dos próprios paraenses na oferta turística cametaense e, ainda, políticas de atração de turistas de outros estados amazônicos vizinhos ao Pará. Priorização de um modelo de turismo doméstico (local e regional).
Faixa etária dos turistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 20 a 25 anos – 32%</li> <li>- 25 a 30 anos – 25%</li> <li>- 30 a 35 anos – 15%</li> </ul>	Demanda turística predominantemente jovem.	Necessidade de políticas voltadas especificamente para o público jovem, relacionadas ao lazer, ao turismo de aventura, ao turismo científico-educacional, ao turismo ecológico, dentre outros, que incluam o atrativo carnavalesco, mas que não se limitem a ele.

Composição de sexo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sexo masculino – 63%</li> <li>- Sexo feminino – 37%</li> </ul>	Perfil predominantemente masculino.	Necessidade de mobilização de estratégias que possam incrementar o turismo no Município com incentivo a turistas de ambos os sexos e de medidas cautelares que busquem evitar o turismo sexual, muito comum em espaços turísticos com atrativos relacionados ao lazer e com perfil de turista predominantemente masculino.
Nível de escolaridade dos turistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível médio – 48%</li> <li>- Nível superior – 22%</li> <li>- Nível fundamental – 7%</li> </ul>	Predominância dos turistas com formação educacional de nível intermediário, e, normalmente, pouco atento para atrativos culturais, arquitetônicos e históricos-geográficos que pressupõem o conhecimento mais acurado da cultura, da história, da geografia e de outros potenciais existentes no Município.	Necessidade de um marketing turístico que seja, ao mesmo tempo, informativo e instrutivo quanto às potencialidades histórico-geográficas locais, de forma a proporcionar outros olhares por parte dos visitantes de nível básico e intermediário, acostumados a visitar o Município, e que, ao mesmo tempo, despertem o interesse de turistas de formação superior e intelectuais, mais inclinados ao turismo cultural, a descobrirem esses mesmos atrativos em uma cidade de forte apelo histórico, geográfico e cultural no contexto da realidade paraense.

Renda individual dos turistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Até 2 salários mínimos – 54%</li> <li>- De 2 a 5 salários mínimos – 21%</li> <li>- De 5 a 7 salários mínimos – 8%</li> </ul>	Perfil de visitantes predominantemente de baixos rendimentos	<p>Esses dados sugerem a dificuldade de pensar o turismo como uma atividade principal e carro-chefe do crescimento econômico local. Muito mais que isso, apresenta-se como uma atividade social que divulga o Município e que permite trocas culturais e possibilidades de interação do espaço local com o visitante, sendo somente mais um dos elementos que viabilizam o incremento econômico local.</p> <p>Adequar valores e tipos de serviços ao perfil de rendimentos do turista, mantendo uma relativa qualidade dos serviços ofertados.</p> <p>Pensar uma modalidade de turismo de baixa escala e sem sofisticação, mas que prime pela eficiência e pelo bom atendimento e acolhimento dos visitantes.</p> <p>Necessidade de pensar atrativos que ampliem e diversifiquem o perfil econômico dos visitantes, sem, contudo, fazer apelos que, em vez de potencializar os atrativos do Município, descaracterizem os valores e potenciais locais sob o pretexto de um turismo de massa e de bons resultados econômicos.</p>
-------------------------------	---	--	--

Composição do grupo de turistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com a família – 31%</li> <li>- Grupo de amigos – 30%</li> <li>- Só – 17%</li> </ul>	A visita em grupo revela-se predominante.	<p>Necessidade de pensar em visitas que proporcionem a interatividade do grupo e o usufruto de atrativos de forma coletiva, aproveitando o interesse comum dos grupos de visitantes.</p> <p>Grande potencialidade para passeios, excursões e atividades lúdicas que pressuponham a sociabilidade do grupo.</p>
Duração da viagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De 1 a 5 dias – 78%</li> <li>- De 6 a 10 dias – 22%</li> </ul>	<p>Tempo de permanência relativamente considerável.</p> <p>O resultado obtido pode ser reflexo das pesquisas terem sido realizadas durante o período do Carnaval, que praticamente se dá em menos de uma semana.</p>	<p>Necessidade de diversificar a forma de aproveitamento dos potenciais locais, de maneira a que o turista não seja mobilizado pelo interesse de um atrativo apenas, como o carnaval.</p> <p>Ações podem ser desenvolvidas para consolidar o turismo em outros períodos do ano, aproveitando potencialidades como o turismo religioso, junto a demandas mais específicas de grupos relacionados a motivações religiosas, ou o turismo educacional, junto a alunos de escolas de ensino fundamental e médio de localidades como Belém, Barcarena, Abaetetuba, Catanhal e Tucuruí.</p> <p>Combinar atrativos como carnaval, turismo ecológico, turismo histórico-patrimonial etc,</p>

			aproveitando a estada do visitante para fazê-lo conhecer e se interessar pelas demais potencialidades locais.
Motivação da viagem dos turistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recreação – 41%</li> <li>- Férias – 20%</li> <li>- Visita a amigos e parentes- 18%</li> </ul>	A maioria dos turistas visita Cameté em busca de recreação, provavelmente relacionada a uma atividade específica como o carnaval, fins de semana prolongados e festas comemorativas locais.	A partir dos dados, verifica-se a necessidade de incentivar outros segmentos de turismo de acordo com o potencial apresentado pelo Município, como o patrimônio histórico-cultural e as festividades religiosas.
Meios de transportes utilizados pelos turistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rodofluvial – 60%</li> <li>- Navio – 25%</li> <li>- Automóvel próprio – 7%</li> </ul>	Os dados revelam que o transporte rodofluvial é o mais utilizado.	O melhoramento dos serviços das transportadoras fluviais e rodoviárias e a opção de transportes específicos como os barcos-pousadas são ações que podem valorizar a característica dos transportes da região e dimensionar a perspectiva de uma Amazônia ribeirinha a partir dos atributos do Município.

Meios de hospedagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Casa de parentes – 34%</li> <li>- Casa de amigos – 21%</li> <li>- Hotel – 18%</li> <li>- Casa de família paga – 10%</li> </ul>	Os dados revelam que um grande percentual de turistas optam por hospedagens alternativas aos hotéis.	Esse resultado pode ser trabalhado para consolidar outras formas de hospedagem, por exemplo, a criação de barcos-pousada, a construção de albergues, assim como a prática de aluguéis em casas de famílias, gerando renda para a população local.
Meio que influenciou a viagem dos turistas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recomendação de amigos e parentes – 52%</li> <li>- Televisão – 30%</li> <li>- Rádio – 5%</li> <li>- Jornais – 5%</li> </ul>	Os dados mostram que a divulgação feita pelas pessoas que visitam Cametá ainda é muito importante como propaganda turística para promover o Município.	A criação de uma política de marketing por parte dos governos estadual e municipal para Cametá é uma das ações necessárias para o incremento turístico.

Fonte: Elaborado a partir de Cametá (2005).

\* Coluna elaborada pelo autor a partir dos resultados e conclusões dos dados da demanda turística do Município de Cametá.

A partir das informações contidas nessa pesquisa e fazendo um contraponto com as ações dos governos estadual e municipal, verifica-se que o modelo de turismo incentivado para o Município de Cametá não se adequa ao perfil de turista que frequenta o Município.

Há, por parte especialmente do governo municipal, o incentivo de um tipo de turismo massivo, como o observado pelo grande investimento que é feito no carnaval, tentando atrair um número maior de visitantes. O que se verifica é um descompasso entre as políticas concebidas e a realidade apresentada pelo perfil da demanda turística, por exemplo, no que diz respeito à renda dos turistas, que não é considerada de nível elevado; à motivação da viagem, pois em sua maioria os turistas vêm em busca de recreação; ao meio de hospedagem utilizado pelos turistas, que, em sua maioria, ficam alojados na casa de amigos e parentes.

As modalidades de turismo, concebidas nos programas e planos, incentivam especialmente o turismo ecológico, o turismo científico/educacional, o turismo cultural. Isso é verificado no PDT-PA, PPDJUS e no Plano Diretor Municipal, respectivamente, mas as ações concretas no Município caminham num sentido contrário, pelo grande interesse em implementar um turismo de massa, pautado em um fluxo elevado de turistas.



FOTO 6: PRAIA DA ALDEIA – O turismo que é almejado para o Município está pautado em um modelo massificado como o “turismo sol e praia”, conforme se vê nesta foto. (Foto: André Batista, fev./2004).



A implementação e desenvolvimento do turismo é algo pretendido pelos governos que deliberam ações visando à intensificação do uso turístico dos territórios (CRUZ, 2001). Contudo, as políticas realizadas podem não levar aos resultados almejados, gerando como consequência seu lado perverso, como impactos ambientais e descaracterização da cultura local. Isso ocorre porque não são consideradas as particularidades existentes, os fluxos de turistas que já existem, e, principalmente, o potencial turístico (atrativos naturais e culturais), aqui denominado de potencial sócio-geográfico local.

Nem todos os lugares configuram-se como espaços turísticos, já que existem elementos a considerar para sua existência. Segundo Bullón (2005), a criação de um espaço turístico está condicionada não apenas à presença dos atrativos turísticos, mas também à existência ou criação de um conjunto de necessidades (transportes, hospedagem, alimentação etc.). São essas necessidades que tornam os espaços propícios ao desenvolvimento do turismo.

Entre as condições necessárias para o seu desenvolvimento destaca-se a existência de potencialidades, representadas por atributos naturais e sócio-culturais. É esse potencial que queremos elucidar e mostrar que ele ainda é sub-utilizado para o turismo no Município de Cametá, ou seja, que as ações de incremento à atividade não o consideram em sua totalidade, indo de encontro à noção de desenvolvimento sócio-espacial aqui tomada como referência de análise.

Por ser um dos territórios de ocupação mais antiga do Pará e do Brasil, conforme mostrado anteriormente, Cametá possui relevante destaque histórico, visualizado, por exemplo, nas formas do passado cristalizadas no espaço, como os casarios e as igrejas, que guardam parte da história da cidade, que podem representar uma possibilidade de diversificação da oferta turística do lugar (CRUZ, 2001).

Contudo, estes potenciais e atrativos não são trabalhados dentro de uma política de turismo que possa aproveitá-los como recursos. Essas rugosidades espaciais, conforme a terminologia de Santos (1978)<sup>25</sup>, são recursos que

---

<sup>25</sup> As rugosidades são as formas espaciais do passado fixadas no espaço (SANTOS, 1978).

podem ser aproveitados para o fomento de importantes modalidades de turismo como o turismo histórico-cultural e o turismo educacional. Este último apresenta-se como uma das possibilidades para incrementar o turismo doméstico para os Municípios que compõem o Pólo Araguaia/Tocantins (quadro 2).

Assim, esses segmentos podem ser potencializados a partir de incentivos, tanto por parte do governo estadual, como municipal, considerando não somente rugosidades espaciais que retratam um tempo cristalizado na paisagem atual de Cametá, mas igualmente toda a história do Município, desde sua fundação, como área estratégica, passando pelo apogeu durante o período extrativista, até o período caracterizado pela “modernização regional”, com a instalação dos grandes projetos.



FOTO 7: ESCOLA DOM ROMUALDO DE SEIXAS – Construída em 1899, mas somente concluída e inaugurada em 1905, a edificação e utilização deste prédio no início do século XX retrata a riqueza da região amazônica que tinha sua economia baseada na exportação da borracha e do cacau. (FOTO: José Carlos, Jun./2007).



FOTO 8: PRÉDIO DA PREFEITURA - Construído em 1866, inicialmente funcionava como uma prisão. Sua edificação foi em estilo colonial, mas também preserva traços de composição neoclássica (Foto: José Carlos, mai./2007).



FOTO 9: RESIDÊNCIA DOS PERES. Conjunto de casas em estilo colonial destacando a influência portuguesa através dos azulejos (Foto: Francivaldo Foinquinos, fev./2006).

Além da dimensão histórica, Cameté tem outros potenciais:

[...] muitos ligados à área cultural, patrimônio material e imaterial, igrejas centenárias, que têm uma grande importância histórica no Município e no Estado, existem os vários grupos culturais, numa grande variedade, alguns com mais de cem anos; as lendas, a culinária, que também é riquíssima e o carnaval e as festividades religiosas. Então a gente tem um potencial muito grande e com uma

variedade acima de tudo, o que é um diferencial na região (Diretora do Departamento de Turismo da SECULTD – Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, ago./2007).

Desse modo, o Município de Cametá se constitui um espaço rico para o desenvolvimento de outras modalidades de turismo, pois além de atrativos históricos existem atrativos naturais como praias, ilhas, igarapés, “campos de natureza”, etc. que podem ser dinamizadores de segmentos que pratiquem um turismo de pequena/media escala; ao contrário do modelo de turismo massivo, que fundamentam as ações do governo municipal e que também é almejado por entidades que representam o setor de comércio e serviços, como observado nas palavras a seguir:

[...] Hoje nós vemos cidades como, por exemplo, Tucuruí, o que Tucuruí tem? Aquela barragem e o lago, hoje eles conseguem atrair mais turistas de que Cametá. [...] Se nós tivéssemos uma política melhor definida pra que pudesse ter um incremento melhor, eu não tenho dúvida o número de turistas poderia ser muito maior [...] (Representante da Câmara de Diretores Lojistas de Cametá – CDL, fev./2008).

Destacam-se também no espaço geográfico de Cametá; uma natureza (rio e floresta) com características de reduzida transformação. A natureza, aqui considerada, não é a natureza isolada do homem, mas a natureza recurso e a natureza reconhecida a partir de uma identidade de vida e ligada a relações econômicas e culturais, que pode ser um elemento de incremento do turismo. Os conjuntos de ilhas e suas praias, as áreas de campos naturais, são exemplos de recursos que poderiam ser dinamizados para o turismo.

[...] Cametá é um dos Municípios que têm a maior área de “campos de natureza” do Estado do Pará. Então existe essa questão do turismo natural, do turismo ecológico, que aproveitaria as ilhas, os rios. Nós temos, na verdade um ecossistema muito rico, por exemplo, o “Borqueio” pra pegar mapará, para o turista observar como é que se pega o mapará, o camarão [...] (Representante da ASCAL – Associação Cultural Lançante, mai/2007).

Existem muitas ilhas e praias no curso do rio Tocantins que podem ser utilizadas para atividades lúdicas (prática do lazer), através de passeios de barcos com os turistas; destacando, do mesmo modo a importância desses elementos naturais para a população ribeirinha que os utilizam como recurso -

a exemplo do extrativismo animal (o pescado no rio), ou como via de circulação.



FOTO 10: PRAIA DA ARRAINHA – Existem muitas praias no curso do rio Tocantins que são usadas não somente para o lazer, mas também para subsistência material, como fonte de recursos alimentares, a exemplo da captura do camarão com “matapi”, realizada pelos ribeirinhos. (Foto: José Carlos, Ago./2007).

Como outro componente do potencial sócio-geográfico de Cametá estão as inúmeras manifestações culturais, as práticas culturais, em sua maioria localizadas na área rural do Município, destacando-se o “samba-de-cacete”, o “bambaê do rosário”, o “bangüê”, o “marierrê”, o “boi brabo”, os “cordões de mascarados”, dentre outros.

Na dança “samba-de-cacete” usa-se como instrumento um tambor de madeira e um batedor munido de cacetinhos, que vão acentuando o ritmo com baques na madeira. O “boi-bumbá” é um auto-pastoril de origem popular realizado pelos grupos “Boi Pingo de Ouro” e “Boi Labioso”. O “bambaê do rosário” é um exemplo de folclore afro-brasileiro de cunho religioso que ocorre especialmente na Vila de Juaba como parte do louvor à santa Nossa Senhora do Rosário. O “marierrê”, realizado na Vila de Carapajó, é uma manifestação oriunda da África, trazida pelos negros escravos. (PARÁ, 2007).

Tornou-se recorrente nas falas das pessoas que foram entrevistadas sobre o principal aspecto apontado como a marca do Município, a questão

cultural, abrangendo as várias festividades religiosas, os grupos culturais, o carnaval, as danças típicas, o linguajar da população etc.

Considerando essa peculiaridade podemos dizer que “Cametá respira cultura”, devido às tradições existentes nas várias localidades que compõem o território do Município, distribuídas em vilas e povoado menores, especialmente nas comunidades ribeirinhas e quilombolas.

A princípio pode ser desenvolvido o turismo histórico, o turismo cultural. Em Cametá existe inúmeras manifestações culturais, práticas culturais, que se você observar nenhuma é da cidade, todas são do interior, divididas entre quilombos e comunidades ribeirinhas. (Representante da ASCAL – Associação Cultural Lançante, mai./2007).

Como uma das manifestações culturais está o carnaval, com o resgate das velhas marchinhas dos carnavais do passado, os blocos de rua, os “fofós”, (fofó dos Carudos, fofó da Mala, fofo das Virgens etc.), as bandinhas e outros grupos. Segundo Rodrigues M. (2004), a manifestação do carnaval tem início no Município de Cametá por volta do final do século XIX, originando-se no interior. Foram os famosos cordões de carnaval, com suas músicas satirizadas e os brincantes mascarados, que, em uma alegria contagiante, preparavam e anunciavam a entrada do carnaval. Eram os chamados “*entrudos*”, grupos de pessoas que visitavam residências dos amigos, parentes e de pessoas que detinham uma posse melhor para fazer apresentação de cantos, poesias e danças, sempre com sátira e sarcasmo. Em meio à manifestação criticavam a situação social e política do espaço local, regional e nacional.

Sempre ouvi falar de Cametá como uma cidade receptiva, e que também tinha uma certa infra-estrutura, apesar de ser uma cidade pequena, mas que já tinha uma estrutura para receber visitantes. Então, o Carnaval em si é muito bem falado e há muitos anos eu ouço falar do carnaval tradicional e do povo cametaense. (Turista, Representante Comercial, 30 anos, fev./2007).

Apesar do carnaval de Cametá ser conhecido pela sua tradição, nos últimos anos vem-se dando um processo de descaracterização do mesmo pela chamada “baianização”; devido à influência dos ritmos e músicas do carnaval baiano, utilizados pelos “blocos de abadás”, como o “Timbal”, o “Botinho”, o “Picotão” e muitos outros, que são formados durante o período carnavalesco.

Foi a partir desse tipo de carnaval estilizado que a mídia difundiu Cametá com a moda dos “blocos de micareta”, atraindo muitas visitantes para o Município.

Essa tentativa de massificar o carnaval de Cametá provocou a descaracterização do mesmo e a perda de sua originalidade, sendo comum as críticas das entidades culturais a respeito dessa política municipal de incentivo aos “blocos de abadás”:

[...] O carnaval deve ser reestruturado, deve ser na verdade repensado, porque essa ânsia de transformar o carnaval no maior produto turístico do Município acabou banalizando-o [...] A prefeitura deveria investir na cultura do Município, então é preciso que se resgate a cultura do povo, os fofós, uma coisa peculiar de Cametá. (Representante da ASCAL Associação, Cultural e Ambiental Lançante, ago./2007).

Como o elemento cultural é imperativo no caso de Cametá, consideramos que essa característica pode ser melhor considerada, de maneira a estar mais presente nas políticas e projetos de desenvolvimento do turismo no Município.

Essa e outras potencialidades não são contempladas nas políticas desenvolvidas. É visível uma desconsideração do elemento cultural, tanto do governo estadual, quanto do municipal. As ações empreendidas nesse sentido são ínfimas:

[...] essas ações tanto do governo estadual como municipal, são ações pequenas, perto do potencial existente, porque Cametá possui uma questão cultural bastante forte e isso tem que ser desenvolvido. E para isso se desenvolver precisa de um apoio tanto estadual como municipal; apoio na questão financeira, divulgação [...]. Dá para perceber que existe um potencial muito grande, essa questão financeira e da divulgação são importantes para que haja desenvolvimento, tanto cultural quanto da economia (Turista, Professora, 30 anos, fev./2007).

A partir das entrevistas realizadas com turistas, poder público e representantes de entidades da sociedade civil, elaboramos um quadro que expressa as respectivas concepções sobre o potencial e os tipos de turismo apontados como os mais viáveis para Cametá.

**QUADRO V - POTENCIAL E MODALIDADES DE TURISMO DESTACADOS PARA CAMETÁ**

<b>CATEGORIA DOS ENTREVISTADOS</b>	<b>POTENCIAL TURÍSTICO</b>	<b>MODALIDADES DE TURISMO A SEREM POTENCIALIZADAS</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Poder Público	- Natureza - Patrimônio cultural	- Turismo Ecológico e Turismo Cultural.	De acordo com o poder público, existe um potencial turístico em Cametá, destacando-se a natureza e o patrimônio cultural como os recursos a serem mais utilizados para desenvolver o turismo no Município.
Turistas	- Carnaval	- Turismo Cultural	De acordo com a opinião dos turistas existe um potencial para desenvolver o turismo no Município, devendo ser mais utilizado o Carnaval como atrativo.
Sociedade Civil Organizada	- Natureza - Manifestações culturais	- Turismo religioso - Turismo Ecológico - Turismo Cultural	De acordo com a os representantes das entidades da sociedade civil organizada existe um potencial turístico em Cametá contido não somente na natureza, mas especialmente também nas manifestações culturais, como os “cordões de mascarados” e as festividades religiosas.

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas realizadas em 2007e 2008.



Fazendo uma análise do quadro e da realidade do turismo apresentada em Cametá, verifica-se que as ações de incremento à atividade não incentivam outras modalidades de turismo mais adequadas ao potencial sócio-geográfico do Município.

Assim, apesar das ações serem realizadas visando a um modelo de turismo massificado, que tem como seu principal atrativo o carnaval, o potencial turístico local pode ser também utilizado para a prática de um turismo de pequena/média escala que valorize o patrimônio histórico-cultural e a identidade local contida na importância do rio para as práticas sócio-culturais, nas danças típicas (samba-de-cacete e bangüê, por exemplo), na pesca do mapará, nas crendices, nas festas religiosas etc.

As festividades religiosas realizadas nos vários meses do ano, envolvendo as comunidades locais e que ocorrem tanto na sede como nas vilas e ilhas do Município, conforme mostra o quadro a seguir, é um exemplo de potencial a ser considerado para a criação de roteiros turísticos, incentivando especialmente a prática de um turismo de pequena/média escala, a exemplo do turismo da “terceira idade”, que privilegiem as práticas sócio-culturais locais.

Essas festividades são normalmente destacadas como uma das potencialidades a serem desenvolvidas para o turismo.

Eu acho que por ser uma cidade festiva, ter uma vinculação muito grande com as festividades religiosas, eu acho que isso seria um caminho. Na verdade, tem assim, um leque muito grande. De imediato essa questão do turismo religioso seria uma saída, em razão da cidade ser antiga e ter muitas festas religiosas (Representante da Câmara de Diretores Lojistas de Cametá – CDL, fev./2008).

Contudo, as ações concretas para o incremento dessa e de outras modalidades de turismo no Município ainda são insignificantes. Não existe um esforço maior voltado para a exploração desses potenciais, como ocorre com as festas religiosas.

Como contribuição deste trabalho consideramos que uma das características que também podem ser aproveitadas como potencial para o turismo é o atributo de Cametá como representante de uma Amazônia ribeirinha, revelada pela grande importância que o rio exerce sobre a dinâmica da região do Baixo Tocantins, em termos econômicos e simbólico-culturais.

**QUADRO VI - AS FESTAS RELIGIOSAS NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ**

<b>FESTIVIDADES RELIGIOSAS</b>	<b>PERÍODO DE OCORRÊNCIA DURANTE O ANO</b>	<b>COMUNIDADES ENVOLVIDAS</b>
Festividade de São Sebastião	Janeiro	Comunidade de Belos Prazeres
Festividade de São João Batista	Junho	Paróquia de Cametá
Festividade de São Pedro	Junho	Comunidade da ilha de Marinteua
Festividade de Nossa Senhora do Carmo	Julho	Comunidade de Vila do Carmo do Tocantins
Festividade de Nossa Senhora do Pilar	Agosto	Comunidade de Curuçambaba
Festividade de São Benedito	Agosto	Comunidade do Bairro de São Benedito
Festividade de Nossa Senhora de Nazaré	Agosto	Comunidade de Ilha Joroca
Festividade da Santíssima Trindade	Setembro	Comunidade da Ilha de Pacuí
Festividade de Nossa Senhora do Rosário	Outubro	Comunidade da Vila de Juaba
Festividade de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Outubro	Comunidade de Mutuacá
Festividade de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Novembro	Comunidade do Bairro da aldeia
Festividade de Nossa Senhora das Graças	Novembro	Comunidade do Rio Furtado
Festividade de São Tomé	Dezembro	Comunidade da Vila de Porto Grande

Fonte: Elaborado a partir de dados da SECULTD

Nesse sentido, buscamos enfatizar a relação entre esse atributo ribeirinho, como expressão espacial de Cametá e o turismo, tendo assim como referência a promoção dessa especificidade sócio-geográfica. Destaca-se, além da importância do rio, outro elemento essencial na organização sócio-espacial, qual seja, a constituição de uma reduzida presença de densidade técnica e o predomínio do “tempo lento”, utilizando os termos de Santos (2004). As sociabilidades e práticas culturais existentes revelam certa resistência ao “tempo rápido” da modernidade capitalista e das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia e que alteraram o fluxo da circulação fluvial, mas que não foram capazes de negar e anular a importância do rio para a população tradicional local.

Como já destacamos, desde seu surgimento, Cametá teve o rio e a floresta como referência, e ainda hoje se pode afirmar que eles se destacam como elementos relevantes na organização sócio-espacial do Município, que possui uma forte presença de populações tradicionais - inclusive quilombolas -, que traduzem estreita relação com o rio.

#### **QUADRO VII - POPULAÇÃO QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ**

DISTRITOS	NOMES DAS COMUNIDADES
Juaba	Juaba, Laginho, Mola, Itabatinga, Tomásia, Porto Seguro, Porto Alegre, Itapocú, Porto do Campo
Moiraba	Maracu Carmo
Torres de Cupijó	Mupi, Boa Vista
Joana Coeli	Joana Coeli, Jabuti-Apebu, Pacajaí, Jaituba
Vila do Carmo	Vila do Carmo
Carapajó	Carapajó
Curuçambaba	Curuçambaba

Fonte: Adaptado de Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da Universidade de Brasília (UnB) *apud* Jornal *O Liberal*, 08/05/2005, Cad. Atualidades, p. 3.

Destaca-se, assim, a tradição ribeirinha da população local, não simplesmente por estar localizada às margens dos rios, mas principalmente por apresentar uma interação funcional (a exemplo da circulação fluvial e uso para

as atividades domésticas), de subsistência material (fonte de recursos alimentares), lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (imaginário sócio-cultural) (TRINDADE JR., 2002); esta última expressa através de crenças e representações sócio-culturais (quadro 8).

O rio é um elemento importante na formação e expressão cultural da região. Como exemplo, durante o mês de fevereiro, o rio Tocantins torna-se a passarela para uma das manifestações folclóricas mais peculiares, a dos “cordões de mascarados” das ilhas de Cametá.



FOTO 11: CORDÃO DE MASCARADOS – No período de Carnaval esses grupos culturais navegam pelo rio Tocantins em direção às comunidades ribeirinhas para fazer as apresentações típicas dos cordões (Foto: Geraldo Ramos, fev./2006).

As manifestações culturais ribeirinhas, como expressões sócio-culturais ligadas às tradições locais são vistas como suas peculiaridades, que promovem o que é chamado de “carnaval das águas”, na expressão de um dos entrevistados, mas que preferimos denominar de “carnaval ribeirinho”.

A gente tem enquanto característica sócio-cultural, os vários grupos culturais, como “os linguarudos de Santana”, que saem fazendo visitas às comunidades, às casas, fazendo suas apresentações. Então, é o chamado “carnaval das águas”, que chama a atenção por ser um diferencial, uma atividade cultural ligada à relação da comunidade com o rio, com o ambiente onde eles vivem. Esse é o grande diferencial, “o carnaval das águas”, uma boa saída pra desenvolver o turismo. (Diretora do Departamento de Turismo da SECULTD – Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, ago./2007).

**QUADRO VIII - AS LENDAS E MITOS DO COTIDIANO AMAZÔNICO RIBEIRINHO**

<b>LENDAS E MITOS</b>	<b>SENTIDO E SIGNIFICADO NA VIDA COTIDIANA LOCAL</b>	<b>RELAÇÃO COM O RIO E/OU FLORESTA</b>
Cobra Grande (Noratinho e Caninana)	“Encantamento de água” representante do imaginário sócio-cultural do ribeirinho local, que tem o sentido de simbolizar o “bem” (Noratinho) e o “mal” (Caninana).	imaginário relacionado ao rio
Iara	“Encantaria de água” presente no Imaginário sócio-cultural ribeirinho que representa o respeito à senhora das águas, que tem poder de “encantar” os ribeirinhos.	imaginário relacionado ao rio
Boto	“Encantaria de água” típica do imaginário popular ribeirinho, uma construção sócio-cultural que está relacionada especialmente com as mulheres.	imaginário relacionado ao rio
Mãe do Mato/Anhangá	“Encantaria de mato” presente no imaginário caboclo/ribeirinho que representa o respeito à natureza, tendo dois significados: a entidade protetora que ajuda (Mãe do Mato), e a entidade que “malina” e assombra (Anhangá), dependendo do comportamento tomado pelo caboclo/ribeirinho.	Imaginário relacionado à floresta
Fogo do Mar	“Encantaria de mato” presente no imaginário sócio-cultural do caboclo/ribeirinho e nas comunidades quilombolas.	Imaginário relacionado ao rio e a floresta.

Contudo, a especificidade da importância do rio presente na cultura, no próprio espaço geográfico amazônico, pouco tem sido utilizada como atrativo turístico. Pelo contrário, há uma tendência de negação desses atributos como elementos de particularização regional, sendo, muitas vezes, substituídos por outros, considerados pelos promotores territoriais do turismo como mais interessantes do ponto de vista mercadológico.

Essa singularidade, reafirmada a cada momento histórico, seja como recurso - a exemplo do extrativismo animal (o pescado no rio) e vegetal (açaí na floresta) -, seja como via de circulação e construção sócio-cultural, portanto, parece ser um dos elementos de identidade do Município, que também pode ser destacada pelo turismo.

Este parece ser o desafio, o de considerar a condição sócio-espacial ribeirinha como potencial para o turismo, incentivando modalidades que garantam não a descaracterização dos elementos de particularização regional, mas a reafirmação dos atributos sócio-espaciais ribeirinhos amazônicos. Pressupõe-se com isso a valorização e a compreensão das sociabilidades vividas no espaço local e da relevância do rio para as práticas cotidianas, reafirmando, desta forma, uma característica sócio-geográfica que sobrevive, que resiste e que se redefine face às transformações ocorridas na região amazônica nas últimas décadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em relação ao turismo são sempre carregadas de complexidade. De um lado, é visto como uma salvação para os males econômicos, porque promove a geração de emprego e renda e por isso pode gerar o desenvolvimento. De outro, também é considerado como um grande vilão pelas repercussões de ordem ambiental e cultural, provocando a depredação da natureza e a descaracterização cultural. Entre essas duas posições há de se buscar uma compreensão do turismo como prática social, que traz repercussões sócio-espaciais nos lugares onde se instala.

Considerada como uma atividade econômica organizada desde o século XIX (CRUZ, 2001), o turismo, a partir da Segunda Guerra Mundial, já no contexto da globalização, vem se expandindo pelas regiões do globo, como resultado do grande avanço tecnológico que implicou no maior conhecimento do mundo e das culturas e na intensificação das viagens e dos deslocamentos.

Atualmente se constitui um dos setores que mais cresce na economia mundial, o que faz com que os governos de países, estados ou municípios passem a considerá-lo como uma salvação econômica, criando estratégias espaciais para a sua instalação e incremento.

Como estratégia espacial, o turismo tem se revestido como alternativa de desenvolvimento; este, contudo, é marcado por uma presença da abordagem economicista. A concepção de desenvolvimento presente nas ações de incentivo à atividade prima por considerar a dimensão econômica sem levar em conta parâmetros como a justiça social e a qualidade de vida.

O grande interesse em promover o turismo como estratégia de desenvolvimento é responsável pela visão de que a atividade não gera impactos e é adequada ao contexto do desenvolvimento sustentável, tornando-se a panacéia para os males sócio-econômicos (ROCHA, 2007).

Nesse sentido, no percurso desta pesquisa procuramos analisar as políticas de desenvolvimento do turismo como estratégia de gestão do território, dando destaque às ações responsáveis pelo incremento da atividade em Cametá.

Esse Município está inserido na microrregião com o mesmo nome e até meados da década de 1950 destacou-se como uma das principais cidades do interior do Estado do Pará. Sua formação espacial foi resultado da própria colonização da Amazônia, a partir do século XVII, sendo um dos núcleos populacionais que surgiram em função da estratégia de ocupação espacial inicial realizada através da instalação de fortificações e/ou missões religiosas às margens dos principais rios e seus afluentes.

Desse modo, foi à margem esquerda do rio Tocantins que surgiu Cametá, que se tornaria, no contexto inicial de ocupação da região, através da exploração das drogas-do-sertão, um núcleo populacional de destaque, principalmente em função da exploração do cacau.

A importância do rio no processo de produção do espaço geográfico de Cametá contribuiu para o dinamismo do núcleo populacional, tornando-se referência para os outros núcleos populacionais da região. Isso até hoje é percebido, já que seus portos são bastante movimentados devido à ligação com os outros municípios próximos.

A inserção da Amazônia nas políticas territoriais empreendidas a partir da década de 1950 configurou a constituição de uma fronteira econômica (BECKER, 1990) e Cametá ficou relativamente fora do processo de modernização regional caracterizada, entre outros, pela instalação dos grandes projetos.

Localizada entre dois grandes projetos (Albras-Alunorte e Hidrelétrica de Tucuruí), localizados em Municípios vizinho (Barcarena e Tucuruí, respectivamente), a inserção de Cametá nesse processo pode ser observada somente no que diz respeito aos impactos resultantes da instalação dos mesmos, a exemplo do empobrecimento das várzeas e a diminuição do pescado, causados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí (COSTA, 2006), que alterou a dinâmica do rio.

A economia do Município está pautada principalmente no extrativismo, destacando-se o do açaí e o do pescado. Além disso, ainda constituem bases de sua economia a agricultura de subsistência, o comércio e os serviços, com grande destaque para estes últimos.

Como uma alternativa de desenvolvimento que vem sendo utilizada por muitos governos, o turismo também é apontado como uma atividade em



potencial para o Município, seguindo uma lógica que se apresenta em nível regional, nacional e mundial. A atividade turística é considerada como uma opção de desenvolvimento municipal, sendo o motivo pelo qual políticas têm sido pensadas para promover o incremento da mesma no Município.

Procuramos, assim, analisar as políticas que foram pensadas e implementadas para o incremento da atividade em Cametá. A discussão procurou trazer contribuições, reflexões e constatações que poderão influenciar possíveis ações referentes ao turismo no Município.

Foi desenvolvida uma abordagem que permitiu uma visão da complexidade do turismo, considerando-o não somente como atividade econômica, mas como prática social, pela multiplicidade de relações que são engendradas.

Através da pesquisa buscamos investigar as ações referentes ao incremento da atividade, as ações concebidas e implementadas, especialmente em nível estadual e municipal, e as intervenções espaciais realizadas. Procurou-se indagar se as mesmas levam em conta a realidade sócio-geográfica do Município, de maneira a ressaltar a necessidade de se atentar para a questão da potencialidade local, considerando os atributos sócio-geográficos, que, em última análise, seriam os atrativos turísticos.

No que se refere às políticas pensadas para o desenvolvimento do turismo em Cametá, encontramos alguns documentos que trazem pontos referentes a essa atividade como fator responsável ao incremento econômico para o Município, como o PPDJUS e o Plano Diretor Municipal, por meio dos quais são incentivados especialmente o turismo ecológico e o turismo cultural.

Em nível estadual não há uma abordagem direta sobre Cametá verificada no principal plano de turismo do Estado, o PDT-PA, mas apenas de forma indireta, pois o Município está incluído no Pólo Araguaia/Tocantins, que é tratado de forma genérica como pólo de desenvolvimento, evidenciando-se, indiretamente para o Município o turismo educacional para o incremento da demanda doméstica. Além disso, existem algumas ações mais pontuais realizadas pelo órgão oficial de turismo do Estado, a PARATUR, como os estudos de Oferta Turística do Município.

É em especial por intermédio de programas federais de turismo que se dá certo incentivo a Cametá nas políticas de turismo, através do PNMT e

PRT, Programa de Municipalização do Turismo e Programa de Regionalização do Turismo, respectivamente. A partir desses programas são desencadeadas no Município de Cametá ações como a criação do Conselho Municipal de Turismo e entrada recente do mesmo nas Rotas Turísticas Regionalizadas.

Em nível municipal, não existe um plano de turismo, mas a atividade é mencionada em documentos como a Lei Orgânica, que traz em seu conteúdo referências sobre a atividade e o Plano Diretor Municipal, onde a mesma é colocada como um setor de desenvolvimento para Cametá.

Nas ações desenvolvidas pelo governo municipal, o turismo massificado e padronizado é o que está concretizado não somente nas políticas implementadas, como no discurso que revelam o interesse do poder público em relação a essa atividade. Contudo, existe um descompasso entre essas ações e as políticas que lhe servem de modelo, pois a modalidade destacada nos planos (PDT-PA e Plano Diretor Municipal) é o turismo ecológico, como forma de conciliar desenvolvimento e conservação dos recursos, pelo grande destaque que essa modalidade possui no contexto do desenvolvimento sustentável no contexto amazônico atual, guiado por um vetor tecno-ecológico de políticas públicas, de maneira a suplantam a idéia de fronteira econômica como fonte inesgotável de recursos; idéia esta que marcou a política de desenvolvimento regional no período de 1960 até a década de 1980.

No que diz respeito às transformações espaciais, verifica-se que existem alterações e intervenções urbanas que podem estar indiretamente ligadas à necessidade do apoio ao turismo, como o novo aeroporto, o terminal hidroviário, assim como o surgimento de hotéis, de iniciativa privada. Além disso, as praças e ruas da cidade passam por processos de revitalização, numa possível expressão de que o governo municipal busca promover uma urbanização da cidade, podendo utilizar as melhorias também para impulsionar o turismo.

Observando os principais documentos relacionados com o turismo no Município, é visível uma preferência pelo incentivo ao segmento do turismo ecológico. Contudo, as ações práticas ainda são muito incipientes, especialmente no âmbito municipal. As iniciativas governamentais responsáveis pela viabilização do turismo, não contemplam em sua plenitude o

potencial (sócio-geográfico) para o turismo; o que é extremamente preocupante, pois o conhecimento da realidade local é fundamental para o desenvolvimento adequado do turismo.

No caso de Cametá, que apresenta uma grande influência do rio no cotidiano da população, destacamos que essa característica também pode ser utilizada como atrativo para dinamizar as atividades turísticas. Para além disso, deve-se diversificar o incremento dessa atividade. Chama-se atenção para o turismo religioso e o turismo educacional, dadas as potencialidades locais que apontam boas perspectivas para esses tipos de turismo.

É importante que a gestão municipal contemple a atividade turística não como uma finalidade em si mesma (ALMEIDA, 2007), mas como um meio que permita o desenvolvimento econômico, social e espacial. É preciso que a política de turismo seja resultado de discussões e de participação social, verificando-se as propostas dos vários setores que vêem no turismo uma alternativa para o desenvolvimento do Município, mas especialmente da população, grupos e comunidades que vivem cotidianamente o espaço local e que resguardam práticas e espacialidades que, mesmo não refletindo grandes incrementos e retornos econômicos para o Município, traduzem qualitativamente elementos da identidade sócio-cultural e espacial que devem ser incluídos como parâmetros de definição de políticas públicas inclusivas e de desenvolvimento sócio-espacial local.

Nesse sentido, faz-se necessária uma política de maior sintonia com as potencialidades locais, devendo-se estabelecer diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade e criando condições de promover benefícios para a população local. Caso contrário, a atividade crescerá de forma impactante, traduzindo-se em benefícios particulares e setorializados, e acarretando problemas de ordem ambiental e sócio-cultural. Isto porque muito mais que reafirmar culturas, tradições, práticas cotidianas e qualidade ambiental de uma Amazônia ribeirinha, tende a abrir perspectivas de reestruturação e de desestruturação sócio-espacial de uma realidade que resguarda singularidades e diferenças, tidas como seus principais atributos de reconhecimento, de identidade e, em grande parte, de qualidade de vida, dificilmente mencionados nos índices de desenvolvimento humano mais recorrentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. Fragmentações do espaço brasileiro e as políticas de turismo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. 1 CD- rom.

ALMEIDA, M. G. Desafios e possibilidades de planejar o turismo cultural. In: SEABRA, G. (Org.) **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p. 151-167.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Turismo).

BECKER, B. A fronteira em fins de século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990a. p. 15-26.

\_\_\_\_\_. Grandes projetos e produção do espaço transnacional: uma estratégia do Estado na Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990b.

\_\_\_\_\_. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, jul./set. 1991.

\_\_\_\_\_. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável na fronteira amazônica. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 421- 443.

\_\_\_\_\_. Redefinindo a Amazônia: o vetor técnico - ecológico. In: CASTRO, I. E. de C; GOMES, P. C; CORRÊA, R. L. **Brasil**: questões atuais de reorganização do território. 3 ed. Rio de Janeiro: Brasil, 2005. p. 223- 244.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamound, 2006.

BENEVIDES, I. P. **Turismo e prodetur**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.

\_\_\_\_\_. Uma leitura crítico-interpretativa do planejamento governamental do turismo no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2002a. 1 CD rom.

\_\_\_\_\_. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002b. p. 23- 41.

BENI, M. C. Planejamento estratégico e gestão local/regional do turismo. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 125-150.

BRAGA, T. M. **Desenvolvimento local endógeno e suas implicações na formulação de políticas municipais**: descentralização/participação ou fragmentação/estratégias de legitimação. Porto Alegre: ANPUR, 1999. (mimeo.)

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano de Turismo da Amazônia** (Nova República). Belém, 1977.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. 1980-1985. Belém, SUDAM/CDR, 1982.

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de Turismo da Amazônia**. Belém, 1992.

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Linhas Básicas para um programa de desenvolvimento do turismo na região amazônica**. Belém, 1995.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. 1992-1995. Belém, SUDAM/SDR, 1992.

BRASIL, **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: EMBRATUR, 1999.

BRASIL. **Ecoturismo**: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/PROECOTUR, 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil**. MTUR: Brasília, 2004.

BOULLÓN, R. C. **Os municípios turísticos**. Bauru: EDUSC, 2005.

CAMETÁ, **Lei Orgânica Municipal**. Cametá, 1990.

CAMETÁ, **Relatório de pesquisa de demanda turística**. Cametá-Pa, 2005.

CAMETÁ, **Plano diretor do Município de Cametá**. Cametá, 2007.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Brasília: 2. ed. Editora Brasiliense, 1978.

CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, E. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão pública e desenvolvimento. In: COELHO, M. C.; MATHIS, A. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia**: uma agenda de debate. Belém: NAEA/UFPA, 2005. p. 7-32.

CHIZZOTTI, **Pesquisa em ciências sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, M. C. Reflexões sobre o ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. p. 51-74.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

\_\_\_\_\_. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-121, jul/set. 1992.

\_\_\_\_\_. Espaço um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de et al. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 15-47.

\_\_\_\_\_. A geografia e o urbano. In: ROSENDHAL, Z. ; CORRÊA, R. L. **Introdução a geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

CORDOVIL, J. C. **Os Limites e as potencialidades para o desenvolvimento do turismo urbano**: uma avaliação dos equipamentos urbanos e infra-estruturas existentes na cidade de Cametá-Pa, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Pará.

COSTA, G. da S. **Desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

CROSGOVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas de teoria. In: ROSENDHAL, Z. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Introdução a geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 103-134.

CRUZ, R. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).

\_\_\_\_\_. **Introdução à geografia e turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

\_\_\_\_\_. O planejamento governamental e a política pública de turismo: o que são, para que servem. In: XIII encontro nacional dos geógrafos, 07, 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2002. 1 CD rom.

DAIN, S. Dilemas do estado diante da nova ordem econômica e social. In: VALLADARES, L. COELHO, M. (Orgs.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 65 – 89.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território: um tema em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 7-31, jul./set. 1991.

EGLER, A. C. Crise e dinâmica das estruturas produtivas nos regionais no Brasil. In: CASTRO, I. E de C; GOMES, P. C; CORRÊA, R .L. (Orgs) **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasil, 2005, p. 186- 220.

ENDRES, A. V. Mudanças na condução política do Estado e seus reflexos no programa nacional de municipalização do turismo. In: COELHO, M. C. N et al. (Org). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, UFPA-NAEA, 2001. p. 137-146.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo e cultura. In: LEMOS, A. I. G. de. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FIGUEIREDO, S. L. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: \_\_\_\_\_. **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. p. 75-126.

FREY, K. Concepções de desenvolvimento sustentável e as perspectivas da gestão local. In: COELHO, M. C.; MATHIS, A. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia: uma agenda de debate**. Belém: NAEA/UFPA, 2005, p. 110 – 121.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: uma introdução à uma agenda. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da qualidade, 2002. p. 12- 32.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ática, 1991.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônias, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUIMARAES NETO, L.; ARAÚJO, T. B. de. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: SOARES, José A.; BAVA, Silvio C. (Orgs.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2002. p. 9- 60.

HALL, M. **Planejamento turístico: políticas, processos relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, D. **Espaço de esperança**. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: estado, homem, natureza. 2. ed. Belém: Cejup, 2004.

KNAFOU, R. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 62 – 74.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 27–55, abr./jun. 1992.

MACHADO, L. O. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. In: MAGALHÃES, S. B et al. (Orgs.) **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG, 1996. p. 835- 859.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25- 70, Maio.1996.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1991.

MORAES, A. C. R. **Ordenamento territorial**. In: Oficina para uma política nacional de ordenamento territorial, 1, 2005. Anais... São Paulo: Brasília: MI, 2005.

NOBREGA, W. **Turismo**: planejamento e políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

O LIBERAL, 20 de julho de 1993, Cad. Cidade.

O LIBERAL, 08 de maio de 2005, Cad. Atualidades, p. 3.

OLIVEIRA, J. A. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. (Orgs.) **A igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

PARÁ. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento do turismo do Estado do Pará (PDT-PA)**. Belém: Companhia Paraense de Turismo-PARATUR; THR- assessoria em turismo hotelaria e recreação, 2001.



PARÁ, **CONFERÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO PARÁ**, 1., 2005, Belém. Textos Base. Belém: SECTAM/ Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e meio Ambiente, 2005.

PARÁ, **Levantamento da Oferta Turística do Município de Cametá** – versão preliminar – Belém-Pa, 2007.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

POMPEU, D. **Evolução territorial urbana do município de Cametá**. Cametá, 2002 (Coleção Novo Tempo Cabano).

PROJETO GESPAN. Gestão Participativa de Recursos Naturais. **Informações básicas sobre treze municípios da região do Baixo Tocantins, estado do Pará**: uma contribuição ao planejamento municipal. Belém, 2004.

ROCHA, G. O. R. da. Ecoturismo na Amazônia: uma análise das políticas públicas planejadas pela SUDAM. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 161 – 177.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a conhecimento interdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, M. **Manifestações da cultura no espaço**: história, espacialidade e identidade cultural na dinâmica da festa popular do carnaval da cidade de Cametá- Pa, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Pará.

RUSCHMANN, D. V. O planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In: RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudos do turismo. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 49 – 54.

SANCHÉZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. n. 1, p. 115-132, maio, 1999.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: 4. ed. EDUSP, 2004.

SERRA, H. **A concepção de turismo e de sua espacialidade no plano de desenvolvimento de turismo do Pará-PDT, 2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 87 – 98.

SILVA NETO, M. L. da. A questão regional hoje: reflexões a partir do caso paulista. In: SOUZA, Maria Adélia de. *et al.* **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SILVA, M. A. P. ; MALHEIRO, B. C. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JR, S. T. C.; SILVA, M. A. P. **Belém**: a cidade e rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2006. p. 145 – 169.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, J. A. de A. **Pororoca e as repercussões sócio-espaciais em São Domingos do Capim-Pa**. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade federal do Pará.

SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul/dez, 1996.

\_\_\_\_\_. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**. Ano II, n. 3, p. 13-35, jul/dez, 1997.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um conceito-problema. **Revista Território**. Ano III, n. 5, p. 5-29, jul./dez., 1998.

\_\_\_\_\_. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista Território**. Ano V, n. 8, p. 66-99, jan/jun, 1999.

\_\_\_\_\_. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (Org). **Geografia**: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77 – 116.

\_\_\_\_\_. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana. 3. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TAMER, V. **Chão cametaense**. 2. ed. Belém, 1998.

TRINDADE JR. S. C. Imagem e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. **Revista Humanitas**, v. 18, n. 2, p. 135-148, Belém, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Pensando a concepção de Amazônia. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 355- 364.

TRINDADE JR.; CHAGAS, C. A. A company town do alumínio: concepção e práticas espaciais. In: TRINDADE JR. S. C.; ROCHA, G. M. (Org.). **Cidade empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local: Belém, Paka-tatu, 2002, p. 195- 235.

TRINDADE JR. S. C.; NOGUEIRA, C. S. S. Perspectivas de gestão e desenvolvimento na área do complexo Albrás-Alunorte. In: TRINDADE JR. S. C.; ROCHA, G. M. (Org). **Cidade empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**: Belém, Paka-tatu, 2002. p. 273- 309.

TRINDADE JR, S. C. T.; SANTOS, M. D.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JR, S. T. C.; SILVA, M. A. P. **Belém**: a cidade e rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005, p. 12- 43.

TRINDADE JR, S. T. C.; SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR, S. T. C.; SILVA, M. A. P. **Belém**: a cidade e rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005, p. 9- 11.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3 ed. São Paulo: Stúdio Nobel: SESC, 2001.

VELOSO, I. Cametá: a história da fundação. **A Planície**: fato e crítica. ANO VIII. n. 1, fevereiro de 1996.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

## APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: “AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA”  
DISCENTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVIL  
ORIENTADOR: PROF<sup>o</sup> DR. SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE  
JÚNIOR

### **Roteiro de Entrevista: Turistas**

1. Quais as informações prévias que você detinha sobre a cidade de Cametá, e o que, principalmente, fez você vir ao município?
2. Para você existe no município de Cametá um potencial para o desenvolvimento do turismo?
3. Quais são os principais atrativos existentes em Cametá?
4. Durante o tempo que você esteve em Cametá qual (is) os atrativos visitados?
5. O que você destacaria como característica sócio-geográfica peculiar a Cametá que poderia ser utilizada como atrativo para o turismo?
6. Quais são os principais tipos de turismo que podem ser desenvolvidos no município de Cametá?
7. Quais as ações que você conhece desenvolvidas pelos governos estadual e municipal para o fomento do turismo no município de Cametá?
8. Para você as ações dos governos estadual e municipal para o desenvolvimento do turismo em Cametá adequam-se ao potencial turístico existente?
9. Qual(is) a(s) sugestões para melhorar o turismo no município a partir do potencial existente?
10. Qual(is) a(s) sugestões para atrair mais turistas.
11. Você acha que o turismo pode proporcionar desenvolvimento para o município?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: “AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA”  
DISCENTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVIL  
ORIENTADOR: PROFº DR. SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE  
JÚNIOR

**Roteiro de Entrevista: Representantes da Sociedade Civil Organizada  
(ONGs, Associações, Conselhos e Comerciantes)**

1. Para você existe no município de Cametá um potencial para o desenvolvimento do turismo?
2. Quais são os principais atrativos existentes em Cametá?
3. Quais são os principais tipos de turismo que podem ser desenvolvidos no município de Cametá?
4. O que você destacaria como característica sócio-geográfica peculiar a Cametá que poderia ser utilizada como atrativo para o turismo?
5. Quais as ações que você conhece desenvolvidas pelos governos estadual e municipal para o fomento do turismo no município de Cametá?
6. Para você as ações dos governos estaduais e municipais para o desenvolvimento do turismo em Cametá adequam-se ao potencial turístico existente?
7. Qual(is) ações poderiam ser realizadas para desenvolver o turismo no município a partir do potencial existente?
8. Qual(is) políticas(s) poderiam ser implementadas para atrair mais turistas?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: “AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA”  
DISCENTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVIL  
ORIENTADOR: PROF. DR. SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE  
JÚNIOR

**Roteiro de Entrevista: Poder Público- Estado (Diretoria de Fomento da  
PARATUR)**

1. Qual a sua opinião sobre o turismo no município Cametá?
2. Para você existe no Município de Cametá um potencial para o desenvolvimento do turismo?
3. A instituição já realizou algum estudo de demanda e oferta turística no município?
4. Quais são os principais atrativos existentes em Cametá?
5. Quais são os principais tipos de turismo que podem ser desenvolvidos no Município de Cametá a partir do potencial existente?
6. O que você destacaria como característica peculiar de Cametá que poderia ser utilizada como atrativo para o turismo?
7. Quais as ações pensadas e implementadas por esta instituição para o fomento do turismo no município de Cametá?
8. Existe alguma parceria ou apoio com o governo municipal com o intuito de desenvolver o turismo em Cametá ? Se existem como são desenvolvidas?
9. Qual o objetivo do Estado na promoção do turismo em Cametá?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: “AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA”  
DISCENTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORDOVIL  
ORIENTADOR: PROF. DR. SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE  
JÚNIOR

**Roteiro de Entrevista: Poder Público (Secretaria de Cultura, Turismo e  
Desporto/Departamento de Turismo)**

1. Como surgiu a idéia de desenvolver o turismo em Cametá?
2. Qual a sua opinião sobre o turismo no Município Cametá?
3. Para você existe no Município de Cametá um potencial para o desenvolvimento do turismo?
4. Quais são os principais atrativos existentes em Cametá?
5. A instituição já realizou algum estudo de demanda e oferta turística no Município?
6. Quais são os principais tipos de turismo que podem ser desenvolvidos no Município de Cametá a partir do potencial existente?
7. O que você destacaria como característica peculiar de Cametá que poderia ser utilizada como atrativo para o turismo?
8. Quais as ações pensadas e implementadas por esta instituição para o fomento do turismo no Município de Cametá?
9. Existe algum apoio do governo estadual para o fomento do turismo em Cametá?
11. Como são desenvolvidas as ações da instituição para o desenvolvimento do turismo no Município?
12. Qual o objetivo do governo municipal através SECULTD na promoção do turismo em Cametá?
13. A secretaria realiza ações de planejamento das atividades para o desenvolvimento do turismo?
13. Quais as instituições que apóiam o turismo no município?



- 14.O turismo tem trazido melhorias para o Município? Qual(is)?
- 15.Existe parceria com a PARATUR? Se existe como ela é desenvolvida?
- 16.Qual(is) a(s) maior(es) dificuldades para desenvolver o turismo no Município?